

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

YURI DAMASIO

BRDE E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE
SANTA CATARINA

CRICIÚMA

2026

YURI DAMASIO

**BRDE E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE
SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
Coorientador: Prof. Dr. Ignacio Trucco

CRICIÚMA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Y95b Damasio, Yuri.

BRDE e suas transformações no desenvolvimento econômico de Santa Catarina / Yuri Damasio. - 2026. 98 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2026.

Orientação: Alcides Goularti Filho.

Coorientação: Ignacio Trucco.

1. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. 2. Bancos de desenvolvimento - Brasil, Sul. 3. Análise econômico-financeira (1994-2024). 4. Brasil, Sul - Política econômica. - I. Título.

CDD 23. ed. 332.153

Bibliotecária Elisângela Just Steiner - CRB 14/1576
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Yuri Damasio

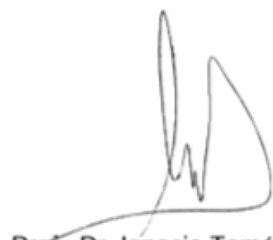
**BRDE E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE
SANTA CATARINA**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre(a) em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br **ALCIDES GOULARTI FILHO**
Data: 19/05/2026 11:03:12-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Alcides Goulart Filho
(Presidente e Orientador – UNESC)


Prof. Dr. Ignacio Tomás Trucco
(Coordenador – UNER)

Documento assinado digitalmente
gov.br **IVAN COLANGELO SALOMAO**
Data: 19/05/2026 12:14:52-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Ivan Solomão
(Membro – USP)

Documento assinado digitalmente
gov.br **FABIO FARIAS DE MORAES**
Data: 19/05/2026 12:29:30-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Fabio Farias de Moraes
(Membro - CIASC/UNESC)

Documento assinado digitalmente
gov.br **YURI DAMASIO**
Data: 19/05/2026 14:00:53-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Yuri Damasio
(Discente)

Criciúma, 27 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br **DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM**
Data: 21/05/2026 14:25:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Dimas Oliveira Estevam
Coordenador do PPGDS – UNESC

Dedico esse trabalho aos meus pais, Marilza Bortolatto Damasio e Claudiomar Damasio, pelo apoio incondicional e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante toda a trajetória do mestrado. Em especial, agradecer à minha família e amigos, que foram fundamentais em minha jornada acadêmica.

Antes de tudo, agradeço a FAPESC pelo apoio e confiança que depositaram nessa pesquisa, foi a realização de um sonho que posso compartilhar com todos.

Agradeço aos meus pais, que sempre me apoiaram incondicionalmente, acreditando em meu potencial e encorajando-me a seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores. Ao meu grupo de amigos que conheci na universidade, e foram vitais durante as aulas. Aos meus professores durante esse período no Programa de Pós-graduação que generosamente compartilharam seu conhecimento e experiências comigo, principalmente ao meu orientador Alcides, suas orientações e incentivos foram essenciais para que eu pudesse desenvolver uma pesquisa de qualidade.

Agradeço ao meu amigo Murilo, que sempre esteve presente me apoiando em todas as decisões da vida, compartilhando momentos de incentivo e inspiração. Ao amigo Ruan pelas conversas e inspirações.

Por fim, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, cada pequeno gesto fez a diferença e tornou essa jornada ainda mais significativa.

“O Brasil enriqueceu, desenvolveu-se, mas mantém sua subordinação aos grandes centros, às decisões negociadas fora do país.”

Celso Furtado

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a trajetória e a atuação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) no período posterior à liquidação extrajudicial ocorrida em 1989, discutindo a relevância dos bancos de desenvolvimento para o crescimento da economia regional, examinando o fluxo de recursos da instituição e analisando as mudanças no padrão de financiamento à luz das transformações observadas no contexto nacional. Busca-se identificar os fatores determinantes de sua atuação nas áreas de abrangência, bem como compreender a captação e a destinação de recursos voltados a investimentos em setores estratégicos e os resultados operacionais alcançados ao longo das últimas décadas. Os bancos de desenvolvimento têm como propósito fornecer crédito de longo prazo a projetos que promovam o desenvolvimento econômico sustentável, com geração de emprego e renda, e o BRDE, atuante nos três estados da região Sul do Brasil, desempenha esse papel de forma contínua, para além de funções meramente anticíclicas, orientando sua atuação à indução do crescimento estruturado, ao apoio a iniciativas públicas e privadas, à inovação tecnológica, à infraestrutura e ao bem-estar social, por meio de financiamentos e apoio técnico. A análise de suas operações evidencia a centralidade do apoio às pequenas e médias empresas, com destaque para os setores de agropecuária, comércio e serviços, além do alinhamento de aproximadamente 82% das contratações de crédito a pelo menos um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa possui caráter bibliográfico e documental, fundamentando-se em relatórios de atividades e demonstrativos financeiros do BRDE entre 1993 e 2024, e caracteriza-se como exploratória, em razão da lacuna existente na produção acadêmica sobre bancos de desenvolvimento na região Sul, especialmente no que se refere ao BRDE.

Palavras-chave: Bancos de Desenvolvimento; BRDE; Região Sul.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the trajectory and performance of the Regional Development Bank of the Extreme South (BRDE) in the period following its extrajudicial liquidation in 1989. It discusses the relevance of development banks to regional economic growth, examines the institution's flow of resources, and analyzes changes in its financing patterns in light of transformations observed at the national level. The study seeks to identify the determinants of BRDE's operations within its areas of activity, as well as to understand the sources and allocation of funds directed toward investments in strategic sectors and the operational results achieved over the past decades. Development banks are intended to provide long-term credit for projects that foster sustainable economic development, promoting employment and income generation. BRDE, which operates in the three southern states of Brazil, fulfills this developmental role on a continuous basis, going beyond merely countercyclical functions by directing its activities toward structured economic growth, supporting public and private initiatives, fostering technological innovation, enabling infrastructure investment, and promoting social well-being through long-term financing and technical assistance. The analysis of its operations highlights the central role of support for small and medium-sized enterprises, particularly in the agriculture, commerce, and services sectors, as well as the alignment of approximately 82% of its credit operations with at least one of the Sustainable Development Goals (SDGs). This research is bibliographic and documentary in nature, based on BRDE's annual reports and financial statements from 1993 to 2024, and is characterized as exploratory due to the existing gap in academic literature on development banks in Southern Brazil, particularly with respect to BRDE.

Keywords: Development Banks; BRDE; Southern Region of Brazil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Bancos de Desenvolvimento	22
Quadro 2: Origem dos Recursos.....	32
Quadro 3: Diretores-Presidentes.....	34
Quadro 4: DRE Simplificado do exercício 1994 (valores base dezembro – 2024).....	41
Quadro 5: DRE Simplificado do exercício 1995 (valores base dezembro – 2024).....	41
Quadro 6: DRE Simplificado do exercício 1996 (valores base dezembro – 2024).....	42
Quadro 7: DRE Simplificado do exercício 1997 (valores base dezembro – 2024).....	42
Quadro 8: DRE Simplificado do exercício 1999 (valores base dezembro – 2024).....	43
Quadro 9: DRE Simplificado do exercício 2000 (valores base dezembro – 2024).....	45
Quadro 10: DRE Simplificado do exercício 2001 (valores base dezembro – 2024).....	46
Quadro 11: DRE Simplificado do exercício 2002 (valores base dezembro – 2024).....	47
Quadro 12: DRE Simplificado do exercício 2003 (valores base dezembro – 2024).....	54
Quadro 13: DRE Simplificado do exercício 2004 (valores base dezembro – 2024).....	55
Quadro 14: DRE Simplificado do exercício 2005 (valores base dezembro – 2024).....	56
Quadro 15: DRE Simplificado do exercício 2006 (valores base dezembro – 2024).....	57
Quadro 16: DRE Simplificado do exercício 2007 (valores base dezembro – 2024).....	58
Quadro 17: DRE Simplificado do exercício 2008 (valores base dezembro – 2024).....	59
Quadro 18: DRE Simplificado do exercício 2009 (valores base dezembro – 2024).....	60
Quadro 19: DRE Simplificado do exercício 2010 (valores base dezembro – 2024).....	61
Quadro 20: DRE Simplificado do exercício 2011 (valores base dezembro – 2024).....	62
Quadro 21: DRE Simplificado do exercício 2012 (valores base dezembro – 2024).....	64
Quadro 22: DRE Simplificado do exercício 2013 (valores base dezembro – 2024).....	65
Quadro 23: DRE Simplificado do exercício 2014 (valores base dezembro – 2024).....	66
Quadro 24: DRE Simplificado do exercício 2015 (valores base dezembro – 2024).....	67
Quadro 25: DRE Simplificado do exercício 2016 (valores base dezembro – 2024).....	68
Quadro 26: DRE Simplificado do exercício 2017 (valores base dezembro – 2024).....	69
Quadro 27: DRE Simplificado do exercício 2018 (valores base dezembro – 2024).....	71
Quadro 28: DRE Simplificado do exercício 2019 (valores base dezembro – 2024).....	77
Quadro 29: DRE Simplificado do exercício 2020 (valores base dezembro – 2024).....	78
Quadro 30: DRE Simplificado do exercício 2021 (valores base dezembro – 2024).....	79
Quadro 31: DRE Simplificado do exercício 2022 (valores base dezembro – 2024).....	80
Quadro 32: DRE Simplificado do exercício 2023 (valores base dezembro – 2024).....	81

Quadro 33: DRE Simplificado do exercício 2024 (valores base dezembro – 2024).....82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: IGP-DI (1960 – 1990)	30
Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido: 1994 – 1999 (valores base dez/2024)	49
Gráfico 3: Variação do PIB Estadual (Região Sul)	49
Gráfico 4: Evolução do Investimento Total 1993 – 2002 (valores base dez/2024)	50
Gráfico 5: Evolução das Liberações: 1994 – 2002 (valores base dez/2024).....	50
Gráfico 6: Evolução da Geração de ICMS: 1994 – 1999 (valores base dez/2024).....	51
Gráfico 7: Evolução dos Empregos Gerados: 1993 – 2002	51
Gráfico 8: Evolução das Contratações em Santa Catarina 1994 – 2002 (valores base dez/2024)	52
Gráfico 9: Evolução dos Investimentos Totais 2003 – 2018 (valores base dez/2024).....	73
Gráfico 10: Evolução da Liberações de Crédito 2003 – 2018 (valores base dez/2024).....	73
Gráfico 11: Evolução dos Empregos Gerados: 2003 – 2018 (valores base dez/2024).....	74
Gráfico 12: Evolução das Contratações em Santa Catarina 2003 – 2018 (valores base dez/2024)	75
Gráfico 13: Evolução das Liberações 2019 – 2024 (valores base dez/2024).....	83
Gráfico 14: Evolução dos Empregos Gerados 2019 – 2024 (valores base dez/2024).....	84
Gráfico 15: Evolução da Geração de ICMS 2019 – 2024 (valores base dez/2024)	84
Gráfico 16: Evolução das Contratações em Santa Catarina 2019 – 2024 (valores base dez/2024)	85
Gráfico 17: Evolução dos Investimentos Totais.....	96
Gráfico 18: Evolução das Liberações Totais	96
Gráfico 19: Evolução das Contratações em Santa Catarina	97
Gráfico 20: Evolução do Resultado Líquido	97
Gráfico 21: Evolução do Patrimônio Líquido	98
Gráfico 22: Evolução das Contratações de Financiamento por Setor (R\$ milhões)	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFD	Agencia Francesa de Desenvolvimento
BACEN	Banco Central do Brasil
BDs	Bancos de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CEF	Caixa Econômica Federal
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDCO	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Fungetur	Fundo Geral do Turismo
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
TELEBRAS	Telecomunicações Brasileiras S/A
TELESC	Telecomunicações de Santa Catarina S/A
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ESTADO E DESENVOLVIMENTO	18
2.1	SISTEMA FINANCEIRO	18
2.2	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	21
3	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL	25
3.1	ORIGEM E RECURSOS	25
3.2	ESTABILIZAÇÃO E DÉCADA DE 1970	27
3.3	DÉCADA DE 1980 E CRISE	30
3.4	LINHAS DE CRÉDITO	31
3.5	DIRETORES PRESIDENTES	33
4	DÉCADA DE 1990 E REABERTURA DO BRDE.....	36
4.1	ECONOMIA BRASILEIRA	36
4.2	REABERTURA DO BRDE	37
5	PRIMEIROS ANOS APÓS A LIQUIDAÇÃO E LIBERALISMO ECONÔMICO	39
5.1	ANÁLISE FINANCEIRA DO PERÍODO (1994 – 2002)	48
6	PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA.....	53
6.1	ANÁLISE FINANCEIRA DO PERÍODO (2003 – 2018)	72
7	PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO CONSERVADOR	76
7.1	ANÁLISE FINANCEIRA DO PERÍODO (2019 – 2024)	82
8	CONCLUSÃO.....	86
	REFERÊNCIAS	89
	ANEXOS	95
	ANEXO A – GRÁFICOS COM VALORES DEFLACIONADOS	96

1 INTRODUÇÃO

O crédito desempenha papel central no desenvolvimento das economias capitalistas contemporâneas, é com ele que as empresas podem investir a longo prazo e aumentar a sua produtividade, iniciar projetos inovadores que sejam efetivos no crescimento sustentável ou manter a economia em fluxo em momentos de crises. Para entender essa dinâmica do desenvolvimento é preciso compreender a função do crédito nas economias. Após a Segunda Guerra Mundial, que resultou em efeitos econômicos negativos em boa parte dos países, via-se necessário que os governos e instituições públicas deveriam atuar para mitigar esse efeito local, para tal, os Bancos Centrais e Bancos de Desenvolvimento (BDs) são primordiais na promoção do desenvolvimento regional e na contenção de crises. Assim, houve uma expansão em nível mundial dos bancos de desenvolvimento na década de 1950.

No Brasil a criação de bancos de desenvolvimento tem sido uma estratégia de crescimento econômico sustentável, o mais conhecido é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outras instituições que repassam recursos em determinadas regiões. Nos estados do Sul o destaque atualmente está ligado ao Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), porém cada estado também conta com outras instituições financeiras que ofertam crédito. Existe a necessidade de entender a trajetória do sistema financeiro no Estado catarinense, para isso, é necessário compreender a história das instituições que apoiaram o desenvolvimento regional.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória do Banco Regional do Extremo Sul (BRDE) em Santa Catarina, no período de 1992 a 2024, momento em que o banco de desenvolvimento se reestruturou após passar por uma liquidação extrajudicial. Serão apresentados e analisados os balanços do banco, investigando onde os recursos públicos são investidos para desenvolver a região em que ele está inserido. Além disso, será realizado um levantamento a respeito dos BDs e suas funções para a sociedade, junto com a importância do crédito e do sistema financeiro para o desenvolvimento econômico regional. A respeito dos objetivos específicos, foram definidos os seguintes:

- a) Discutir a relevância dos bancos de desenvolvimento (BDs) para o crescimento da economia local;
- b) Examinar o fluxo de recursos do BRDE;
- c) Analisar a mudança no padrão de financiamento a partir do movimento nacional.

Para cumprir com os objetivos propostos será analisado os documentos sobre o banco, tais como: Relatórios da Administração, Relatórios da Diretoria, Relatórios Financeiros, além de postagens em jornais, notícias e Anuários Estatísticos publicados pelo IBGE. As instituições financeiras públicas são essenciais em momentos de retração de crédito privado, especialmente em momentos de crise na qual as expectativas de investimentos desse setor diminuem, como em 2008 com a crise imobiliária e 2020 com a crise sanitária de COVID-19.

A teoria desenvolvimentista é debatida na academia, porém os estudos voltados aos bancos de desenvolvimento têm a sua particularidade, grandes bancos possuem alguma robustez em artigos, já os bancos regionais possuem uma lacuna em seus estudos. Com isso, mostra-se interessante entender a trajetória dessas instituições financeiras que prestam suporte na economia local, voltado para as pequenas e médias empresas (PMEs). O trabalho é de caráter qualitativo, sendo realizado uma pesquisa bibliográfica e documental.

Os Bancos de fomento trabalham para combater a desigualdade econômica entre regiões. O Estado se faz essencial na condução de uma nação, buscando o bem-estar social do seu povo, por vezes expandindo seus gastos para gerar benefícios futuros. Os bancos públicos possuem esse papel, e por isso estão no meio dos debates acadêmicos, há os que defendem a sua atuação e os que são contra. Os recursos dos bancos transformam a indústria em grandes competidores no capitalismo, o fornecimento de crédito faz com que elas possam investir em seus ativos. Esses incentivos do banco apoiam o crescimento da economia, desenvolvendo determinados setores locais.

Em momentos de crise econômica, os BD se mostram ainda mais importantes para manter a economia funcionando, ou diminuir os efeitos de grandes anormalidades. A crise de 2008 mostrou como as instituições financeiras públicas têm grande importância quando existe a retração de crédito privado. A corrente teórica do desenvolvimentismo enfatiza a participação do Estado para promover políticas de qualidade para o crescimento socioeconômico, e a abordagem pós keynesiana vem ao seu encontro. Em crises o modelo keynesiano de contenção demora a surtir efeito, e assim demanda uma rápida atuação do emprestador de última instância. Mas não apenas em momentos de crises ou ciclos de baixas, outras vezes se faz necessário para desenvolver uma região onde está atrasada economicamente, para isso, surge os bancos de desenvolvimento. Os bancos públicos de fomento investem em empresas promissoras, onde projetos são construídos em determinados setores, o papel do empreendedor se faz necessário nessa etapa, pois são agentes de mudanças que introduzem inovações, sendo elas essenciais para o crescimento econômico.

Os bancos de desenvolvimento são classificados dentro da literatura como uma instituição financeira ou bancária, na qual o controle acionário pertence ao governo e proporciona financiamentos de longo prazo, por meio de linhas de crédito que contemplem determinados setores da economia. Como apresentado na resolução nº 394/76 do Bacen, bancos de desenvolvimento: “São instituições financeiras públicas não federais, constituídas sob a forma de sociedade anônima, com sede na Capital do Estado da Federação que detiver o seu controle acionário”. A primeira aparição desse tipo de instituição é datada do século XIX com o *Crédit Mobilier*, criado em 1852, buscava tratar das questões econômicas de desenvolvimento na França, criado pelos irmãos Pereire. Na América Latina o pensamento de o Estado ser a mola propulsora do desenvolvimento ganhou mais impulso por meio da Comissão Econômica para Assuntos da América Latina e o Caribe (CEPAL), criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o intuito de pensar o crescimento de áreas regionais de forma igual. O economista brasileiro Celso Furtado foi um dos difusores do pensamento Cepalino, segundo o autor existe uma diferença entre o crescimento econômico e o desenvolvimento. Furtado aponta que o crescimento econômico não resulta na eliminação das desigualdades sociais, já o desenvolvimento possui um projeto social que prioriza a melhoria das condições de vida de uma nação, e para isso se realizar o autor descreve que deve existir uma vontade política que é traduzida em uma criação de projeto (FURTADO, 2004).

O pensamento desenvolvimentista ganhou força nos estados do Sul na década de 1950, prezando pelo crescimento econômico e pela não dependência apenas do Governo Federal para financiar projetos para diminuir as desigualdades regionais aprofundadas após o Plano de Metas. Existia o medo de os estados do Sul estarem atrasados na questão do desenvolvimento comparado os grandes centros econômicos do Brasil. A publicação de Franklin de Oliveira vem para ressaltar esse tema, Intitulada de Rio Grande do Sul: Um Novo Nordeste, de 1958, comparava a crise econômica gaúcha com a nordestina. Franklin argumentou que o modelo de industrialização implantado por JK privilegiava a região Sudeste, repassando recursos a ela e não olhando outros Estados do país. O repasse de recursos para o centro Rio-São Paulo ocasionava uma desigualdade nas empresas do Sul, pois a tecnologia na região era defasada, enquanto no centro econômico brasileiro vivia o auge do progresso técnico.

Neste contexto, em 1961, os três governadores do Sul, Leonel Brizola do Rio Grande do Sul, Celso Ramos de Santa Catarina e Ney Braga do Paraná se reuniram para debater os entraves do desenvolvimento no Sul, houve duas reuniões até a oficialização dos projetos públicos. Logo após esses encontros foram assinados o convênio e os atos constitutivos que criaram o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e o Banco Regional de

Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), administrado pelos três Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo do banco era desenvolver a região Sul do Brasil, onde na época passava por dificuldades de alargamento econômico, o CODESUL surgiu com o objetivo de encontrar alternativas aos desequilíbrios regionais com levantamentos sobre a sua região de atuação (FONSECA, 1988).

A formação de capital do BRDE e obtenção permanente de recursos ficou estabelecido que cada Estado membro contribuísse com 1% da sua receita tributária anual e a União com 10% do acordo do trigo, oficialmente conhecido como Convenio de Crédito para Financiamento da Produção de Trigo (FONSECA, 1988).

Desde a sua fundação, o BRDE desempenha o papel de facilitação do acesso ao crédito, repassando recursos para setores econômicos como indústria, infraestrutura, agropecuária, comércio e serviços, aliado a projetos sustentáveis. Segundo o próprio BRDE o órgão criou uma ferramenta de análise sistemática do alinhamento das operações de financiamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e apontou que 80,9%, ou R\$ 4,7 bilhões do crédito concedido em 2023 tem aderência ao menos a um Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O trabalho está dividido em 3 capítulos, no primeiro capítulo contextualizaremos os bancos de desenvolvimento, como surgiram e as teorias que os cercam. No segundo capítulo serão apresentados os governos de Santa Catarina e os planos de diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico. No terceiro capítulo será apresentado o início do Banco Regional do Extremo Sul (BRDE) e sua trajetória, analisando os setores que recebem os repasses de investimentos e seus dados financeiros.

2 ESTADO E DESENVOLVIMENTO

Nesse capítulo será apresentado o Estado interventor na economia, direcionando recursos para o empreendedor que por sua vez busca o acúmulo capitalista que gera inovações, utilizando o crédito por meio de financiamentos para investir na produção e desenvolvimento. O texto traz a importância do crédito no meio industrial para iniciar empreendimentos e desenvolver novas tecnologias, passa pelo item 2.1 que se refere ao sistema financeiro e o crédito e no item 2.2 aborda o surgimento dos bancos de desenvolvimento.

2.1 SISTEMA FINANCEIRO

O papel do Estado é fator principal nos debates econômicos, pensar em como a sua atuação deve ser conduzida pelos governos vem principalmente logo após os anos 1930. Essa fase em que o mundo passou pela conhecida “Grande Depressão”, e em um curto período de tempo os países passaram por outro momento histórico com a Segunda Guerra Mundial, fez pensar em como o Estado deve atuar para assegurar o bem-estar da população. A diferença entre esses dois momentos é clara, a primeira uma crise financeira. A segunda uma guerra, que logo após o seu fim, deixou economias fragilizadas. Com tudo, o Estado foi o principal agente para a reestruturação econômica nessas duas situações. As ações do Estado não se limitam apenas a momentos de crise, é necessário planejar o desenvolvimento, e para isso desempenhar políticas voltadas ao crescimento econômico, de forma que ocorra a distribuição desse crescimento para a população.

Além das intervenções do Estado para corrigir as falhas de mercado, conceito neoclássico, onde o retorno de um possível investimento é de maior escala social em vez de privado, se faz preciso evoluir outros setores da economia, assim surge o Estado Empreendedor, assumindo o risco no financiamento de inovações. Para a criação e formação de mercados, sendo a intervenção do Estado que dinamiza a capacidade e disposição do empresário, criando expectativas que se voltam para investimentos em diversificados setores, principalmente emergentes, o objetivo de uma política pública guiada pela inovação permite direcionar os investimentos (MAZZUCATO, 2014).

Os instrumentos utilizados pelo Estado para desenvolver inovações e fomentar os mercados passam pelo crédito e financiamento de empresas, envolvendo o setor privado para ampliar as tecnologias existentes. Durante o dia a dia são utilizadas tecnologias ditas privadas, mas que receberam ajuda pública para financiar seus projetos, o benefício social é o principal

nessa troca. O Estado empreendedor apresentado por Mazzucato deve estar disposto a assumir os riscos que a inovação provoca nos investimentos, a incerteza de retorno, principalmente em projetos que a expectativa de lucro é menor, ou o seu maior retorno sendo social. A autora não nega a o empreendedorismo do setor privado, mas aborda um ambiente rodeado por instituições que interagem na produção e difusão de novas tecnologias. Esse ambiente possui dois cenários. O primeiro cenário apresentado é o sistema de inovação simbiótico, no qual há uma relação mutuamente benéfica entre o Estado e o setor privado, o que ocasionaria em ganhos na inovação e crescimento econômico, o segundo cenário é sistema de inovação parasitário, no qual o setor privado drena os recursos concedidos pelo estado sem oferecer uma contrapartida (MAZZUCATO, 2014).

A participação do setor público na criação de inovação é central, ela elimina os riscos, incentiva os setores e estabiliza a conjuntura econômica para o crescimento. Apesar de os Estados Unidos serem conhecidos pela sua liberdade e forte setor privado, isso se deu com um grande aporte Estatal nas empresas, assumindo o risco para obter inovações. Um grande exemplo citado por Mazzucato é a Apple, mundialmente conhecida por ser uma empresa inovadora, tem como o seu produto mais vendido, o Iphone, que possui tecnologias que foram desenvolvidas com participação Estatal e foram revolucionárias no seu lançamento. A empresa se beneficiou direta e indiretamente do recurso disposto pelo Estado, os produtos com a tecnologia que possui hoje surgiram em tempos difíceis, esforços na época de guerra para assegurar uma proteção nacional. O investimento proporcionou aos produtos tecnológicos uma dissipação mundial, o que hoje pode ser algo comum, naquela época era incerto, investir nesse tipo de produto inovador leva tempo e a necessidade de capital.

Para Keynes, os mercados capitalistas por natureza própria são propensos a ciclos de expansão e contração que podem levar a crises econômicas. Essas instabilidades resultantes de fatores como, flutuações de investimento, ondas de otimismo e pessimismo do setor privado e choques externos seriam minimizadas com os gastos governamentais, mantendo o nível de estímulo à demanda. Os gastos públicos podem vir de inúmeras maneiras, as principais são os projetos de governos que visão a aceleração do crescimento, investindo recursos estatais nos principais setores como: infraestrutura, segurança, saúde, transporte, entre outros campos.

Nesse sentido temos Schumpeter com as suas contribuições teóricas a respeito do desenvolvimento econômico. Segundo o autor “O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio” (SCHUMPETER, 1997). Apesar disso, o desenvolvimento se entende como as mudanças endógenas que surgem espontaneamente no

sistema econômico, de forma a mudar o equilíbrio existente. Ele destaca que o desenvolvimento é distinto do fluxo circular e do equilíbrio econômico, sendo caracterizado por mudanças descontínuas que são impulsionadas por inovações. Para isso, os produtores são os principais agentes de mudança, eles seriam responsáveis por “educar” o consumidor a almejar novas tecnologias e produtos. Para introduzir novos bens no sistema econômico é necessário o desempenho do empreendedor, pois ele que faz essa ação, para isso o empresário necessita de crédito para financiar as suas atividades e maquinárias (SCHUMPETER, 1997).

O crédito é distribuído através dos bancos, esse capital permite a mobilização de recursos, que de outra forma ficariam imobilizados ou subutilizados. Com isto, o empresário tem a possibilidade de obter os recursos necessários para iniciar a sua produção, mesmo sem possuir previamente os recursos, isso faz iniciar o processo de implementação das inovações que abrem as portas para o desenvolvimento. A criação do crédito sem base em bens existentes, outro crédito anormal como chama Schumpeter, é o principal para as novas combinações de produção e inovação empresarial. O empresário possui as ideias para a inovação, por sua vez necessita de recursos para pôr em prática o seu negócio, o dono da firma irá procurar meios de financiamento para o seu empreendimento, esse capital financeiro que ele depende para as inovações é obtido por meio dos bancos (SCHUMPETER, 1997).

Os bancos privados normalmente buscam liberar seus recursos com uma taxa de juros maior que o setor público, eles tendem a ofertar crédito para empreendimentos que tenham um lucro em curto prazo. Porém as inovações que geram crescimento econômico tendem a ter seu primeiro lucro ao longo prazo. Isso ocorre também pela demora que inovações tendem a se concretizar, muitas delas precisam de tempo para desenvolver por completo, o que não é atrativo nos grandes bancos privados.

O alto risco de retorno é fator central nessa negociação, o setor público tende a tomar grandes riscos para investimentos incertos, a construção de tecnologias inovadoras demanda recursos e tempo. Produtos que estão no cotidiano da sociedade demandaram tempo para chegar a todos, quando chegam, esse tempo é devido a toda a construção que ele passa, parte dos benefícios das inovações nem sempre se concretizam, pois existe diversas variáveis que influenciam o seu processo e resultado, além de o crédito necessário para iniciar a trajetória do desenvolvimento dos produtos e tecnologias depender de condições institucionais, políticas, jurídicas e de propriedade. Os bancos preferem conceder o crédito a comerciantes devido à grande liquidez que eles proporcionam em comparação aos empresários industriais.

Para fomentar a criação desses produtos, as indústrias demandam crédito e condições favoráveis ao seu entorno, para atender toda essa busca, novos recursos precisam ser

criados, já que o capital privado disponível é insuficiente para completar todo o processo de industrialização. A solução para esse problema foi a criação do dinheiro imaterial através das notas promissórias e letras de câmbio, chamado de crédito de circulação (HILFERDING, 1985). As transações não ocorrem simultaneamente, esse tipo de crédito vem para facilitar esse meio, permitindo a transferência de mercadorias sem a necessidade do dinheiro físico, essa dispensa do uso do dinheiro pode aumentar a produção, pois não se limita mais ao volume de dinheiro que existe. O sistema bancário substitui as notas comerciais e industriais por meio das notas bancárias, aumenta o volume de dinheiro creditício, esse por sua vez facilita a compra dos meios de produção e ao final do ciclo econômico ele volta ao capitalista (HILFERDING, 1985). O Estado precisa possuir projetos voltados ao crescimento econômico sustentável, para isso, um fator fundamental é potencializar o crescimento econômico por meio da industrialização, e isso se faz com a instrumentalização institucional através dos bancos.

2.2 BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

Os bancos de desenvolvimento (BDs) têm a sua trajetória acentuada na década de 1940, período pós-Segunda Guerra Mundial, os países precisavam se reestruturar economicamente e perceberam a necessidade de instituições financeiras dedicadas exclusivamente ao desenvolvimento econômico de longo prazo. Em linhas gerais, o banco de desenvolvimento é uma instituição financeira ou bancária, cujo o seu controle pertença a um governo e que se destina a financiamentos de longo prazo, que abrange linhas de crédito a determinados setores produtivos regionais. Segundo a resolução nº 394/76 do Banco Central do Brasil, os bancos de desenvolvimentos têm como objetivo proporcionar suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos.

Apesar do surgimento de inúmeras instituições financeiras de desenvolvimento no período mencionado anteriormente, o *Crédit Mobilier* é considerado o primeiro banco que estava preocupado com o desenvolvimento socioeconômico, sob a ideologia do Conde de Saint-Simon. A forte influência do pensamento do economista francês sobre o banco serviu para o avanço de algumas áreas, o progresso econômico por meio do industrialismo, planejamento e organização. Para isso era necessário financiar projetos de infraestrutura, como canais, ferrovias, e indústrias, o que era prioridade para a época.

Atualmente os bancos de desenvolvimento focam seus recursos em áreas que necessitam de urgência de transformação, para isso ocorrer é preciso um conjunto de fatores

disponíveis, além do crédito que é central, existe a capacidade técnica dos gestores para entender como alocar o recurso de maneira ótima.

O Estado deve assumir o papel de protagonista do crescimento econômico e de acumulação capitalista, essas instituições visam o desenvolvimento de áreas regionais, sendo o seu principal papel. Diferente de instituições privadas que prevalecem a obtenção de lucro, os BDs retiram uma parcela mínima de lucro apenas para manter as suas atividades e financiar novos empreendimentos. Em processos de industrialização tardia, existe a falta de acumulação financeira vertical e péssima distribuição bancária, afetando a formação de poupança doméstica, com isto, o Estado se faz obrigado a assumir a ação de financiador do crescimento econômico (CARDOSO DE MELLO, 1998).

No Brasil o destaque de banco de desenvolvimento fica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fundado em 1952 pela Lei nº 1628, de 20 junho, no governo Vargas. O intuito do BNDES é o financiamento de longo prazo para todos os segmentos econômicos, apesar de suas contradições de financiamentos internacionais o seu papel foi central para o desenvolvimento do país. Grande parte dos Estados brasileiros possuem bancos de fomento e desenvolvimento, que buscam o crescimento nas regiões onde se localizam.

Quadro 1: Bancos de Desenvolvimento

Instituição	Fundação
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A	1967
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S. A	1962
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1961
Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco	1966
Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia	1966
Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo	1967
Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná	1968
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro	1969
Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo	1970
Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul	1973
Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte	1974
Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	1975
Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás	1976

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na América Latina, houve a influência da ideologia do desenvolvimentismo, em sua maioria apoiados pela Comissão Econômica para Assuntos da América Latina e Caribe (CEPAL), os países latino-americanos buscavam estratégias para superar a dependência

econômica dos grandes polos econômicos. Os conceitos do pensamento cepalino passavam pela teoria da dependência que argumentava que o subdesenvolvimento dos países periféricos é consequência direta da inserção subordinada desses países no sistema econômico global, sendo a estrutura econômica global dividida em países centrais (desenvolvidos) e periféricos (subdesenvolvidos) onde os centrais se beneficiavam da exploração econômica dos menores.

A comissão foi formada por economistas vindos da escola estruturalista, o mais notável sendo Raúl Prebisch, a sua contribuição se deu por meio do modelo de substituição de importações, incluso no seleto grupo de economistas estava o brasileiro Celso Furtado, com contribuições para o modelo cepalino. Houve avanços na promoção do desenvolvimento dos países pertencentes à comissão, no caso brasileiro o modelo foi adotado durante o Governo Vargas, seguindo o modelo de substituição de importações, o Brasil inseriu novos produtos em seu mercado e diminuiu o foco no setor agroexportador, além da criação de estatais como Petrobras, BNDE e Eletrobras, nos anos seguintes ainda foram criadas a Embraer e Telebrás.

O pensamento desenvolvimentista estava intrínseco nos planos de governo, além dos investimentos estatais, o Brasil possuía agências de fomento espalhadas por todo o país, os bancos de desenvolvimento como apresentado no Quadro 1 surgiram em sua maioria no mesmo decênio. As instituições financeiras criadas na época e visavam desenvolver as regiões em que atuavam, para isso o fortalecimento desse tipo de instituição era fundamental no desenvolvimento dessas regiões, a industrialização tardia e falta de investimento em regiões não centrais, boa parte ia para o sudeste, fez equalizar o crescimento em todo o território nacional.

Já no Estado de Santa Catarina possui a Banco de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A (BADESC) que teve a sua criação em 1973 e iniciou as suas atividades em 1975, possuindo no seu capital inicial recursos orçamentários, da participação do Estado de Santa Catarina nos recursos do BRDE e de créditos especiais. Inicialmente chamado de Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o BADESC foi um dos principais agentes de fomento da economia catarinense, a instituição foi responsável por investimentos em momentos que a economia catarinense precisou reestabelecer as atividades econômicas, no período das enchentes sofridas em 1983, além da modernização da indústria têxtil, segmento tradicional do Estado catarinense.

As linhas de financiamento do banco passam por projetos sustentáveis e de inovação tecnológica, ofertando crédito para micro, pequenas e médias empresas, esse capital apoia a sustentação do desenvolvimento regional, corroborando com as inovações em setores específicos. No decênio anterior que iniciou a fase de financiamentos pelo sistema de crédito,

Santa Catarina contou com a criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, fundado em 1961, no mesmo ano que surge o Banco de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (BDE), já em 1963 é criado o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC) pela lei nº 3.390 de 23 de dezembro, ambos com o intuito de estimular e promover o desenvolvimento econômico e social do Estado catarinense.

O BDE foi pioneiro no quesito de financiamentos de longo prazo, antes da sua criação os bancos que atuavam em solo catarinense ofertavam apenas financiamentos de curto prazo para pequenas e médios produtores, em suma maioria agrícolas (GOULARTI FILHO, 2012). O BDE foi central nos projetos dirigidos pelo Estado, fomentando o capital privado catarinense por meio do PLAMEG e do PLAMEG II, intitulado de Plano de Metas do Governo (PLAMEG) foi criado em 1961 no governo de Celso Ramos, os objetivos com a sua concepção era o aperfeiçoamento e elaboração de obras e serviços públicos para a provocação do desenvolvimento econômico e social do Estado (SCHMITZ, 1985). O PLAMEG II veio logo em sequência, a experiência positiva do primeiro plano, foi desenvolvido no governo de Ivo Silveira. O BDE em 1968 transformou-se em banco comercial, perdeu o seu título de banco de desenvolvimento e passou a se chamar de Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), que em 1999 acabou sendo incorporado pelo governo federal e foi progressivamente absorvido pelo Banco do Brasil, processo que terminou apenas em 2009.

Já o FUNDESC, apesar da sua criação em 1963, apenas em 1969 o fundo iniciou o repasse e suas liberações de crédito, antes disso o fundo ficou sem ação, seus primeiros resultados foram vistos no início da década de 1970. O fundo foi extinto em 1975 pela Lei Estadual 5.159 de 04 de novembro, e surgiu o PROCAPE da mesma lei.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul foi instituído pela necessidade de novos arranjos financeiros para a indústria, já que os bancos não dispunham de todo o capital necessário para a demanda de fomento que as empresas buscavam, isso devido ao pequeno grau de concentração de capital (FONSECA, 1988). Inicialmente o banco operou com recursos próprios angariados pelos três Estados do Sul, em 1965 o banco iniciou os repasses para financiamentos com capital liberado pelo BNDES. A instituição não realizou nenhum financiamento em 1987 e 1988 devido ao seu alto grau de endividamento, com isso o BRDE sofreu uma crise de liquidez, e no ano seguinte sofreu uma intervenção extrajudicial do Banco Central do Brasil, esta que durou até 31 de janeiro de 1992, ficando cinco anos sem realizar nenhum novo empréstimo.

3 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Este capítulo aborda aspectos relativos ao BRDE, com objetivo de discutir sua história, entender as circunstâncias para a sua criação e como ocorreu o processo de liquidação extrajudicial.

No início da década de 1960 a indústria brasileira passou por um período de transformações, impulsionado pelo processo de industrialização e consequente modernização de setores produtivos durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. A implementação do Plano de Metas impulsionou o crescimento econômico devido ao fortalecimento da indústria nacional, com a chamada substituição de importações. O crescimento econômico, porém, foi desigual, era notável a discrepância do desenvolvimento entre as regiões. Nesse contexto, segundo Fonseca (1988, p.44), os governos da região Sul retomaram uma iniciativa que havia sido discutida um ano antes, o desejo de mitigar as desigualdades regionais e o atraso da região. A proposta apontada pelos três governadores na reunião realizada em Florianópolis com a presença do então presidente Jânio Quadros e alguns dos seus ministros era de criação de um conselho que visava traçar as diretrizes políticas e um banco voltado para operacionalizar e financiar as atividades no desenvolvimento dos três Estados.

3.1 ORIGEM E RECURSOS

Apenas após alguns meses depois da primeira reunião, o conselho e banco de desenvolvimento foi então criado. A assinatura dos termos ocorreu em 15 de junho de 1961, em Curitiba e foi assinado pelos três governadores do Sul, Ney Braga, Celso Ramos e Leonel Brizola. A autorização para o BRDE iniciar as suas funções foi dada por meio do Decreto nº 51.617, em 5 de dezembro de 1962, assinado por João Goulart, nesse tempo o banco já passava por alguns questionamentos para de fato, iniciar as tarefas. O primeiro Presidente a ser escolhido foi o economista Pery Pinto Diniz Silva, por decisão dos três governadores, a ele foram entregues: o convênio de criação do banco, o livro de ata e o contrato de aluguel do imóvel onde o mesmo seria instalado (MIRANDA, 2003, p. 65). Com isto, surgia a primeira tarefa ao novo Presidente, encaminhar a contratação dos primeiros funcionários para o corpo técnico.

Segundo Miranda (2003, p. 74) para não atrasar o início das operações de financiamento e até que fosse realizado o primeiro concurso público, foram convocados os

alunos da faculdade de Ciências Econômicas e professores da Escola de Engenharia, ambos da UFRGS, que com seu aproveitamento nos cursos pudessem colaborar junto ao banco. O corpo técnico do BRDE era formado pelos melhores alunos do curso de Ciências Econômicas, mas os mesmos não possuíam experiência e capacitação na área. Para resolver esse entrave foi realizado nos meses de junho e julho de 1961 um curso par capacitação em programação e projetos econômicos, que contou com professores da UFRGS, técnicos do BNDE, BID e do Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul (BRDE, 1988, p. 10).

Formado o corpo de trabalhadores iniciais o banco ainda possuía alguns empecilhos para a resolução, o fator principal, um capital relevante para poder atender as expectativas de financiamentos. Inicialmente o BRDE teve um capital inicial de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), valor integralizado em quantia iguais pelos três estados do Sul. Outra fonte de recursos veio dos repasses dos Acordos do Trigo, que foi assinado entre os governos brasileiro e norte-americano, que totalizou em seu repasse o valor de Cz\$ 2.050.000.000,00. Os governadores também obtiveram a sua proposta acolhida pelo presidente Jânio Quadros que reservava 1% da receita tributária anual de cada estado para a constituição de capital do banco. Essa proposta, porém, não foi igualitária entre os três estados, pois apenas o Rio Grande do Sul contribuiu regularmente com o valor, o que fortaleceu a agência do estado gaúcho (FONSECA, 1988).

Dadas as operações iniciais para deixar as agências em pleno funcionamento, o banco começa a operar os contratos apenas em 1964. O período de concretização do planejamento começa a ser efetuado a partir de novas linhas de recursos implementada junto ao BNDE e com as licenças necessárias para operar as linhas de crédito.

A partir de 1965, além dos recursos dos acordos do trigo, o banco passaria a operar com os recém-criados fundos voltados ao setor industrial: Fundo de Financiamento para Aquisição de Maquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), Fundo de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME) e Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE) (FONSECA, 1988 p. 59-60).

Os primeiros contratos em Santa Catarina ocorreram no ano de 1965, com aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) no montante de Cr\$ 530.000.000 (quinhentos e trinta milhões de cruzeiros) para capital de giro. Cinco empresas catarinenses foram contempladas com os financiamentos, sendo elas: Celulose Irany S.A., do município de Irani; Papelosa S.A., de Fraiburgo; Frigorífico Canoínhas S.A., da cidade norte- Catarinense; Berri S.A. (Curtume e fábrica de calçados), de Caçador e TRATO S.A. (Fábrica de Transformadores) de Tubarão (O ESTADO, 1965).

O relatório de atividades do BRDE de 1965 apontou a origem dos recursos que utilizava nos primeiros anos, o que superou a casa dos Cr\$ 10 bilhões de cruzeiros:

Os recursos especiais, em maior volume do que os próprios, são provenientes: a) do Fundo do Acordo do Trigo, como adicionais oriundos de acordos internacionais entre o nosso país e os Estados Unidos (USAID), montando Cr\$ 1.600 bilhões; b) do FUNDECE (Fundo de Democratização do Capital das Empresas), donde o banco recebeu 4 bilhões de cruzeiros, com o caráter da rotatividade para administrá-los por 10 anos; c) do FINAME (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais), restrito a maquinário de procedência nacional, tendo recebido o banco recursos até o limite de Cr\$ 4.500 bilhões; d) do FIPEME (Fundo de Financiamento à Pequena e Média Empresa), com recursos provenientes do acordo assinado entre BNDE e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento...) cujo o montante do crédito administrado pelo banco é de Cr\$ 4 bilhões e US\$ 500 mil do Fundo de Investimento da Pecuária, representada por uma taxa especial criada por lei pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a vigor por 10 anos, sobre o abate de bovinos, suínos e ovinos naquele Estado, denominada “Taxa de Investimento da Pecuária”, destinando-se ao financiamento de indústrias ligada à pesca e à pecuária (O ESTADO, 1966).

O jornal ainda destaca que os recursos provenientes de fora da região foram de Cr\$ 14 bilhões e duzentos milhões de cruzeiros, enquanto de recursos próprios ficou na casa de Cr\$ 5 bilhões e seiscentos milhões.

3.2 ESTABILIZAÇÃO E DÉCADA DE 1970

A década de 1970 iniciou com grande expectativa econômica apesar do regime ditatorial que havia iniciado no Brasil em 1964, as taxas de crescimento no país avançavam positivamente com o I PND que vinha depois do Plano Trienal, PAEG e PED. O período curto conhecido como “Milagre Econômico” registrou crescimento de até dois dígitos, tendo foco na expansão da infraestrutura, incentivo a indústria pesada e a consolidação de estatais vide Petrobras, Eletrobras e Telebras. O resultado dos planos além do crescimento acelerado ocasionou um forte aumento da dívida externa e da concentração de renda.

O BRDE foi afetado positivamente nesse crescimento e desenvolvimento da indústria nacional, os Estados do Sul se beneficiaram até certo ponto. Em Santa Catarina o banco repassava recursos para empresas estatais, ajudando no financiamento de projetos, a CELESC foi uma a ser contemplada. Em 1972 a agência de Santa Catarina administrou o montante de Cr\$ 276.821.000,00 em recursos, com participação externa de 91,1% do total administrado pela agência catarinense, com isto gerou um lucro de Cr\$ 4.405.314,00 (O ESTADO, 1973).

Contudo, as expectativas começaram a se tornar negativas em torno da economia, passado o crescimento vertiginoso do milagre econômico (1968-1973). O cenário internacional era pessimista para o Brasil tendo em vista que esse ritmo de crescimento já dava sinais de fraqueza, os países estavam vivendo o fim do ciclo crescente pós-guerra, a inflação começou a atingir a economia global, houve uma desaceleração após o primeiro choque do petróleo, que ocasionou o início do endividamento por parte dos financiamentos externos e uma futura crise da dívida nos inícios dos anos 1980.

O BRDE sofreria de escassez de recursos em 1974, devido ao enxugamento da receita tributária advinda do ICM que passou de 1% para 0,5% na alíquota de repasse (FONSECA, 1988, P.67). Para superar a falta de recursos, o banco buscou encontrar outras formas de financiamento, seu principal meio foi por meio dos Certificados de Depósito Bancários e Certificados (CDBs) de Depósitos Interbancários (CDIs). Essas captações no mercado serviriam para conter a inadimplência do setor produtivo que havia contraído crédito do banco e repassar para os estados manterem as contas em dia.

A falta de crescimento é vista no Produto Interno Bruto mundial e no cenário nacional, o Brasil teve anos de estagnação e retração do PIB interno, com uma retração de 4,2% em 1981 e 1983 com outra retração 2,9% com visto no Gráfico 1 abaixo. O primeiro período de análise 1990-1999 será dolarizado devido as mudanças de moedas que o Brasil sofreu para segurar a alta da inflação, após esse recorte temporal os dados apresentados constaram em moeda nacional (Real) corrigido para o ano de 2022.

A história monetária do Brasil reflete as transformações econômicas e políticas que o país atravessou desde o período colonial. Ao longo dos séculos, o país passou por mudanças nas moedas motivadas principalmente pelo controle inflacionário e pela necessidade de estabilização econômica. A nação brasileira já teve nove unidades monetárias oficiais, sendo elas: Real (moeda portuguesa aplicada no Brasil colônia), Réis (mudou devido ao avanço da inflação), Cruzeiro (antigo), Cruzeiro Novo, Cruzeiro, Cruzado (veio para substituir o Cruzeiro, passando de 1.000 Cruzeiros a valer 1 Cruzado), Cruzado Novo, Cruzeiro (reintroduzido em 15 de março de 1990 como nova unidade monetária do Brasil no plano Collor), ainda em 1993 surgiu o Cruzeiro Novo que foi uma moeda de transição para o Real. O Real (atual moeda) que foi introduzida por medida provisória em 1º de julho de 1994 e aprovado pelas Leis 8.880, de 28 de maio de 1994 e 9.069, de 29 de junho de 1995, como unidade monetária brasileira até os dias de hoje (SENADO, 2024).

Outro fator que agravou o problema de investimentos públicos no período foi o crescimento da inflação galopante que o país sofreu, visto no gráfico abaixo. Entre os anos 1980

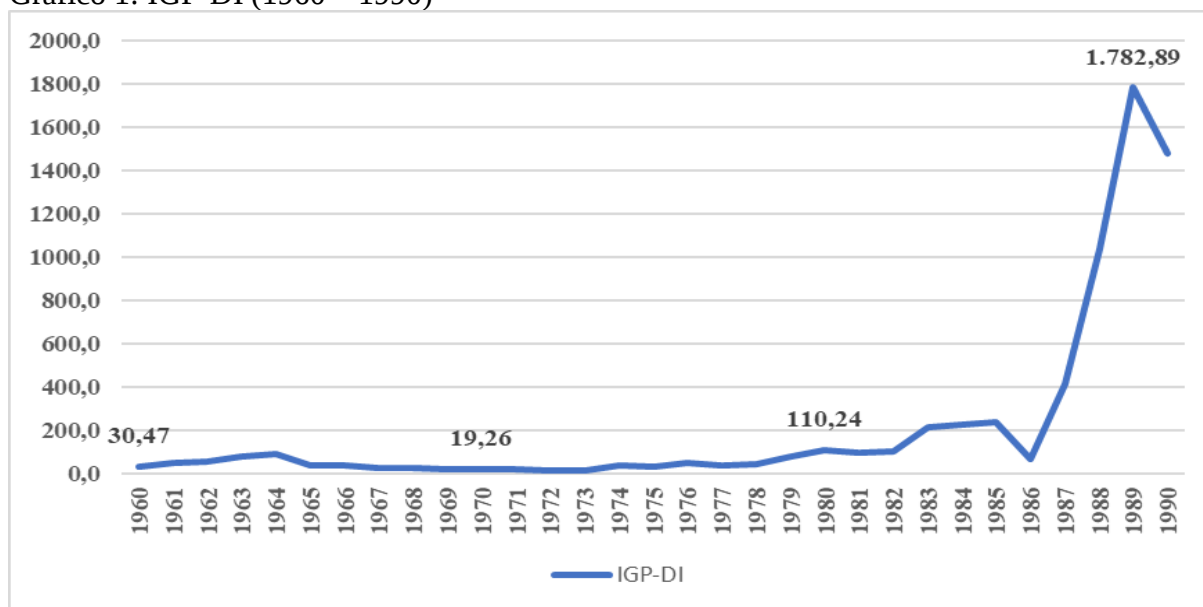
até 1990 o Brasil enfrentou um dos seus piores momentos da sua história econômica, caracterizado por uma hiperinflação persistente que afetou profundamente a sociedade e o desenvolvimento do país. A crise teve origem na chamada "década perdida" da América Latina, marcada pelo agravamento do endividamento externo, especialmente após a elevação das taxas de juros internacionais e a valorização do dólar. Para financiar os elevados déficits fiscais, o governo brasileiro recorreu à emissão de moeda, o que intensificou o seu processo inflacionário. Outro fator agravante foi a indexação generalizada da economia, em que salários, contratos e preços eram reajustados automaticamente com base na inflação passada, o que perpetuava o ciclo inflacionário.

Na tentativa de conter a inflação, foram implementados planos econômicos, sendo o primeiro deles o Plano Cruzado em 1986, que introduziu uma nova moeda, o Cruzado (Cz\$), e congelou preços e salários, inicialmente o plano gerou otimismo, com uma queda temporária da inflação e aumento do consumo, contudo, a ausência de medidas para equilibrar a oferta de produtos resultou em desabastecimento e inflação no mercado informal, culminando no fracasso do plano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2025). Em seguida, o Plano Cruzado II foi implementado, mas as medidas impopulares, como o aumento de impostos, causaram descontentamento e não conseguiram conter a escalada inflacionária. Em 1987, o Plano Bresser foi lançado, focado em cortes nos gastos públicos e novo congelamento de preços, mas a inflação continuou alta. Por fim, em 1989, o Plano Verão introduziu outra nova moeda, o Cruzado Novo (NCz\$), e novamente buscou controlar os preços, mas o descontrole inflacionário persistiu (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2025).

A inflação corroía rapidamente o poder de compra da população, afetando principalmente as classes mais baixas, que não tinham acesso a mecanismos de proteção financeira.

A desigualdade social se aprofundou, e a incerteza econômica prejudicou investimentos e o crescimento econômico (IPEA, 2025). No final da década, em 1989, a inflação brasileira atingiu patamares alarmantes, superando 1.700% ao ano vide Gráfico 1. A estabilidade monetária só começou a ser alcançada com o lançamento do Plano Real, em 1994, que introduziu reformas estruturais, estabilizou a moeda e controlou a inflação de forma mais duradoura.

Gráfico 1: IGP-DI (1960 – 1990)



Fonte: Ipeadata.

Analisando o gráfico de Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), percebe-se que a variação do índice se mantinha estável até o início dos anos 1980, ano após ano foi crescendo até atingir o seu ápice em 1989. O cenário era desfavorável para o desenvolvimento de uma economia saudável, o esgotamento do modelo desenvolvimentista parecia inevitável, a economia brasileira vivia momentos difíceis, o que culminou em uma decadência dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os dois Estados passavam por dificuldades para honrar seus compromissos alinhado a falta de recursos para manter os investimentos e projetos.

Sendo assim, os Estados foram obrigados a contratar outras fontes de recursos e aumentarem o seu endividamento. No caso de Santa Catarina a dívida cresceu após o Estado passar por problemas climáticos, uma forte enchente fez o estado endividar-se para começar uma reconstrução das cidades atingidas. O caso do Rio Grande do Sul era ainda pior, vide a grande perda de recursos com a isenção de tributos sobre os produtos exportados.

3.3 DÉCADA DE 1980 E CRISE

O início dos anos 1980 foi compreendido como um período de grandes transformações na política e na economia do país, o regime ditatorial que estava instaurado no Brasil estava chegando em seu fim, com ele era deixado uma hiperinflação. A liquidação extrajudicial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) chegou em 7 de

março de 1989, resultado de um conjunto de fatores que levaram a paralisação das suas atividades por três anos. O endividamento dos estados fez com que o BRDE fosse captar recursos do mercado financeiro para atender a demanda de crédito dos estados-membros, pelo lado o pagamento dos financiamentos não era realizado.

Outro ponto da crise que se instaurava no BRDE foi a liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Alagoas S/A, ou PRODUBAN, sendo criado em 1963 com o mesmo intuito do BRDE, mas para a região do Estado do Alagoas, surgiu na década em que os bancos de desenvolvimento eram vistos como necessários para ascender a economia regional, o mesmo detinha aproximadamente Cz\$ 13,7 bilhões de aplicações junto ao bando do extremo Sul.

A crise do banco alagoano gerou um efeito em cascata no sistema bancário nacional, ocasionando na perda de confiança por parte dos investidores e clientes nas instituições financeiras públicas. A fuga de capitais dos bancos de desenvolvimento era iminente, no BRDE houve o medo de que ele sofresse o mesmo destino, a medida inicialmente tomada serviria para proteger o sistema financeiro nacional, mas foi na contramão gerando um efeito expectacional negativo a respeito dos bancos. Aliado a uma tendência internacional debatida no consenso de Washington, o Estado Brasileiro deveria diminuir a participação do Estado na economia nacional, afetando o sistema bancário nacional. Essa alegação de privatização de terminados setores era devido ao um possível ganho de eficiência e redução de juros.

Diante dos fatos expostos, foi em um ato do Banco Central do Brasil no dia citado no início do capítulo, o banco sofreu a sua liquidação que duraria até 1992. A primeira parte da sua liquidação veio com a destituição da diretoria vigente, os interventores desativaram áreas operacionais e de planejamento. Ao decorrer desse novo controle que estava sob o BRDE, os funcionários do banco iniciaram reuniões com sindicatos para contornar a situação.

3.4 LINHAS DE CRÉDITO

O BRDE sendo uma instituição pública de fomento, atua no apoio técnico institucional e creditício para a sociedade. Em sua carteira o banco possui linhas de empréstimos e financiamentos de longo prazo, voltados para o desenvolvimento e fomento da produtividade na Região Sul. Possui uma carteira diversificada para atender de maneira que total as demandas da sociedade, suas modalidades de financiamento são: Projetos de Investimentos; Aquisição de Máquinas e Equipamentos; Capital de Giro; Prestação de Garantia (Carta Fiança Bancária); Inovação; Energia Renovável e Infraestrutura; Turismo; Projetos Sustentáveis; Agronegócio;

Armazenagem e Irrigação; Florestas e Sistemas Integrados de Produção; Gestão Pública e Infraestrutura Social; Logística Urbana e Saneamento; Cidades Inteligentes.

Os projetos devem seguir normas específicas para serem atendidas, algumas atividades não são passíveis de apoio creditício, como: produção ou comércio de qualquer produto ou atividade que seja considerada ilegal, trabalho forçado, jogos de azar, cassinos, produção ou comércio de tabaco, materiais radioativos, projetos ou atividades que envolva ou demande a destruição de habitats, ou até mesmo projetos sem o devido manejo sustentável.

Para realizar os projetos de maneira assertiva, o banco criou macroprogramas que norteiam a atuação da instituição, sendo eles BRDE Energia Sustentável, BRDE Sustentabilidade Ambiental, BRDE Sustentabilidade Social, BRDE Inova, BRDE Turismo, BRDE Municípios, BRDE Microfinanças e BRDE Negócios. Cada macroprograma serve para facilitar o controle gerencial do banco nos financiamentos, e por isso, o banco possui uma diversificada fonte de recursos, sendo recursos próprios e recursos provenientes de fontes externas como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 2: Origem dos Recursos

Recursos Nacionais	Recursos Externos
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo	NDB - <i>New Development Bank</i>
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste	BEI - Banco Europeu de Investimento
CEF - Caixa Econômica Federal	BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
FUNCAFÉ	BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	-
Recursos Próprios	-

Fonte: Relatórios do BRDE (2024).

Para obter esses recursos, os pedidos de financiamento devem ser realizados através do site do BRDE (brde.com.br), mediante o preenchimento de formulários eletrônicos que o próprio banco disponibiliza no site, junto com os documentos necessários. Pessoas físicas, pessoas jurídicas e municípios de todos os portes que exerçam as suas respectivas atividades na Região Sul do Brasil ou no Estado do Mato Grosso do Sul podem efetuar o cadastro para os financiamentos. O processo de solicitação de financiamento no BRDE segue um conjunto

estruturado de etapas, garantindo uma análise criteriosa dos projetos. Existem cinco etapas nesse processo, inicialmente, ocorre a fase de enquadramento na qual se verifica a adequação do objeto do financiamento às políticas operacionais do banco, bem como a situação econômico-financeira e cadastral do proponente. Uma vez cumprido esse requisito, o pedido avança para a etapa de análise, na qual se realiza uma avaliação aprofundada do risco de crédito. Esse processo envolve a análise técnica, econômica, financeira e jurídica do projeto ou empreendimento, podendo incluir a realização de visitas técnicas à empresa e a solicitação de documentos complementares. O tempo de análise está diretamente relacionado à agilidade do proponente no fornecimento das informações solicitadas.

Após essa fase, o parecer técnico é encaminhado para apreciação dos Comitês de Crédito do banco, responsáveis pela aprovação do financiamento. A depender do valor do pedido, diferentes instâncias de decisão podem ser envolvidas. Uma vez aprovado, o BRDE solicita a documentação necessária para a formalização do contrato, exigindo a comprovação de regularidade fiscal, tributária e previdenciária, conforme a natureza do cliente. A liberação dos recursos ocorre posteriormente ao retorno do contrato devidamente registrado, seguindo o cronograma físico-financeiro do projeto e as condições estabelecidas no documento contratual. Por fim, o BRDE realiza o acompanhamento e a fiscalização da execução do projeto até a sua conclusão. A liberação de novas parcelas do financiamento depende da comprovação física e financeira da aplicação dos recursos próprios e dos montantes financiados pelo banco, em conformidade com o cronograma estabelecido.

3.5 DIRETORES PRESIDENTES

Os diretores presidentes durante o período analisado de 1992 – 2024, os nomes foram retirados direto dos relatórios da administração do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). O mandato da presidência é tradicionalmente rotativo, quando um estado assume a presidência, os outros dois ocupam a vice-presidência e as diretorias financeiras e administrativas.

Esse rodízio evita a concentração de poder em um único estado e fortalece a cooperação entre eles, cada estado tem a oportunidade de liderar o banco e alinhar os projetos de forma que exista a alternância de poder entre eles. O modo da alternância evita a super valorização de apenas um estado, faz o trabalho ser contínuo entre os três e não deixar algum de fora por falta de representatividade.

Quadro 3: Diretores-Presidentes

Diretor-Presidente	Período	Estado	Partido
José Paulo Dornelles Cairoli	1992 - 1994	Rio Grande do Sul	MDB
Nelson Wedekin	1995 - 1996	Santa Catarina	PDT
José Maria Carvalho da Silva	1996 - 1999	Rio Grande do Sul	-
Carlos Henrique Vasconcellos Horn	2000 - 2001	Rio Grande do Sul	PSDB
Aldo de Almeida Júnior	2001 - 2002	Paraná	-
Casildo João Maldaner	2003 - 2004	Santa Catarina	MDB
Lélio Miguel Antunes de Souza	2004 - 2005	Rio Grande do Sul	MDB
Carlos Frederico Marés de Souza Filho	2005 - 2006	Paraná	-
Renato de Mello Vianna	2007 - 2008	Santa Catarina	MDB
Mario Bernd	2008 - 2009	Rio Grande do Sul	Cidadania
Airton Carlos Pissetti	2009 - 2010	Paraná	-
José Moraes Neto	2010 - 2011	Paraná	-
Renato de Mello Vianna	2011 - 2012	Santa Catarina	MDB
Carlos Henrique Horn	2012 - 2013	Rio Grande do Sul	-
Jorge Gomes Rosa Filho	2013 - 2014	Paraná	-
Neuto Fausto de Conto	2015 - 2016	Santa Catarina	MDB
Odacir Klein	2016 - 2017	Rio Grande do Sul	MDB
Orlando Pessuti	2017 - 2018	Paraná	MDB
Neuto Fausto de Conto	2018 - 2019	Santa Catarina	MDB
Marcelo Haendchen Dutra	2019 - 2020	Santa Catarina	-
Leany Barreiro de Sousa Lemos	2020 - 2021	Rio Grande do Sul	PSD
Wilson Bley Lipski	2021 - 2022	Paraná	-
João Paulo Karam Kleinübing	2023 - 2024	Santa Catarina	União Brasil
Ronolfo Vieira Júnior	2024 - 2025	Rio Grande do Sul	PSDB

Fonte: Relatórios do BRDE.

Diferente de outros bancos de fomento, o BRDE não possui uma sede fixa única que sobreponha um estado aos demais. A presidência da instituição é exercida em um sistema de rodízio anual (ou bienal, dependendo de acordos internos e ciclos políticos) entre os três estados controladores. Quando um estado detém a Presidência, os outros dois ocupam postos estratégicos como a Vice-Presidência e as Diretorias Financeira, Diretoria Administrativa ou de Planejamento. Esse "jogo de cadeiras" garante uma maior interação de todos os Estados

controladores e que nenhuma das três unidades da federação dite sozinha os rumos do banco, mantendo o foco no desenvolvimento equânime de toda a Região Sul.

4 DÉCADA DE 1990 E REABERTURA DO BRDE

Nesse capítulo serão expostos o contexto econômico que o Brasil enfrentava no início dos anos 1990 e a reabertura do BRDE, passando pelos presidenciais naquela ocasião.

4.1 ECONOMIA BRASILEIRA

A última década do século XX para o Brasil foi escrita com embates políticos, chegou ao fim a ditadura militar e início de redemocratização. Essa transição foi um processo complexo que se desenrolou ao longo da década de 1980, marcado por intensos debates políticos, pressões populares e transformações institucionais. Após 21 anos de regime militar (1964-1985), o país avançou rumo à retomada da democracia com a eleição indireta de Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985, pelo Colégio Eleitoral. Representando uma ampla coalizão de oposição ao regime militar, Tancredo simbolizava a transição pacífica do poder, trazendo consigo a esperança de um governo civil comprometido com a reconstrução democrática e a modernização institucional. No entanto, sua posse foi abruptamente impedida por problemas de saúde, levando à sua internação e posterior falecimento em 21 de abril de 1985, antes que pudesse assumir a Presidência da República. Diante desse cenário inesperado, o vice-presidente eleito, José Sarney, assumiu a chefia do Executivo, tornando-se o primeiro presidente civil desde João Goulart.

O governo Sarney (1985-1990) foi um período de transição e desafios significativos, marcado pela promulgação da Constituição de 1988, que consolidou os princípios democráticos, estabelecendo um novo pacto federativo, ampliando direitos sociais e estruturando a ordem econômica. Contudo, o contexto econômico era adverso, com uma inflação galopante que corroía o poder de compra da população e dificultava a estabilidade do país. Diversas tentativas de controle inflacionário foram implementadas, como o Plano Cruzado, mas seus efeitos foram temporários e insuficientes para conter a crise. Esse ambiente de instabilidade influenciou diretamente as eleições presidenciais de 1989, as primeiras diretas desde 1960, nas quais o discurso da modernização e do combate à corrupção ganhou força com Fernando Collor de Mello.

Nesse pleito, Fernando Collor de Mello emergiu como um candidato forte que ocasionou em sua vitória contra Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno. Collor apresentava-se como um candidato jovem, alinhado a uma agenda de reformas liberais que era uma tendência internacional, prometendo abrir a economia, privatizar empresas estatais e

combater a hiperinflação que assolava a população. Apesar disso, seu governo foi marcado por medidas econômicas controversas, como o confisco das poupanças no Plano Collor, o que gerou descontentamento popular e agravou a recessão. Além disso, denúncias de corrupção minaram sua credibilidade, culminando em um processo de impeachment em 1992, que resultou em sua renúncia antes da conclusão do julgamento no Senado. Assim, a primeira eleição direta da Nova República terminou prematuramente, evidenciando a fragilidade das instituições recém-reconstruídas e os desafios da consolidação democrática no Brasil. Chegou ao fim do mandato do primeiro presidente eleito do Brasil desde a eleição presidencial de 1960. Assumia então em seu lugar, o vice-presidente Itamar Franco após a renúncia de Collor, herdando um país mergulhado em problemas e que buscava a resolução deles, a principal questão era econômica, enfrentando ainda o quadro de inflação elevada.

Para enfrentar esse desafio, em 1993 ele nomeou Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, dando início à formulação do Plano Real, um dos mais importantes marcos da economia brasileira. Lançado em 1994, o plano previa a criação de uma nova moeda, o real, e uma série de medidas para estabilizar a economia, reduzindo a inflação de maneira significativa. O sucesso do Plano Real fortaleceu a imagem de Fernando Henrique Cardoso, que acabou se tornando o candidato da situação nas eleições presidenciais daquele ano.

4.2 REABERTURA DO BRDE

A sua reabertura ocorreu em 31 de janeiro de 1992 às 18h, no final do expediente do Banco Central foi encerrado o regime de administração especial temporária na qual o BRDE havia sido submetido, com isto, sendo “devolvido” aos estados controladores, depois de uma grande luta política e de seus clientes o BRDE finalmente voltava a sua origem, um banco de desenvolvimento controlado pelos estados do Sul e voltado para o desenvolvimento da região. Os anos iniciais da sua reabertura foram cercados por uma euforia, houve a volta dos funcionários transferidos e afastados, a mobilização impulsionada por setores produtivos e governamentais trouxe de volta o banco que transformou a economia da região Sul. A sua reabertura veio com uma reformulação na sua estrutura de governança, passada a fase de liquidação, o banco enfrentaria uma nova fase em sua história.

Nesse sentido, novo e então presidente do BRDE, Jose Paulo Dornelles Caieroli, assumiu o compromisso de financiar projetos que desenvolvessem a região Sul, o banco deveria atuar de forma com que foi criado, sendo uma instituição financeira desenvolvimento e não um

facilitador de capital dos governos. A instituição voltava a destinar financiamentos de longo prazo para empresas competitivas para aumentar a competitividade e produção escalável.

5 PRIMEIROS ANOS APÓS A LIQUIDAÇÃO E LIBERALISMO ECONÔMICO

O banco voltou de fato aos trilhos em 1993, no ano anterior buscou fixar as suas diretrizes para se reestabelecer. Nesse período o banco teve a sua reabertura com investimentos na casa de US\$ 90 milhões de dólares, obtendo um aumento nos anos seguintes com US\$ 273 milhões em 1993 e US\$ 477 milhões de dólares em 1994, e chegando em 1997 com investimentos de US\$ 1 bilhão de dólares comprovando a sua relevância para a região Sul, logo após o fim da sua liquidação extrajudicial.

A política nacional passava por momentos conturbados com o aumento da inflação e os planos de contenção da mesma, além disso, o país passou pelo seu primeiro impeachment de um presidente após a redemocratização. O BRDE voltará a investir na região Sul, os primeiros anos foram de provações para os setores produtivos, o medo de uma nova liquidação ainda pairava na mente da população. A década de 1990 trouxe uma abrupta abertura econômica que teve efeito imediato em uma enxurrada de produtos estrangeiros baratos, em sua maioria da Ásia. O custo da mão de obra era fator central na produção desses bens, os países asiáticos detinham a vantagem competitiva por possuir uma mão de obra barateada, setores como o têxtil e o de calçados. O PIB brasileiro teve o seu melhor período entre os anos de 1992-1995 crescendo com uma taxa acima de 4%, e a partir de 1996 foi diminuindo gradativamente, chegando em 1998 com um crescimento de apenas de 0,13%.

Esse período também foi caracterizado por grandes privatizações de empresas estatais, em setores de siderúrgicas, mineradoras, bancos e ferrovias. Grandes empresas como a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foram repassadas para a iniciativa privada, assim como o setor bancário que recebeu uma forte presença de grupos internacionais. O período de abertura iniciou com a eleição de Collor para a presidência, seu discurso modernizador, propôs uma abertura econômica com a redução de tarifas de importação, privatizações, além do seu plano econômico que buscava conter a inflação com o congelamento de prelos e salários. O seu governo chegava ao fim em 29 de dezembro de 1992, quando iniciou o seu julgamento no Senado, o presidente por meio de uma carta lida antes do julgamento anunciava a sua renúncia para tentar manter os seus direitos políticos, mas ainda assim houve o julgamento e Collor foi condenado à perda de mandato e à inelegibilidade por oito anos. Itamar assumia a cadeira presidencial após o ocorrido e continuou a abertura para capital estrangeiro, o seu maior feito no governo foi a criação do Real e início da estabilização econômica, a vitória do Real ascendeu o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso à presidência, que manteve a manutenção das políticas do Plano Real e as privatizações.

No primeiro ano após a sua volta, o BRDE proporcionou operações contratadas no valor de US\$ 28 milhões, já no Estado de Santa Catarina houve financiamentos contratados no valor de US\$ 7 milhões. Ao todo naquele ano foram investidos US\$ 80 milhões de dólares, o que gerou uma arrecadação de US\$ 10 milhões e a geração de 5,6 mil empregos diretos e indiretos para dos Estados do Sul. Em relação ao BRDE, o final do exercício de 1992 suas operações fecharam com um lucro de US\$ 17 milhões, seu patrimônio líquido US\$ 213 milhões e ativo total no valor de US\$ 380 milhões (BRDE, 1992).

No ano seguinte, 1993, o banco cresceu o valor de financiamentos contratados e obteve o montante de US\$ 61 milhões, sendo o valor de US\$ 20 milhões para Santa Catarina. Para tal feito o banco necessitou investimentos totais no valor de US\$ 273 milhões, o que resultou em US\$ 41 milhões de retorno para os Estados via ICMS e 26,9 mil empregos gerados (BRDE, 1993). Ao fim do exercício o seu resultado líquido fechou em US\$ 37 milhões de lucro, além de um patrimônio líquido de US\$ 237,4 milhões (BRDE, 1993). O quadro geral de pessoal em atividade do banco, diminuiu em relação ao ano anterior com 564 contra 678 de 1992, isso, devido a retomada gradual do seu controle (BRDE, 1993).

A inflação alta que ocorria no Brasil naquele período fez o país trocar a sua moeda, surgindo o Real em 1994, nesse ano, o BRDE aumentava ainda mais as suas operações de financiamentos, fechando o valor de R\$ 1,1 bilhões em contratações para toda a Região Sul, o Estado catarinense, a agência de Florianópolis obteve R\$ 442 milhões de Reais. Ao todo o BRDE investiu naquele ano o montante de R\$ 2,6 bilhões, arrecadando em torno de R\$ 385 milhões em ICMS e gerando próximo a 41 mil empregos em toda região de atuação.

Para o crescimento do banco, além do desempenho das áreas de análise de crédito e concessão de crédito do banco, houve a incorporação de ativos de crédito do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP), que estava em liquidação na ordem de R\$ 642 milhões. Ao final do exercício o banco apresentou R\$ 485 milhões de lucro em seu resultado líquido (Quadro 1), seu ativo total fechou em R\$ 4,8 bilhões e seu patrimônio líquido em R\$ 2,4 milhões (BRDE, 1994).

Quadro 4: DRE Simplificado do exercício 1994 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	1994 (R\$ mil)
Receitas da intermediação financeira	4.559.372
Despesas da intermediação financeira	-2.176.641
Resultado bruto da intermediação financeira	2.382.730
Outras receitas (despesas) operacionais	-151.041
Resultado operacional	2.231.690
Resultado não operacional	4.791
Resultado da correção monetária do balanço	-1.750.740
Resultado antes da tributação sobre o lucro	485.740
Lucro líquido do Exercício	485.740

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (1994).

O ano de 1995 foi marcado pela manutenção e consolidação do Plano Real, que estabilizou a inflação com uma nova moeda, mas também pelo forte investimento feito pelo BRDE na Região Sul, ao todo foi investido R\$ 5,4 bilhões e foram contratados financiamentos na ordem de R\$ 1,5 bilhões ao todo e R\$ 789 milhões apenas para o Estado de Santa Catarina, representando um aumento significativo em relação ao ano anterior (BRDE, 1995). A estimativa que esses investimentos alcançaram o valor de R\$ 702 milhões na geração de ICMS e 66,9 mil empregos diretos e indiretos. O banco fechou ao final do ano com um ativo total de R\$ 5,7 bilhões, seu patrimônio líquido em R\$ 2,6 bilhões e com um resultado líquido de R\$ 192 milhões (Quadro 1) em lucro (BRDE, 1995).

Quadro 5: DRE Simplificado do exercício 1995 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	1995 (R\$ mil)
Receitas da Intermediação Financeira	1.553.362
Despesas da Intermediação Financeira	-675.542
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	877.820
Outras Receitas (despesas) Operacionais	-238.716
Resultado Operacional	639.104
Resultado Não Operacional	2.791
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	197.158
Lucro Líquido do Exercício	192.705

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (1995).

No exercício de 1996 o banco seguiu mantendo a sua crescente em valor contratados, alcançando a ordem de R\$ 2,5 bilhões para os Estados do Sul, para Santa Catarina o valor contratado ficou em R\$ 1 bilhão, o maior valor até aquele momento. O investimento

total do banco na sua região de atuação fechou em R\$ 6,2 bilhões de reais, com a estimativa de uma geração de ICMS na ordem de R\$ 1,5 bilhões, além de 100 mil empregos gerados, apenas em Santa Catarina foram 32,3 mil empregos diretos e indiretos (BRDE, 1996). No âmbito financeiro, o banco fechou o ano com suas contas positivas, um resultado líquido com lucro de R\$ 174 milhões (Quadro 1), com um pequeno decréscimo em relação ao exercício passado. Seu ativo total encerrou o ano com R\$ 7,2 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 2,5 bilhões (BRDE, 1996).

Quadro 6: DRE Simplificado do exercício 1996 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	1996 (R\$ mil)
Receitas da Intermediação Financeira	1.297.104
Despesas da Intermediação Financeira	-821.177
Res. Bruto Intermediação Financeira	475.927
Outras Receitas/Desp. Operacionais	-299.057
Resultado Operacional	176.870
Resultado Não Operacional	2.047
Res. Antes da Tributação/lucro	178.917
Lucro Líquido do Exercício	174.661

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (1996).

No exercício de 1997, o BRDE atingiu a ordem de R\$ 2,6 bilhões em contratações para os três Estados do Sul, apenas em Santa Catarina foram contratados o valor de R\$ 800 milhões. Já o investimento total do banco diminuiu em relação ao ano anterior, ficou em R\$ 3,9 bilhões, arrecadando em ICMS R\$ 593 milhões para os Estados, vale ressaltar que nesse ano o ICMS sofreu alteração pelo Decreto nº1.610/97 (BRDE, 1997).

Quadro 7: DRE Simplificado do exercício 1997 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	1997 (R\$ mil)
Receitas da Intermediação Financeira	1.330.307
Despesas da Intermediação Financeira	-1.047.252
Res. Bruto Intermediação Financeira	283.054
Outras Receitas/Desp. Operacionais	-242.757
Resultado Operacional	40.297
Resultado Não Operacional	2.277
Res. antes tributação/lucro	42.574
Lucro Líquido do Exercício	42.574

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (1997).

Ao final do ano o banco encontrava as suas contas com os seguintes valores, ativo total em R\$ 8,7 bilhões, seu patrimônio líquido em R\$ 2,5 bilhões, sem sofrer mudanças significativas, já o seu resultado líquido fechou em R\$ 42 milhões de lucro (Quadro 1), uma diminuição em relação ao exercício anterior (BRDE, 1997). A redução do ritmo de crescimento entre 1997 e 1999 fragilizou a situação patrimonial de muitas empresas, reduzindo a capacidade de contratar crédito, isso marcou os anos de 1998-99. O investimento total em 1998 fechou em R\$ 2,4 bilhões, sofrendo um recuo em relação ao ano anterior, o valor de contratos firmados ficou em R\$ 1,6 bilhões, sendo que para Santa Catarina foi reservado o valor de R\$ 402 bilhões. Em arrecadações de ICMS para os Estados, o banco estimou a ordem de R\$ 389 milhões de Reais, com a geração de 15 mil empregos diretos e indiretos (BRDE, 1998).

No âmbito de suas finanças, o ativo total do banco encerrou o exercício com R\$ 9,1 bilhões, enquanto seu patrimônio líquido sofreu um leve declínio para R\$ 2,2 bilhões, já o seu resultado líquido encerra pela primeira vez no período analisado em prejuízo, no valor de R\$ 252 milhões (BRDE, 1998).

Os resultados negativos seguiram para o ano de 1999, apesar de uma melhora parcial, o seu resultado líquido do exercício fechou negativo no valor de R\$ 165 milhões (Quadro 1). O seu ativo total recuou para o valor de R\$ 8,3 bilhões e seu patrimônio líquido em R\$ 1,8 bilhões. Os valores contratados pelos três Estados ficaram em R\$ 835 milhões, esse valor gerou R\$ 103 milhões em ICMS, na agência de Santa Catarina foram contratados R\$ 400 milhões. O valor total das contratações foi segmentado para o setor primário no valor de R\$ 157 milhões, setor secundário R\$ 588 milhões e setor terciário no valor de R\$ 91 milhões (BRDE, 1999).

Quadro 8: DRE Simplificado do exercício 1999 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	1999 (R\$ mil)
Receitas da Intermediação Financeira	1.896.102
Despesas da Intermediação Financeira	-1.744.063
Res. Bruto Intermediação Financeira	152.038
Outras Receitas/Desp. Operacionais	-302.387
Resultado Operacional	-150.349
Resultado Não Operacional	1.167
Res. antes tributação/lucro	-149.182
Lucro Líquido do Exercício	-165.445

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (1999).

A criação do Mercosul em 1991 ajudou a economia da Sul, com uma maior integração com os países vizinhos, contudo, a região passou por um período de adaptação diante a abertura econômica. Esse mesmo efeito negativo é visto da redução nos níveis patrimoniais do banco, atingiu o seu pico em 1996, ano em que teve a sua maior iniciativa de investimentos, e nos anos seguintes, a partir da crise em 1997 e dos resultados negativos do banco em 1998 e 1999, viu o seu patrimônio líquido diminuir gradativamente.

O início da década de 2000 foi um período de transição decisiva na economia brasileira e marcou o reposicionamento de instituições públicas de fomento. A conjuntura nacional estava fortemente condicionada por um ciclo de políticas econômicas neoliberais, herdadas das reformas estruturais implementadas na década de 1990, e por um ambiente internacional que combinava globalização financeira, crescimento da economia chinesa e elevação dos preços das commodities.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Brasil consolidou o tripé macroeconômico metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante, que visava estabilizar a economia após o Plano Real (1994). Esse modelo foi amplamente influenciado por recomendações de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. No plano regional, esse contexto implicou uma retração do investimento público e da atuação dos bancos de desenvolvimento estaduais e regionais, entre eles o BRDE, que, após o processo de liquidação extrajudicial de 1989 a 1992, passou por um processo de reestruturação administrativa e prudencial que buscava recompor sua capacidade operacional e credibilidade junto ao sistema financeiro nacional.

Com a mudança de governo em 2003, iniciou-se um ciclo de reorientação desenvolvimentista no país. A política econômica do primeiro governo Lula manteve as bases da estabilidade conquistada, mas passou a articular uma agenda voltada à inclusão social, ao fortalecimento do investimento produtivo e à expansão do crédito público. Como assinala Bresser-Pereira (2012), esse período representou uma tentativa de reconfigurar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, retomando funções clássicas de planejamento e financiamento produtivo. No âmbito estadual, Luiz Henrique da Silveira foi eleito para governar Santa Catarina (2003-2010). Em seu governo, consolidaram a descentralização administrativa como diretriz de organização territorial, processo que influenciou a articulação entre instituições estaduais, municípios e entidades empresariais. Embora tais políticas não tivessem como foco exclusivo o financiamento, elas abriram espaço para maior integração entre instrumentos de desenvolvimento regional, contribuindo para que agências como o BRDE

atuassem de forma mais coordenada com demandas territoriais identificadas em diferentes regiões do estado.

Após a década de 1990 e o período de reconstrução do BRDE, o banco iniciava uma nova etapa, retomar a sua relevância no desenvolvimento da região Sul. Para isso, a estabilização econômica teve efeito sobre o sistema bancário, ampliou a demanda por crédito e fez o fim do exercício de 2000 com resultado positivo dos últimos três anos, com um lucro líquido de R\$ 3.3 milhões de reais.

Quadro 9: DRE Simplificado do exercício 2000 (valores base dezembro – 2024)

Demonstração de Resultado Simplificado	2000 (R\$ mil)
Receitas da Intermediação Financeira	1.396.503
Despesas da Intermediação Financeira	-1.102.807
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	293.696
Outras receitas (despesas) operacionais	-284.885
Resultado Operacional	8.812
Resultado Não Operacional	-5.437
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.375
Lucro líquido do exercício	3.375

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2000).

A distribuição setorial dos valores contratados no ano, 23% das novas operações ocorreram no setor primário, 51% no setor secundário e 26% no setor terciário. Houve uma forte associação entre a carteira do banco e a estrutura econômica da região Sul, onde o setor primário e os ramos mais tradicionais da indústria ocupam o espaço, assim, 37% dos saldos dos financiamentos do BRDE então concentrados em setores responsáveis pela produção e industrialização de alimentos, bebidas e produtos derivados de origem animal (BRDE, 2000).

Entre as principais fontes para os financiamentos nesse ano, ficou o BNDES e o Tesouro Federal, através do programa RECOOP. Em termos de recursos próprios, a participação do BRDE ficou em 2,2% do montante distribuído (BRDE, 2000). O banco posicionou-se como o 19º agente repassador em termos de volume de desembolsos totais, sendo 884 operações num montante de R\$ 590 milhões em valores deflacionados com base em dezembro de 2024 (BRDE, 2000).

No ano de 2001 o banco de desenvolvimento posicionou-se como o 16º agente repassador, em termos de valor de desembolsos totais, no sistema do BNDES, elevando a sua colocação em relação ao ano anterior. Ao todo o BRDE contratou 5.512 operações de crédito no valor de R\$ 1,3 bilhões de reais (valor base dezembro/2024), totalizando 5.152 operações

no setor primário com um montante de R\$ 380 milhões de reais, 224 operações no setor secundário com o valor de R\$ 508 milhões e 136 no setor terciário com R\$ 443 milhões de reais (BRDE, 2001). O resultado líquido ao final do exercício do ano fechou em R\$ 118 milhões de reais.

Quadro 10: DRE Simplificado do exercício 2001 (valores base dezembro – 2024)

Demonstrativo de Resultados	2001 (R\$ mil)
Receitas da Intermediação Financeira	1.290.636
Despesas da Intermediação Financeira	-824.141
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	466.495
Outras receitas (despesas) operacionais	-331.763
Resultado Operacional	134.732
Resultado Não Operacional	7.295
Resultado antes da tributação sobre o lucro	142.027
Lucro líquido do exercício	118.074

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2001).

Os financiamentos do BRDE em 2001, viabilizaram um investimento de R\$ 2,9 bilhões de reais (base dezembro/2024), gerando o valor de R\$ 266 milhões em arrecadação de ICMS pelos Estados do Sul. A estimava para esses projetos era gerar e/ou manter 24,1 mil postos de trabalho, dos quais 19,3 mil indiretos e 4,8 diretos (BRDE, 2001). O BNDES repassou 86,9% do montante total das contratações, seguido do programa RECOOP com 13%. Os setores como agricultura e pecuária obtiveram o maior incremento entre 2000 e 2001 em termos de número de operações e montante contratado, o agronegócio, no relatório considerado como produção primeira de alimentos e sua industrialização, fabricação de produtos alimentares e bebidas responderam por 45% do total contratado em 2001, com R\$ 599 milhões (BRDE, 2001). Projetos voltados para a geração de energia absorveram cerca de 7% do total contratado R\$ 94 milhões, os setores de saúde e educação responderam por R\$ 113 milhões, quase 9% do montante total.

Os dados nesse ano de atividade revelam o apoio a setores tradicionais da Região Sul, como o agronegócio, complexo químico-plástico, têxtil, couro-calçados e metalmeccânico. Além do seu papel de agente fomentador em setores estratégicos da infraestrutura física e social como, energia, educação e saúde. No mesmo ano o BRDE aprovou novas políticas de crédito e controle para fortalecer a instituição. A resolução do BRDE nº 1.947 de janeiro de 2001, estabeleceu Del Credere nos financiamentos à construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A resolução do BRDE nº 1.948 de fevereiro de 2001, determinou que o apoio à

agricultura familiar constitui prioridade nas políticas operacionais do banco e determinou normas gerais para a maximização das operações com recursos do sistema PRONAF (BRDE, 2001). Em Santa Catarina o BRDE aprovou operações para 12 cooperativas de produção agropecuária, no âmbito do Programa Estadual do Calcário, da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura. Os financiamentos aprovados totalizaram o valor de R\$ 21 milhões com recursos do Prosolo, com a finalidade de aquisição de 156 mil toneladas de calcário para os agricultores associados de determinadas cooperativas.

O ano de 2002 o banco de desenvolvimento contratou 4.772 operações de crédito, no montante de R\$ 1,4 bilhões. O setor primário foi o principal com o valor de R\$ 577 milhões, o setor secundário contratou R\$ 455 milhões e o setor terciário ficou com R\$ 457 milhões (BRDE, 2002). O seu resultado líquido cresceu em relação ao ano anterior, chegou no valor de 162 milhões de lucro líquido, como aponta o quadro abaixo.

Quadro 11: DRE Simplificado do exercício 2002 (valores base dezembro – 2024)

Demonstrativo de Resultados	2002 (R\$ mil)
Receitas da Intermediação Financeira	1.381.783
Despesas da Intermediação Financeira	-870.662
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	511.121
Outras receitas (despesas) operacionais	-295.686
Resultado Operacional	215.467
Resultado Não Operacional	3.409
Resultado antes da tributação sobre o lucro	218.875
Lucro líquido do exercício	162.479

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2002).

Os financiamentos viabilizaram investimentos totais no montante de R\$ 2.2 bilhões, viabilizando um acréscimo de R\$ 336 milhões em arrecadação anual de ICMS, além de gerar e/ou manter 53,9 mil postos de trabalhos, dos quais 10,9 mil diretos e 43,1 mil indiretos. O setor primário se destacou nesse período com 38,8 % do montante das contratações do BRDE, foi dinamizado devido a série de programas de financiamento criados pelo BNDES, como o PRONAF e o MODERFROTA, possuindo taxas de juros anuais fixas, eliminando a incertezas dos valores nas prestações futuras do mutuário, o RECOOP instituído pelo Tesouro Nacional, ajudou as cooperativas agrícolas a se estabelecerem e se recuperarem. O setor secundário recebeu 30,5% das contratações, seguindo os gêneros de fabricação de artigos de borracha e plásticos, produtos alimentares e bebidas, extração de minerais não metálicos, papel, celulose e metalúrgica básica foram os que obtiveram a maior demanda. No setor terciário, que considera

construção civil e o gênero eletricidade, gás e água quente, as contratações ficaram em 30,7% do total. O comércio recebeu R\$ 123 milhões, sendo o principal destaque do setor. Já eletricidade, gás e água ficaram com R\$ 103 milhões, atendendo a necessidade do país em ampliar a oferta de energia (BRDE, 2002).

A origem dos recursos nas contratações continuou em grande parte com o Sistema BNDES, com 81,4% ou 1,2 bilhões, seguindo pelo RECOOP (Tesouro Nacional) com 13,2% ou R\$ 196 milhões e de recursos próprios do BRDE 5,4% ou R\$ 81 milhões. A linha de financiamento do Sistema BNDES, o BNDES-exim, destinada ao setor exportador financiou R\$ 179 milhões, valor que foi utilizado para preservar as exportações da Região Sul, devido às dificuldades das empresas exportadoras nas linhas tradicionais nos bancos comerciais e linhas externas para captação. (BRDE, 2002).

Além das contratações de recursos, o banco de desenvolvimento aprovou a reestruturação de dívidas na ordem de R\$ 556 milhões, assim, apoiou a continuidade de atividade de mutuários ilíquidos no curto prazo, porém avaliados como solventes em prazo maior. O empenho de melhorar o pagamento das operações e recuperar valores vencidos, o banco aponta uma queda na inadimplência da carteira do BRDE, chegando em dezembro de 2002 com 7,3% (BRDE, 2002). Dada as condições financeiras do banco, 88% dos financiamentos do BRDE encontravam-se em nível de risco normal (AA até C), frente a 87,4% do Sistema Financeiro Nacional. Já seu nível de capitalização, conforme o Acordo de Basiléia, atingiu 32%, indicando que para cada R\$ 3,12 do ativo ponderado pelo risco do BRDE, há disponibilidade de R\$ 1 de patrimônio líquido ajustado, possuindo no período um dos maiores níveis de capitalização do país.

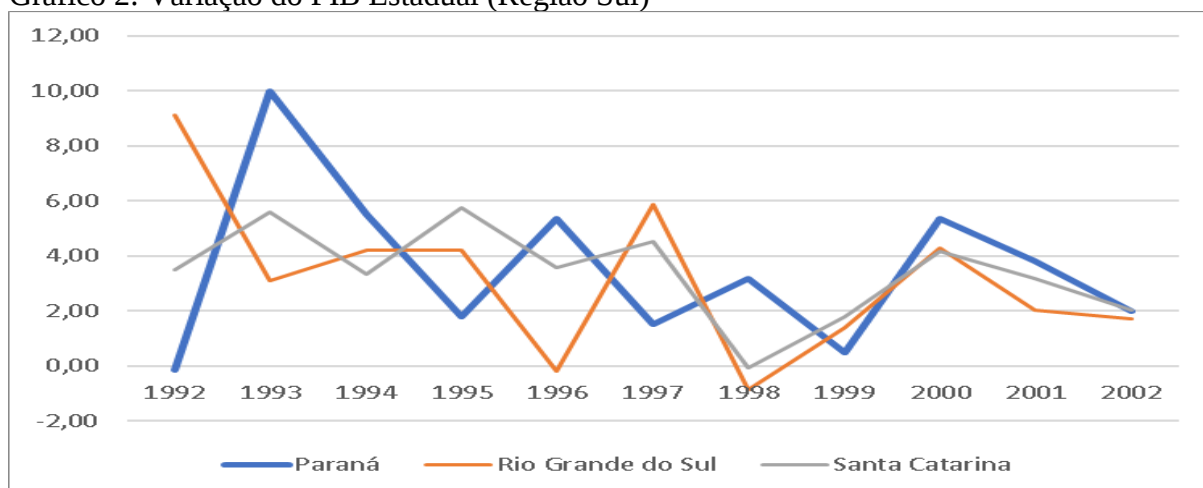
5.1 ANÁLISE FINANCEIRA DO PERÍODO (1994 – 2002)

Neste capítulo será abordado a análise financeira do período 1994 – 2002, fase liberal da política nacional. Será apresentado a evolução dos dados econômicos e financeiros do banco. No início da década de 1990, o Brasil enfrentava inflação elevada, baixo crescimento econômico e instabilidade institucional, especialmente no período pós-impeachment de Fernando Collor. A economia de Santa Catarina, fortemente baseada na indústria de transformação e no setor agroindustrial, sofreu impactos diretos desse ambiente macroeconômico adverso.

A abertura comercial iniciada no começo da década expôs setores tradicionais catarinenses como o têxtil, vestuário e calçadista, a uma concorrência externa mais intensa,

sobretudo de produtos asiáticos. Muitas empresas tiveram dificuldades de adaptação tecnológica e organizacional, resultando em retração do emprego industrial, especialmente no Vale do Itajaí e no Sul do estado. A seguir a variação do PIB Estadual da Região Sul:

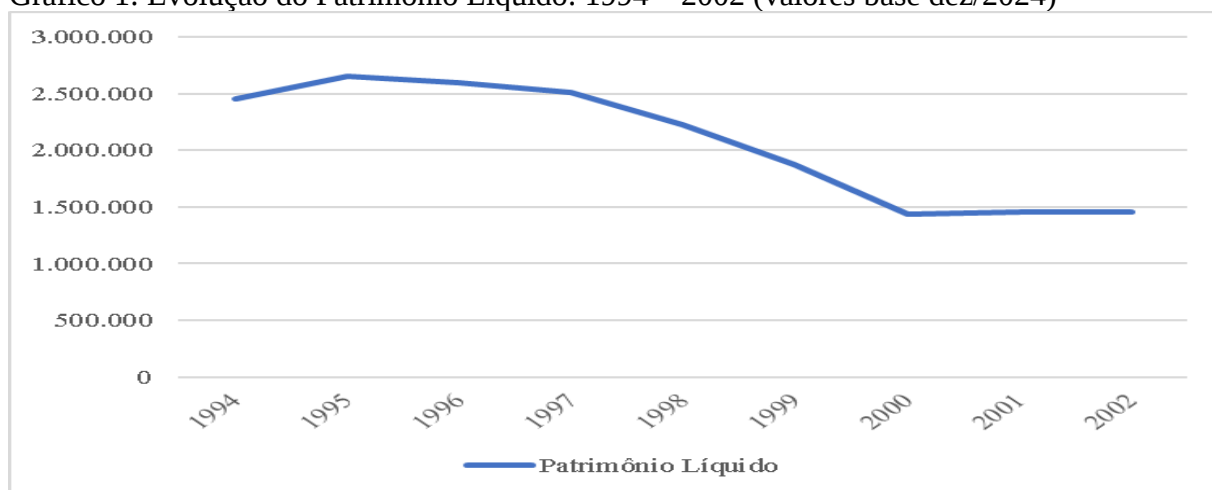
Gráfico 2: Variação do PIB Estadual (Região Sul)



Fonte: Ipeadata (2024).

A variação do PIB dos três estados do Sul no período, mostra como a economia da região estagnou e teve períodos de variação negativa do seu produto interno bruto.

Gráfico 1: Evolução do Patrimônio Líquido: 1994 – 2002 (valores base dez/2024)

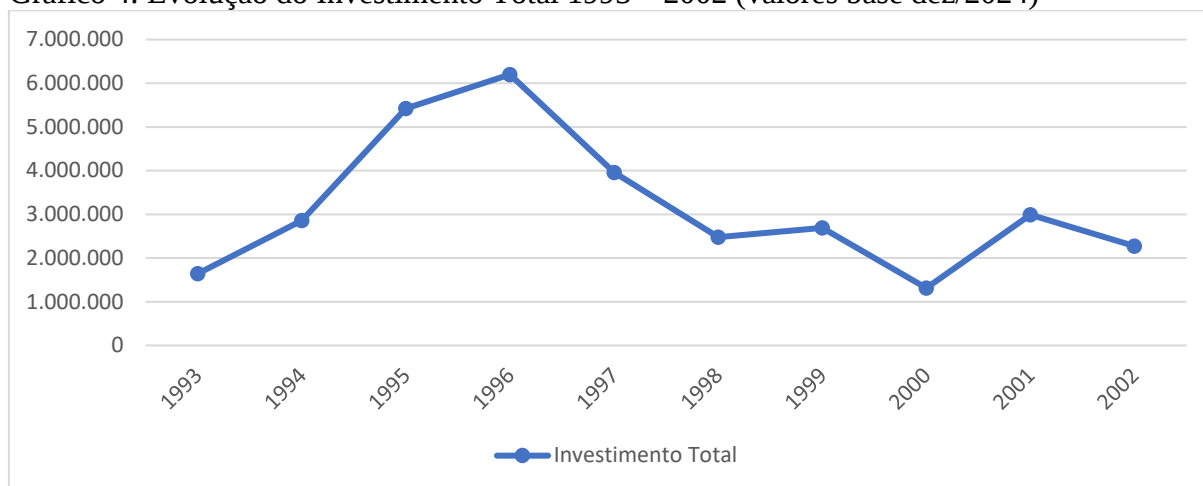


Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

Nesse período o BRDE teve uma alta de investimentos totais até 1995, chegando na casa de R\$ 2,6 bilhões, e que sucedeu nos próximos anos uma baixa em seus investimentos totais, diminuindo drasticamente. A baixa no investimento total é refletida também no volume de liberações, com uma aplicação menor de recursos a instituição estatal viu o valor das

liberações cair, com um menor número de recursos aplicado na economia o resultado se mostrou negativo para a região como visto acima.

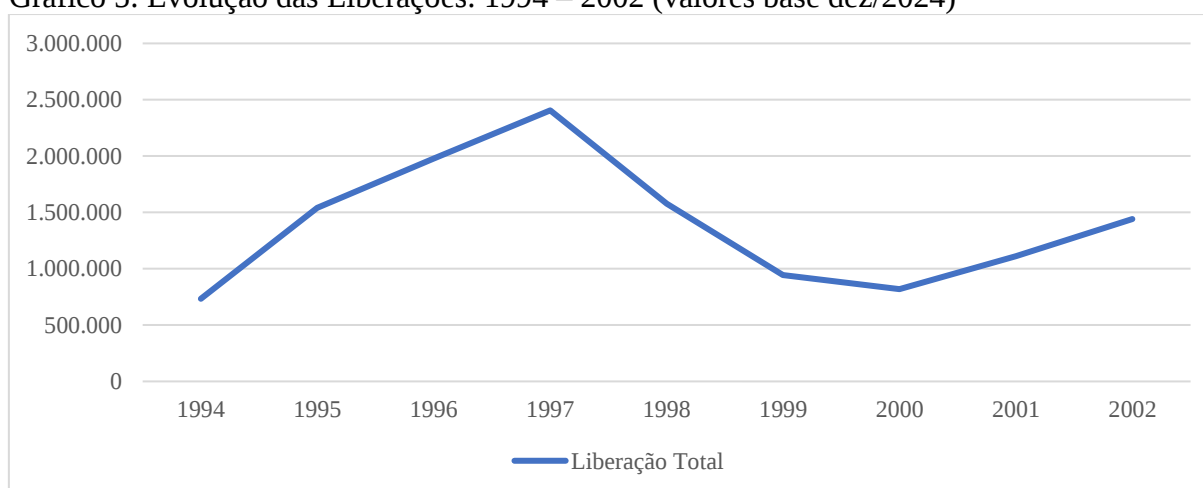
Gráfico 4: Evolução do Investimento Total 1993 – 2002 (valores base dez/2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

A diminuição dos investimentos totais também afetou o número de liberações de crédito até meados de 1999, com um menor investimento total as liberações passaram a diminuir como visto abaixo.

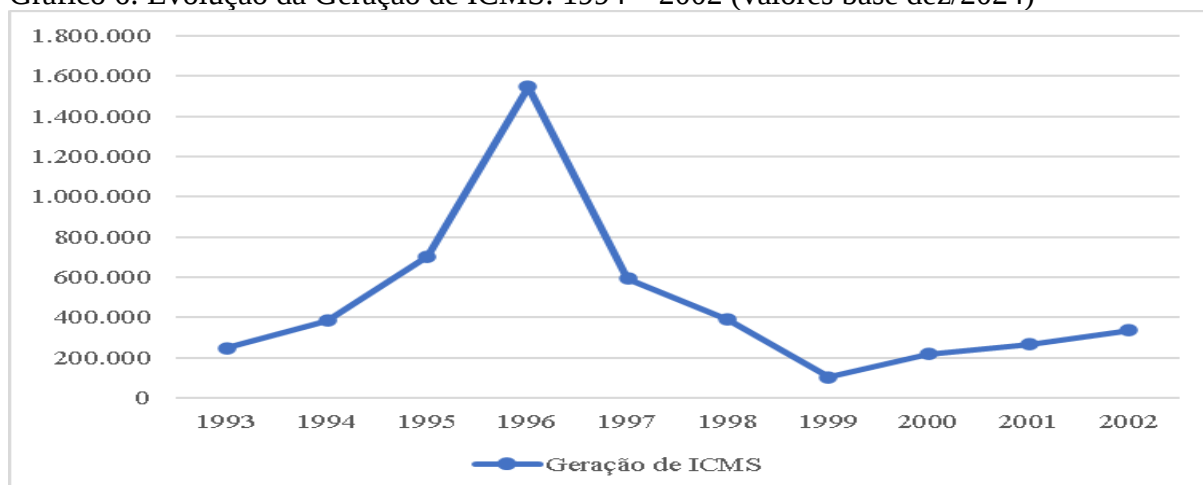
Gráfico 5: Evolução das Liberações: 1994 – 2002 (valores base dez/2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

Já o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços teve o seu auge em 1997, junto com o grande investimento feito pelo BRDE, com o declínio de investimentos nessa ocasião a geração de ICMS diminui afetando os cofres públicos.

Gráfico 6: Evolução da Geração de ICMS: 1994 – 2002 (valores base dez/2024)

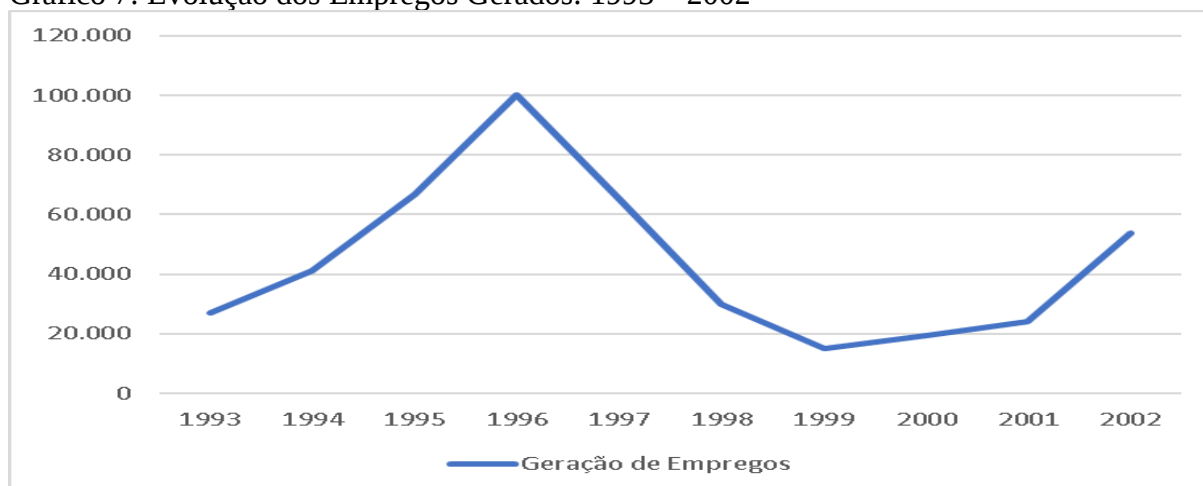


Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

No seu topo de investimentos houve uma evolução na geração de empregos diretos e indiretos ocasionado pelo BRDE, atingindo o pico em 1996 com mais de 100 mil postos de trabalhos.

A volta do BRDE como financiador de longo prazo teve um impacto inicial significativo, alavancando a geração de empregos e de ICMS pelos Estados do Sul, mas o descontrole da economia ainda afetava os investimentos em todo território nacional, apesar de o banco continuar com a sua missão de levar investimentos para a região o cenário afetava os investimentos privados, uma vez que a incerteza de retorno nos investimentos era incerta e alta inflacionária corroía o capital.

Gráfico 7: Evolução dos Empregos Gerados: 1993 – 2002



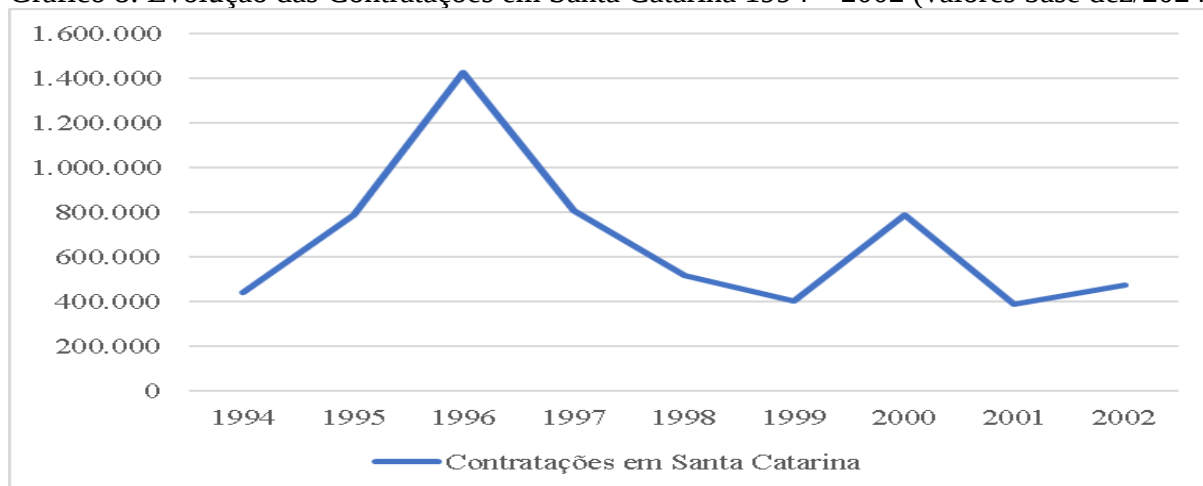
Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

A crise em que o Brasil passava era vista nas empresas, a falta de uma expectativa positiva a respeito do futuro econômico atrelada a diminuição dos investimentos ocasionou a diminuição na geração de empregos diretos e indiretos que o BRDE proporcionava por meio dos financiamentos.

Na análise conjunta dos gráficos de liberações de crédito do BRDE e de geração de empregos evidencia uma trajetória de expansão até meados da década de 1990, seguida por uma inflexão negativa a partir de 1997. Entre 1994 e 1996, observa-se crescimento contínuo das liberações, culminando no ponto máximo do período, acompanhado por aumento expressivo na geração de empregos, especialmente até 1996. Esse comportamento está associado a um ambiente macroeconômico mais estável após a implementação do Plano Real, que reduziu a inflação, ampliou a previsibilidade econômica e favoreceu decisões de investimento de médio e longo prazos.

Entretanto, a partir de 1997, verifica-se retração simultânea das liberações e da geração de empregos. Tal movimento deve ser compreendido no contexto das transformações estruturais da economia brasileira ao longo da década, particularmente o aprofundamento do processo de liberação da economia. A abertura comercial e financeira, intensificada desde o início da década e as flutuações dos mercados internacionais, ampliou a exposição da economia nacional à concorrência internacional e o investimento doméstico sofreram um declínio.

Gráfico 8: Evolução das Contratações em Santa Catarina 1994 – 2002 (valores base dez/2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

O gráfico 9 aponta o mesmo efeito nas contratações em Santa Catarina, que atingiu o seu pico em 1996 e logo após apresentou uma sequência de valores menores nos anos seguintes. Dessa forma, o comportamento das contratações se dá devido à falta de expectativa

de empresários em relação a investimentos de longo prazo, com os efeitos negativos da economia e política brasileira na década.

6 PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA

Este capítulo irá abordar o início dos anos 2003 até 2018 do BRDE, passando pelos seus dados financeiros e administrativos do período. A análise se faz essencial para sustentar a tese de que o banco, enquanto instituição estatal de fomento, manteve-se financeiramente sustentável e consolidou-se como instrumento estratégico do Estado para alargar e ampliar suas funções. Além de ofertar crédito destinado ao atendimento das demandas produtivas regionais, o BRDE realizou investimentos significativos que contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento socioeconômico, evidenciando a articulação entre ação estatal e promoção do desenvolvimento.

Em 2003, o BRDE posicionou-se como o 14^a lugar entre os mais de cem agentes credenciados que operam recursos do BNDES, pelo critério de desembolsos totais. O banco foi responsável por 2,3% do volume de recursos repassados pelos agentes credenciados pelo BNDES e por 4,1% do número de operações do mesmo. Na região ficou responsável por 8% dos recursos destinados. Os valores que foram repassados seguem sendo o Sistema BNDES como a maior origem de recursos, o Sistema BNDES participou de 99% das contratações por origem de recursos com o valor de R\$ 1,6 bilhões, o RECOOP do Tesouro Nacional ficou com 1% das operações com o valor de R\$ 17 milhões, de recursos próprios o montante do BRDE ficou abaixo de 1% com R\$ 255 mil (BRDE, 2003).

Dentro as linhas utilizadas do sistema BNDES, destacou-se o BNDES automático R\$ 417 milhões e o PRODECOOP R\$ 348 milhões, juntas somam 45,2% dos recursos financiados pelo banco regional de desenvolvimento. Ao todo foram contratados R\$ 1,6 bilhões, desse montante o setor primário ficou com 43%, ou seja, R\$ 741 milhões com o total de 6.023 operações. O setor secundário totalizou 38%, sendo R\$ 642 milhões em recursos contratados, com o número de 212 operações. Os principais destaques do setor secundário foram os gêneros de fabricação de produtos alimentares e bebidas, fabricação de produtos químicos, fabricação de artigos de borracha e plásticos, fabricação e montagem de veículos automotores, reboque e carrocerias e geração de energia. No setor terciário, as contratações totalizaram o valor de R\$ 303 milhões, o que corresponde a 18% do total (BRDE, 2003).

Ao final do ano de 2003 o BRDE fechou com resultado positivo, alcançando os R\$ 196 milhões de lucro líquido, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 12: DRE Simplificado do exercício 2003 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2003 (R\$ mil)
Receitas da intermediação financeira	1.368.143
Despesas da intermediação financeira	-790.796
Resultado bruto da intermediação financeira	577.347
Outras receitas (despesas) operacionais	-333.083
Resultado operacional	244.264
Resultado não operacional	7.529
Resultado antes da tributação sobre o lucro	251.793
Imposto de renda e contribuição social	-55.455
Lucro líquido do exercício	196.338

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2003).

O desempenho financeiro do ano de 2003 manteve a tendência de resultados positivos crescentes, revertendo o quadro negativo dos anos de 1998 e 1999, sinal de uma continuidade no crescimento e fortalecendo como instituição pública de fomento.

Em 2004, o desempenho econômico dos Estados da Região Sul acompanhou o verificado em nível nacional, A indústria catarinense cresceu 11,4%, enquanto a paranaense ficou com 10,1% e a gaúcho com 6,4%, segmentos como veículos automotores e de máquinas e equipamentos contribuíram para esse aumento. Esse crescimento foi verificado nas contas do BRDE, sendo firmado nesse ano 6.644 contratos, representando o montante de R\$ 1,9 bilhões (BRDE, 2004).

Esse valor foi dividido entre os três principais setores, sendo o setor primário obtendo uma participação reduzida comparada ao crescimento dos outros setores, com o valor de R\$ 759 milhões e 6.171 contratos. Para o setor secundário o número de contratos firmados ficou em 270, com o valor de R\$ 776 milhões. Já o setor terciário obteve 203 contratos firmados com o montante de R\$ 451 milhões. As estatísticas proporcionadas pelo banco em seus relatórios revelaram uma reversão de tendência recente de “ruralização” da carteira de financiamentos do BRDE. A capitalização vivida pela agropecuária brasileira nos primeiros anos da década ocasionou no crescimento do setor primário, contudo, em 2004 isso foi revertido pela retomada do crescimento econômico nacional, ocasionando em um aumento da demanda por financiamentos de longo prazo dos setores secundário e terciário (BRDE, 2004).

Ao todo, os investimentos totais do BRDE viabilizaram o montante de R\$ 4,6 bilhões e projetou um acréscimo de R\$ 638 milhões em arrecadação anual de ICMS dos Estados controladores do banco. Possibilitando a geração e/ou manutenção de 44,8 mil empregos diretos e indiretos, sendo 8,9 mil postos de trabalho diretos e 35,9 mil indiretos (BRDE, 2004). Ao final

do ano o BRDE fechou com resultado positivo, mantendo a evolução do seu Lucro Líquido, que alcançou o montante de R\$ 235 milhões conforme o Quadro 13.

Quadro 13: DRE Simplificado do exercício 2004 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2004 (R\$ mil)
Receitas da intermediação financeira	1.365.047
Despesas da intermediação financeira	-718.348
Resultado bruto da intermediação financeira	646.699
Outras receitas (despesas) operacionais	-313.280
Resultado operacional	333.419
Resultado não operacional	-435
Resultado antes da tributação sobre o lucro	332.984
Imposto de renda e contribuição social	-97.102
Lucro Líquido do exercício	235.882

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2004).

A origem dos financiamentos ficou praticamente toda com o Sistema BNDES com 99,9% da origem dos recursos, R\$ 1,9 bilhões, o BRDE com recursos próprios ficou com 0,1% com o valor de R\$ 1 milhão (BRDE, 2004). Entre as linhas de créditos mais utilizadas pelo banco destacou-se o BNDES automático com R\$ 538 milhões e o PRODECOOP com R\$ 410 milhões, juntas corresponderam com 47,8% dos recursos contratados pelo BRDE. Dos R\$ 1,9 bilhões contratos pelo banco em 2004, 41,2% foram direcionados para os micros, pequenos e médios empreendimentos, rurais e urbanos. A respeito do número de operações, 93% envolveram produtores rurais, sendo que, mais de dois terços enquadram-se na categoria de micro e pequenos produtores (BRDE, 2004).

O banco de desenvolvimento manteve o crescimento nas suas contratações em 2005, atingiu a marca de R\$ 2,6 bilhões com 6.833 operações realizadas. O setor industrial ficou com o montante de R\$ 1 bilhão, sendo o setor com maior valor contratado, ultrapassando o setor agropecuário, que por sua vez atingiu R\$ 731 milhões. O setor de infraestrutura obteve um crescimento em recursos contratados com o valor de R\$ 338 milhões, mas ficou atrás do setor de comércio e serviços que contratou R\$ 464 milhões (BRDE, 2005). Ao todo, os financiamentos concedidos pelo BRDE em 2005 viabilizaram R\$ 4,9 bilhões em investimentos, esses que projetaram R\$ 562 milhões em arrecadação anual de ICMS pelos Estados controladores.

Para efetuar esse valor nas contratações do BRDE, a instituição teve como origem dos recursos o Sistema BNDES, com a participação de 92,7%, o seu restante se deu por recursos próprios do BRDE com 0,7% e de prestação de garantias com 7,3% do montante atual de

contratações (BRDE,2005). Ao final do ano vigente, o Banco alcançou a marca de R\$ 242 milhões em Lucro Líquido, como aponta o Quadro 14.

Quadro 14: DRE Simplificado do exercício 2005 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2005 (R\$ mil)
Receitas da Intermediação Financeira	1.482.431
Despesas Da Intermediação Financeira	-742.146
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	740.286
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-369.563
Resultado Operacional	370.723
Resultado Não Operacional	933
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	371.655
Imposto De Renda E Contribuição Social	-128.972
Lucro Líquido Do Exercício	242.683

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2005).

Os desembolsos do BRDE proporcionaram a 9º colocação no ranking do Sistema BNDES, o banco foi responsável por 3% (R\$ 2 bilhões) do volume de recursos repassados e por 4,8% (5.542) de operações aprovadas. Considerando apenas a Região Sul, o Banco ficou em 3º como maior repassador de recursos do Sistema, sendo responsável por 11,2% dos recursos liberados (BRDE, 2005).

O ritmo de crescimento nas contratações se manteve, em 2006, alcançou a marca de R\$ 2.7 bilhões corrigido pelo IPCA (dez/2024), sendo 100% de origem do Sistema BNDES. A divisão entre os setores de atividade marcou a volta do aumento em contratações no setor de agropecuária, atingindo o valor de R\$ 858 milhões, seguido da indústria com 770 milhões, o setor de infraestrutura com R\$ 562 milhões e ao fim o setor de comercio e serviços com o montante de R\$ 528 milhões (BRDE, 2005).

Em termos de liberações de recursos, a agência de Florianópolis atingiu a marca de R\$ 956 milhões, obtendo o maior volume de desembolsos entre os três Estados do Sul. Dado os setores de atividades, a agência de Florianópolis desembolsou o montante de R\$ 378 milhões para infraestrutura, R\$ 178 milhões para agropecuária, R\$ 311 milhões para indústria, R\$ 88 milhões para o setor de comércio e serviços (BRDE, 2006). O resultado ao final do ano foi positivo para o BRDE, atingiu a marca de R\$ 284 milhões em Lucro Líquido, valor maior que no ano anterior, como aponta o quadro abaixo.

Quadro 15: DRE Simplificado do exercício 2006 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2006 (R\$ mil)
Receitas da Intermediação Financeira	1.379.625
Despesas Da Intermediação Financeira	-677.982
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	701.643
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-338.539
Resultado Operacional	363.104
Resultado Não Operacional	1.211
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	364.316
Imposto De Renda E Contribuição Social	-79.495
Lucro Líquido Do Exercício	284.821

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2006).

Os financiamentos concedidos viabilizaram a realização de investimentos na ordem de R\$ 4,3 bilhões, no qual os incrementos na geração de ICMS apontam o valor de R\$ 301 milhões. Possibilitando a manutenção e criação de 43,2 mil postos de trabalho, sendo 8,6 mil diretos e 34,6 mil indiretos. Os desembolsos realizados em 2006, cerca 30% desse valor (R\$ 688 milhões) foi direcionado a empreendimento instalados nas áreas com baixo índice de desenvolvimento, abrangidas pelo Programa de sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO), do Ministério da Integração Nacional. Beneficiando empresas e produtores rurais de 402 municípios das mesorregiões Grande Fronteira do Mercosul, Metade Sul do Rio Grande do Sul e Vale Ribeira-Guaraqueçaba.

Em 2007 o BRDE atingiu a marca de 42.143 clientes com operações em vigor, atuando em 1.034 municípios da Região Sul, com essa base de clientes ativos o banco chegou ao valor de R\$ 2.8 bilhões em recursos contratados, com 6.876 operações (BRDE, 2007). Valor distribuído entre os setores, como agropecuária que atingiu o montante de R\$ 899 milhões, infraestrutura com R\$ 262 milhões, comércio e serviços contratou R\$ 415 milhões e o setor industrial deu um grande salto comparado ao ano anterior, contratando R\$ 1,3 bilhões, a maior marca até então. As liberações de recursos em Santa Catarina pela agência de Florianópolis contemplaram R\$ 701 milhões, sendo esse valor distribuído entre os setores. O setor com maior valor liberado foi o de infraestrutura atingindo 132 milhões do montante total, seguido da indústria com 351 milhões, comércio e serviços com 74 milhões e agropecuária com 144 milhões do total das liberações pela agência catarinense (BRDE, 2007). Para os financiamentos contratados pelo BRDE, 97,3% do montante total mencionado anteriormente veio do Sistema do BNDES, o restante ou 2,7% foram de recursos próprios do banco.

O resultado final do exercício diminuiu comparado ao ano anterior, tendo em vista a queda na taxa básica de juros e a redução dos *spreads* bancários em virtude do acirramento da concorrência, atingiu ao final R\$ 216 milhões em Lucro Líquido conforme quadro abaixo.

Quadro 16: DRE Simplificado do exercício 2007 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2007 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	1.367.359
Despesas Da Intermediação Financeira	-736.072
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	631.287
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-313.665
Resultado Operacional	317.622
Resultado Não Operacional	2.363
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	319.984
Imposto De Renda E Contribuição Social (Nota 11)	-103.863
Lucro Líquido Do Exercício	216.122

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2007).

Em 2008 a economia mundial sofreu uma forte desaceleração, na Região Sul do Brasil, percebeu-se dados positivos, como, o crescimento de 8,6% do setor industrial, no Rio Grande do Sul a produção cresceu 2,5% com destaque para setores de maquinas e equipamentos, alimentos e veículos automotores. Já no Estado catarinense houve a queda de 0,7% na atividade industrial, sendo os setores de madeira e maquinas e equipamentos os que obtiveram maior decréscimo no ano. Na agricultura da região houve mudanças nas produções, o Rio Grande do Sul viu a sua produção de soja recuar 21,7% e a de milho 10,8%, já em Santa Catarina foi apresentado um crescimento de 8,8% na produção de milho e uma diminuição de 14,8% na safra de soja. O Paraná obteve um aumento nas suas produções de cana de açúcar com 21,2% e de 7,8% na produção de milho, esses resultados impactam no valor dos financiamentos do BRDE (BRDE, 2008).

Dos valores das contratações de financiamento do BRDE, em 2008 atingiu R\$ 3.8 bilhões. Para o Estado de Santa Catarina foram liberados em financiamentos o montante de R\$ 1,1 bilhão na qual o setor com maior desembolso sendo o da indústria com R\$ 660 milhões, seguido da agricultura que teve uma leve baixa comparado ao ano anterior com 137 milhões, comercio e serviços foram liberados R\$ 136 milhões e para a infraestrutura catarinense o montante de R\$ 175 milhões (BRDE, 2008). A origem dos recursos segue sendo o Sistema do BNDES com 96,6% dos valores contratados, seguido de 1,8% de recursos próprios e 1,6% de prestações de garantia (BRDE, 2008).

Ao final do exercício de 2008 o banco acumulou como Lucro Líquido a quantia de R\$ 250 milhões, conforme quadro abaixo.

Quadro 17: DRE Simplificado do exercício 2008 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2008 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	1.558.081
Despesas Da Intermediação Financeira	-868.979
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	689.102
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-337.916
Resultado Operacional	351.186
Resultado Não Operacional	3.358
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	354.543
Imposto De Renda E Contribuição Social (Nota 11)	-104.433
Lucro Líquido Do Exercício	250.110

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2008).

O ano de 2009 foi caracterizado por um ambiente macroeconômico adverso, decorrente da crise financeira internacional iniciada em 2008, que impactou de forma significativa o nível de atividade econômica e o comportamento do crédito, especialmente no setor privado. Nesse contexto, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) ampliou sua atuação no financiamento de médio e longo prazo na Região Sul do Brasil.

No que se refere às contratações de financiamentos, o BRDE registrou, em 2009, um total de R\$ 5,2 bilhões, valor que representa um crescimento em relação ao ano anterior. No período, foram formalizados 6.343 contratos, indicando expansão tanto do volume financeiro quanto do número de operações. Esse comportamento está associado, em grande medida, à intensificação da atuação dos bancos públicos no contexto da crise, diante da retração observada nas operações de crédito privadas. No recorte estadual, Santa Catarina respondeu por R\$ 1,2 bilhões em contratações no ano de 2009, sendo o setor industrial o maior em termos de valor financiado com R\$ 748 milhões, no setor de comércio e serviços com R\$ 253 milhões, o setor agropecuário ficou com R\$ 119 milhões e infraestrutura com R\$ 170 milhões de reais. Destaca-se, no caso de Santa Catarina, a relevância das operações de renegociação de dívidas, especialmente aquelas relacionadas a eventos climáticos extremos, com a utilização da linha REFIN/Santa Catarina, voltada à reestruturação financeira de empresas e produtores rurais no valor de R\$ 431 milhões (BRDE, 2009).

A análise da origem dos recursos demonstra a contínua concentração no Sistema BNDES, responsável por 97,2% do total contratado em 2009, o equivalente a R\$ 5,1 bilhões.

Entre as principais linhas operadas destacam-se o PRODECOOP (21,8%), o BNDES Automático (18,6%), o FINEM (12,2%) e o PRONAF (9,9%). O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) representou 12,1% das contratações, refletindo a utilização de instrumentos voltados à manutenção do investimento produtivo durante o período de desaceleração econômica. Os recursos próprios do BRDE tiveram participação residual, totalizando R\$ 10,5 milhões (BRDE, 2025).

Do ponto de vista econômico-financeiro, o BRDE encerrou o exercício de 2009 com resultado líquido de R\$ 120 milhões (Quadro 9), inferior ao registrado em 2008. Essa redução está associada, principalmente, ao aumento das despesas com provisões para devedores duvidosos e a ajustes relacionados às obrigações atuariais do fundo de pensão da instituição. Ainda assim, o Banco manteve crescimento patrimonial e estabilidade financeira ao longo do período. O patrimônio líquido alcançou R\$ 2,5 bilhões, enquanto o índice de adequação de capital, medido pelo Índice de Basileia, situou-se em 19,2%, acima do mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil. Em relação à qualidade da carteira, a taxa de inadimplência encerrou o ano em 1,7%, após elevação temporária ao longo do período em função dos efeitos da crise. A composição do risco mostrou-se conservadora, com aproximadamente 76% das operações classificadas nos níveis AA e A, proporção superior à média observada no Sistema Financeiro Nacional (BRDE, 2009).

Quadro 18: DRE Simplificado do exercício 2009 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2009 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	1.533.768
Despesas Da Intermediação Financeira	-952.947
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	580.821
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-344.928
Outras Despesas Operacionais	-26.338
Resultado Operacional	235.893
Resultado Não Operacional	9.113
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	245.006
Imposto De Renda E Contribuição Social	-124.097
Lucro Líquido Do Exercício	120.908

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2009).

O exercício de 2010 foi marcado pela retomada gradual da atividade econômica, após os efeitos mais agudos da crise financeira internacional de 2008–2009. Nesse contexto, o BRDE manteve elevado nível de atuação no financiamento de médio e longo prazo, acompanhando o aumento da demanda por investimentos produtivos na Região Sul do Brasil.

Em relação às contratações de financiamentos, o BRDE totalizou, em 2010, R\$ 4 bilhões. Ao longo do ano, foram formalizados 3.975 contratos, ainda que em ritmo inferior ao observado no ano anterior, quando prevaleceram medidas anticíclicas mais intensas. De acordo com o Relatório de Administração, essa retração está associada ao fato de que, em 2009, houve ampliação excepcional da oferta de crédito, impulsionada pelas medidas adotadas para enfrentamento da crise, especialmente por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e da expansão dos repasses do Sistema BNDES (BRDE, 2010).

A distribuição das contratações por setor de atividade na Região Sul indica manutenção da indústria como principal destino dos recursos, com R\$ 1,5 bilhões, o setor de agropecuária totalizou R\$ 874 milhões, enquanto o setor de comércio e serviços alcançou R\$ 1 bilhão, já o setor de infraestrutura apresentou R\$ 518 milhões (BRDE, 2010). No recorte estadual, Santa Catarina encerrou o ano de 2010 com R\$ 1,2 bilhões em contratações, em comparação com 2009, o estado apresentou crescimento marginal de 1,1%, contrastando com a retração observada no Paraná e, de forma mais acentuada, no Rio Grande do Sul (BRDE, 2010). No âmbito econômico-financeiro, o BRDE encerrou o exercício de 2010 com lucro líquido de R\$ 197 milhões (Quadro 10), resultado superior ao registrado em 2009. O ativo total alcançou R\$ 17,5 bilhões, dos quais R\$ 13,8 bilhões correspondem a operações de crédito líquidas de provisões. O patrimônio líquido totalizou R\$ 2,5 bilhões, refletindo a incorporação do resultado positivo do exercício ao capital da instituição (BRDE, 2010)

Quadro 19: DRE Simplificado do exercício 2010 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2010 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	1.719.091
Despesas Da Intermediação Financeira	-1.102.236
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	616.856
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-390.484
Outras Despesas Operacionais	-118.836
Resultado Operacional	226.371
Resultado Não Operacional	65.562
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	291.933
Imposto De Renda E Contribuição Social	-94.876
Lucro Líquido Do Exercício	197.058

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2010).

Em relação à qualidade da carteira em 2010, a taxa de inadimplência encerrou o ano em 2,3%, nível considerado baixo quando comparado à média do Sistema Financeiro Nacional. A composição do risco da carteira apresentou perfil conservador, com 81,1% das

operações classificadas nos níveis AA e A, percentual superior ao observado no sistema financeiro como um todo. As operações classificadas no nível de maior risco (H) representaram 0,9% da carteira do Banco (BRDE, 2010).

O ano de 2011 insere-se em um contexto de transição da economia brasileira, marcado por desaceleração do crescimento em relação a 2010, influenciada tanto por fatores internos, como políticas monetária e fiscal de caráter contracionista, quanto pelo ambiente internacional adverso, especialmente em decorrência da crise das dívidas soberanas na Europa. Nesse cenário, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) manteve atuação concentrada no financiamento de longo prazo, com operações distribuídas entre os setores produtivos tradicionais da Região Sul. Em termos operacionais, o BRDE registrou, em 2011, contratações de financiamentos no montante de R\$ 3,5 bilhão, distribuídas em 4.898 operações de crédito. Embora o valor total contratado tenha apresentado retração em relação ao ano anterior, observou-se uma retomada no número de operações, indicando redução do valor médio dos financiamentos e maior pulverização do crédito. A distribuição setorial das contratações revelou uma queda do setor industrial, responsável por aproximadamente um terço do volume contratado com R\$ 1,2 bilhões, seguido pelos setores agropecuários com R\$ 875 milhões, que se recuperou em relação ao ano anterior, o de comércio e serviços R\$ 830 milhões, valor menor que o exercício passado e, em menor proporção, de infraestrutura com R\$ 546 milhões (BRDE, 2011). A atuação creditícia do BRDE em 2011 viabilizou investimentos totais estimados em R\$ 4,8 bilhões. Segundo o relatório institucional, esses investimentos estariam associados à geração de arrecadação adicional de R\$ 606 milhões em ICMS para os estados da Região Sul (BRDE, 2011).

Quadro 20: DRE Simplificado do exercício 2011 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2011 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	1.605.789
Despesas Da Intermediação Financeira	-952.699
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	653.090
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-344.184
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	311.564
Imposto De Renda E Contribuição Social	-118.936
Lucro Líquido Do Exercício	192.628

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2011).

Do ponto de vista financeiro, o BRDE encerrou o exercício de 2011 com ativo total de R\$ 17,4 bilhões, dos quais aproximadamente 80% correspondiam a operações de crédito

líquidas de provisões. O patrimônio líquido alcançou R\$ 2,6 bilhões, enquanto o resultado líquido do exercício foi de R\$ 192,6 milhões (Quadro 20).

No Estado catarinense o número de operações firmadas chegou em 1.384, com um desembolso de R\$ 1,1 bilhões, contudo, Santa Catarina apresentou um desempenho econômico com contrastes significativos entre seus setores. No âmbito da produção agrícola, a safra do estado representou 4,1% do total nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas. No setor industrial, registrou um resultado negativo, com uma queda de 5,1% na produção industrial física, destoando dos resultados positivos observados nos demais estados da Região Sul. Por outro lado, o setor de consumo e o comércio exterior mostraram resiliência. As vendas no varejo ampliado no estado cresceram 7,8%, impulsionadas pelo incremento do emprego formal e pelos preços favoráveis dos produtos agropecuários na região. Além disso, o desempenho exportador de Santa Catarina alcançou uma taxa de 19,4% nas exportações durante o ano de 2011 (BRDE, 2011).

No exercício de 2012, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) atuou em um ambiente macroeconômico caracterizado por menor ritmo de crescimento da economia brasileira em relação aos anos anteriores, com reflexos sobre o volume de investimentos produtivos e sobre a demanda por crédito de longo prazo. Nesse contexto, o banco manteve sua atuação concentrada no financiamento de projetos produtivos na Região Sul, com operações distribuídas entre os principais setores econômicos. As contratações de financiamentos realizadas pelo BRDE em 2012 totalizaram R\$ 5,7 bilhões, distribuídas em 7.667 operações. Em comparação ao exercício anterior, observou-se elevação tanto no valor total contratado quanto no número de operações, resultando em aumento do volume médio de crédito concedido.

A distribuição setorial das contratações indicou crescimento do setor agropecuário, responsável com R\$ 2 bilhões, seguido pelo setor industrial, com R\$ 1,8 bilhões, pelo setor de comércio e serviços, com R\$ 1,2 bilhões, e pelo setor de infraestrutura, que concentrou R\$ 624 milhões do total contratado.

Quanto à origem dos recursos, o Sistema BNDES permaneceu como a principal fonte do BRDE em 2012, respondendo por R\$ 5,6 bilhões das contratações realizadas no exercício, o equivalente a aproximadamente 98,1% do total. As demais fontes de recursos incluíram captações junto a organismos nacionais como FCO e prestação de garantias (BRDE, 2012).

Quadro 21: DRE Simplificado do exercício 2012 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2012 (Rs mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	1.580.026
Despesas Da Intermediação Financeira	-1.008.896
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	571.130
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-311.561
Resultado Operacional	259.568
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	262.188
Imposto De Renda E Contribuição Social	-97.743
Lucro Líquido Do Exercício	164.445

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2012).

No âmbito operacional e financeiro, o BRDE encerrou o exercício de 2012 com ativo total de R\$ 18 bilhões, representando crescimento em relação ao ano anterior. A carteira de operações de crédito alcançou R\$ 14 bilhões, correspondendo à maior parcela do ativo, já o patrimônio líquido somou R\$ 2,5 bilhões, enquanto o resultado líquido do exercício (Quadro 21) foi de R\$ 164 milhões (BRDE, 2012). A composição da carteira de crédito permaneceu concentrada nos setores industrial e agropecuário, que, em conjunto, responderam por parcela majoritária do saldo total das operações. O setor de comércio e serviços apresentou participação relevante, enquanto o setor de infraestrutura manteve participação inferior aos demais, refletindo o perfil dos projetos financiados no período.

De acordo com o Relatório de Administração, as operações contratadas pelo BRDE em 2012 viabilizaram investimentos totais estimados em R\$ 8,1 bilhões. O documento também informa que esses investimentos estariam associados à arrecadação adicional estimada de R\$ 1,1 bilhões em ICMS nos estados da Região Sul, bem como à geração e manutenção de 122,1 mil postos de trabalho. Tais dados são apresentados conforme metodologia institucional do próprio banco (BRDE, 2012).

No exercício de 2013, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) apresentou expansão de suas atividades operacionais e financeiras. As contratações realizadas no período totalizaram R\$ 6,9 bilhões, distribuídas em 8.108 operações de crédito, o que representou crescimento nominal de 21,0% em relação ao ano anterior (BRDE, 2013).

Na análise setorial das contratações indicam predominância dos segmentos agropecuário, industrial e de infraestrutura. O setor agropecuário respondeu por R\$ 2,1 bilhões, correspondentes a 6.772 operações, enquanto a indústria concentrou R\$ 2,3 bilhões em 386 contratos, o setor de infraestrutura registrou R\$ 1,3 bilhões em 435 operações, apresentando o maior crescimento relativo frente a 2012. As contratações nos segmentos de comércio e serviços

somaram R\$ 1,1 bilhões, com leve retração quando comparadas ao exercício anterior. No que se refere aos investimentos induzidos pelas operações de crédito, os projetos apoiados pelo BRDE em 2013 viabilizaram um volume estimado de R\$ 11,1 bilhões em investimentos na Região Sul. De acordo com o relatório institucional, esses investimentos apresentaram potencial de geração de arrecadação adicional anual de ICMS no montante de R\$ 794 milhões para os estados da região. Ademais, a execução dos empreendimentos financiados esteve associada à criação e/ou manutenção de aproximadamente 69 mil postos de trabalho, dos quais 13,8 mil classificados como empregos diretos (BRDE, 2013). O BRDE encerrou o exercício de 2013 com resultado líquido de R\$ 286 milhões (Quadro 22), já seu ativo total atingiu R\$ 21 bilhões e seu patrimônio líquido totalizou R\$ 3,1 bilhões, refletindo um aumento (BRDE, 2013).

Quadro 22: DRE Simplificado do exercício 2013 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2013 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	1.682.319
Despesas Da Intermediação Financeira	-883.693
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	798.626
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-327.221
Resultado Operacional	471.405
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	474.139
Imposto De Renda E Contribuição Social	-187.182
Lucro Líquido Do Exercício	286.957

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2013).

No exercício de 2014, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) manteve volume significativo de operações de crédito de longo prazo na Região Sul, em um contexto de desaceleração da economia brasileira, contudo, concluiu o seu mais recente processo de capitalização, decorrente do aporte de R\$ 699 milhões de recursos novos, financiamento obtidos pelos Estados de Santa Catarina e Paraná junto ao BNDES e da incorporação de R\$ 349 milhões em reservas.

As contratações realizadas ao longo do ano totalizaram R\$ 4,8 bilhões, distribuídas em 6.825 novas operações de crédito. O setor que recebeu o maior valor de contratações foi o agropecuário com R\$ 1,6 bilhões, seguido do setor industrial com R\$ 1,3 bilhões, infraestrutura com R\$ 1,1 bilhões, já o setor de comércio e serviços ficou com o montante de R\$ 745 milhões (BRDE, 2014). Os projetos financiados pelo BRDE em 2014 viabilizaram um volume estimado de R\$ 6 bilhões em investimentos na região Sul. De acordo com o relatório institucional, esses investimentos apresentaram potencial de geração de arrecadação anual adicional de R\$ 279

milhões em Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os Estados da Região Sul (BRDE, 2014).

Em termos de desempenho financeiro, o BRDE encerrou o exercício de 2014 com resultado líquido de R\$ 370 milhões (Quadro 23), que registrou crescimento de um ano para o outro. O ativo total atingiu R\$ 23,4 bilhões. A carteira de operações de crédito alcançou R\$ 18,8 bilhões, enquanto o patrimônio líquido encerrou o período em R\$ 3,6 bilhões (BRDE, 2014).

No âmbito estadual, Santa Catarina integrou o conjunto de estados atendidos pelas operações do BRDE ao longo de 2014, relatório registra, ainda, a atuação do Banco como agente mandatário do Fundo de Apoio aos Municípios do Estado de Santa Catarina (FUNDAM), por meio da análise e acompanhamento de projetos apresentados pelos municípios catarinenses. Até dezembro de 2014, foram protocoladas 461 propostas, abrangendo todos os 295 municípios do estado, com projetos que somavam mais de R\$ 1 bilhão em investimentos em infraestrutura urbana e social (BRDE, 2014).

Quadro 23: DRE Simplificado do exercício 2014 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2014 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	1.810.934
Despesas Da Intermediação Financeira	-871.975
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	938.959
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-328.758
Resultado Operacional	610.201
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	616.241
Imposto De Renda E Contribuição Social	-245.594
Lucro Líquido Do Exercício	370.647

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2014).

No exercício de 2015, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) desenvolveu suas atividades em um contexto de retração da economia nacional, marcado pela desaceleração do investimento e pela elevação das taxas de juros. Ainda assim, o Banco manteve atuação no financiamento de projetos produtivos de longo prazo na Região Sul, as contratações realizadas no período totalizaram R\$ 5,3 bilhões, distribuídas em 6.965 operações de crédito (BRDE, 2015). Desse montante a indústria foi o setor que mais contratou, com R\$ 1,5 bilhões, seguido da agropecuária e infraestrutura, ambos com R\$ 1,3 bilhões e o restante ficou com comércio e serviços no valor de 1 bilhão (BRDE, 2015).

Os financiamentos apoiados pelo BRDE em 2015 viabilizaram um volume estimado de R\$ 7,5 bilhões em investimentos na Região Sul. Segundo os parâmetros apresentados no relatório institucional, esses investimentos apresentaram potencial de geração de arrecadação anual adicional de R\$ 786 milhões em ICMS para os estados da região. A execução dos empreendimentos financiados esteve associada à criação e/ou manutenção de aproximadamente 38 mil postos de trabalho, sendo cerca de 7,6 mil classificados como empregos diretos (BRDE, 2015).

Em termos de desempenho econômico-financeiro, o BRDE encerrou o exercício de 2015 com resultado líquido de R\$ 415 milhões (Quadro 15). O ativo total alcançou R\$ 23,6 bilhões, relativamente menor que no ano anterior, enquanto o patrimônio líquido totalizou R\$ 3,7 bilhões ao final do período (BRDE, 2015).

Quadro 24: DRE Simplificado do exercício 2015 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2015 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	1.914.316
Despesas Da Intermediação Financeira	-1.100.716
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	813.600
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-291.679
Resultado Operacional	521.922
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	562.726
Imposto De Renda E Contribuição Social	-147.067
Lucro Líquido Do Exercício	415.660

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2015).

No exercício de 2016, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) apresentou manutenção de sua atuação creditícia em um contexto macroeconômico nacional caracterizado por retração da atividade econômica. O volume total de contratações realizadas pelo BRDE em 2016 somou R\$ 4,4 bilhões, distribuídos em 7.262 operações de crédito. Esses financiamentos viabilizaram investimentos totais estimados em R\$ 6,4 bilhões na Região Sul, com potencial de arrecadação adicional de ICMS da ordem de R\$ 299 milhões para os estados de atuação do Banco (BRDE, 2016).

A distribuição das contratações por setor de atividade evidencia a diversificação setorial da carteira de crédito. Em 2016, os financiamentos destinados à agropecuária totalizaram R\$ 1,2 bilhões. O setor industrial concentrou R\$ 1 bilhão em contratações, enquanto o segmento de infraestrutura recebeu R\$ 868 milhões. Já o setor de comércio e serviços

respondeu por R\$ 1,3 bilhões do volume contratado no período, recebendo um volume maior que o período anterior (BRDE, 2016).

No que se refere à origem dos recursos utilizados nas operações de crédito, observou-se predominância ainda do Sistema BNDES, responsável por 91,5% do total das contratações realizadas em 2016. Os recursos oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) corresponderam a 2,2% do volume contratado, enquanto o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) representou 1,6%, destinado exclusivamente a operações no estado de Mato Grosso do Sul. Recursos próprios do Banco e operações de prestação de garantias responderam por 4,7% das contratações totais do exercício (BRDE, 2016). No âmbito estadual, Santa Catarina manteve participação relevante nas operações do BRDE. Destaca-se, no exercício de 2016, a atuação do Banco como agente mandatário do Fundo de Apoio aos Municípios Catarinenses (FUNDAM). Nesse contexto, foram firmados 455 convênios, resultantes da aprovação de 474 propostas, totalizando R\$ 879 milhões destinados a investimentos em municípios catarinenses. As aplicações abrangeram projetos nas áreas de infraestrutura urbana, educação, saúde, saneamento, mobilidade urbana, esporte e lazer, com execução acompanhada por meio de vistorias técnicas realizadas pelo BRDE (BRDE, 2016)

Ao final do período, o ativo total do Banco alcançou R\$ 24,5 bilhões, representando crescimento em relação ao exercício anterior. O patrimônio líquido atingiu R\$ 3,6 bilhões em dezembro de 2016, refletindo a continuidade do processo de capitalização institucional e preservação da capacidade operacional do Banco, apesar da sua leve queda, seu Resultado Líquido fechou o ano com R\$ 175 milhões (BRDE, 2016).

Quadro 25: DRE Simplificado do exercício 2016 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2016 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	2.068.471
Despesas Da Intermediação Financeira	-1.367.764
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	700.708
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-349.035
Resultado Operacional	351.673
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	351.549
Imposto De Renda E Contribuição Social	-176.547
Lucro Líquido Do Exercício	175.002

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2016).

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) encerrou o exercício de 2017 consolidando a sua posição como um agente estratégico de fomento na Região Sul, mesmo perante um cenário económico conturbado e transformações estruturais no sistema brasileiro de financiamento.

No plano operacional, o banco viabilizou um investimento total de R\$ 5,8 bilhões nos projetos financiados. Embora o volume de contratações tenha atingido R\$ 3,1 bilhões, o que representou um recuo de face a 2016, motivado pela conjuntura recessiva e pela redução de verbas provenientes do BNDES, o BRDE realizou 5.137 operações de crédito que contribuíram para a manutenção ou geração de 33.065 postos de trabalho (BRDE, 2017). Os setores de agropecuária, indústria e comércio e serviços tiveram quedas nos valores totais das contratações, ficando respectivamente com R\$ 832 milhões, R\$ 708 milhões e R\$ 661 milhões, o setor de infraestrutura cresceu em relação ao ano anterior com R\$ 972 milhões (BRDE, 2017).

A estratégia de captação de recursos focou-se na diversificação da origem de recursos para além do BNDES, que ainda representava 93% do total financiado. Entre as fontes utilizadas figuram a FINEP (através do Inovacred) com 2,5, o FGTS via Caixa Económica Federal com 0,5%, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) do Banco do Brasil e o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) 2,9% e prestação de garantias e recursos próprios com 1,1%. Adicionalmente, o banco iniciou parcerias internacionais, como o memorando de entendimento com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) (BRDE, 2017).

Quadro 26: DRE Simplificado do exercício 2017 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2017 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	2.045.472
Despesas Da Intermediação Financeira	-1.288.057
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	757.414
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-421.262
Resultado Operacional	336.152
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	368.930
Imposto De Renda E Contribuição Social	-198.414
Lucro Líquido Do Exercício	170.516

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2017).

Do ponto de vista financeiro, a instituição apresentou solidez ao registar um Ativo Total de R\$ 24,8 bilhões e um Património Líquido que ultrapassou a marca dos R\$ 3,7 bilhões. O Resultado Líquido (Quadro 26) apurado no período foi de R\$ 170,0 milhões, valor que teve

uma leve queda em relação ao ano anterior. Por fim, a atuação do BRDE gerou um impacto fiscal relevante para os estados controladores (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com uma arrecadação adicional estimada de ICMS da ordem de R\$ 518 milhões por ano decorrente dos empreendimentos apoiados (BRDE, 2017)

No exercício de 2018, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) manteve sua atuação como instituição financeira pública de fomento, voltada ao financiamento de longo prazo para projetos de investimento produtivo na Região Sul do Brasil. No âmbito operacional, o BRDE realizou contratações que totalizaram R\$ 3,2 bilhões em 2018, registrando crescimento real em relação ao exercício anterior. Esse desempenho representou uma inflexão na trajetória de retração observada nos anos precedentes, refletindo um contexto de gradual retomada da atividade econômica regional. As operações realizadas abrangeram diferentes portes de empreendimentos, com predominância de pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas. O maior setor de atividade beneficiado por esses recursos foi o de comércio e serviços com R\$ 1bilhão, seguido do setor de infraestrutura com R\$ 801 milhões, já o setor da agropecuária registrou um decréscimo em relação ao ano anterior, sendo contratado o montante de R\$ 668 milhões, a indústria fechou com R\$ 786 milhões em contratações (BRDE, 2018). A atuação do Banco foi estruturada a partir de Programas de Desenvolvimento, instrumentos institucionais destinados a priorizar projetos alinhados a objetivos estratégicos. Em 2018, destacaram-se os programas voltados à sustentabilidade socioambiental, ao desenvolvimento local e à inovação. O Programa BRDE Produção e Consumo Sustentáveis (BRDE PCS), por exemplo, concentrou parte relevante das operações do ano, direcionadas a projetos associados à geração de energia a partir de fontes renováveis, eficiência energética, agropecuária sustentável, uso racional da água e gestão de resíduos. As contratações vinculadas a esse programa totalizaram R\$ 478 milhões no exercício (BRDE, 2018)

No campo do desenvolvimento local, o Programa BRDE Municípios apoiou projetos de infraestrutura e fortalecimento institucional de administrações municipais, com destaque para iniciativas nas áreas de mobilidade urbana, saneamento básico e qualificação de serviços públicos. Em 2018, as contratações desse programa alcançaram R\$ 357 milhões, ampliando a atuação do Banco junto ao setor público municipal. A promoção da inovação constituiu outro eixo relevante da atuação institucional. Por meio do Programa BRDE INOVA, o Banco apoiou projetos voltados ao desenvolvimento tecnológico e à modernização de processos produtivos. Em 2018, as contratações vinculadas a esse programa somaram R\$ 260 milhões, refletindo a ampliação da participação da inovação no conjunto das operações do Banco (BRDE, 2018)

Em relação à origem dos recursos, o exercício de 2018 foi marcado pela ampliação da diversificação das fontes de recursos. Embora o Sistema BNDES tenha permanecido como principal origem, sua participação relativa foi reduzida em comparação a exercícios anteriores, com aumento da utilização de recursos provenientes de outras instituições nacionais e internacionais, incluindo a Agência Francesa de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Investimento. Esse movimento refletiu uma estratégia institucional de redução da concentração das fontes de financiamento e de ampliação da capacidade operacional do Banco, o Sistema BNDES participou com 73% do montante total, o restante ficou com o próprio BRDE e recursos próprios com 5%, FINEP 6%, CEF 10%, fontes externas 2%, FUNGETUR 1%, FCO 1% e garantias com 2% (BRDE, 2018)

Segundo o próprio BRDE:

A ampliação do volume de recursos possibilitou ao BRDE o apoio a um grande número de projetos voltados a segmentos considerados estratégicos para o desenvolvimento da Região Sul, como os que estimulam a produção e o consumo sustentáveis, os que promovem a inovação no ambiente produtivo, e também os que visam ao desenvolvimento da infraestrutura dos municípios, como saneamento, mobilidade, construção de escolas e postos de saúde, entre outros (BRDE, 2018).

Os projetos apoiados pelo Banco em 2018 viabilizaram investimentos totais estimados em R\$ 3,7 bilhões na Região Sul. Como efeitos indiretos dessas operações, o relatório aponta a criação e/ou manutenção de aproximadamente 49,1 mil postos de trabalho, além da geração adicional de arrecadação de ICMS estimada em R\$ 360 milhões (BRDE, 2018).

Quadro 27: DRE Simplificado do exercício 2018 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2018 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	R\$ 2.041.201
Despesas Da Intermediação Financeira	-R\$ 1.288.449
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	R\$ 752.751
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-R\$ 264.990
Resultado Operacional	R\$ 487.761
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	R\$ 487.200
Imposto De Renda E Contribuição Social	-R\$ 238.669
Lucro Líquido Do Exercício	R\$ 248.531

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2018).

No plano financeiro, o BRDE encerrou o exercício de 2018 com resultado líquido positivo de R\$ 248 milhões (Quadro 18). O patrimônio líquido atingiu R\$ 3,7 bilhões, enquanto o ativo total somou R\$ 24 bilhões, indicando fortalecimento da posição econômico-financeira

da instituição. Esses resultados contribuíram para a manutenção de índices prudenciais de capitalização acima dos limites regulatórios, com índice de Basileia de 17,5% ao final do período (BRDE, 2018).

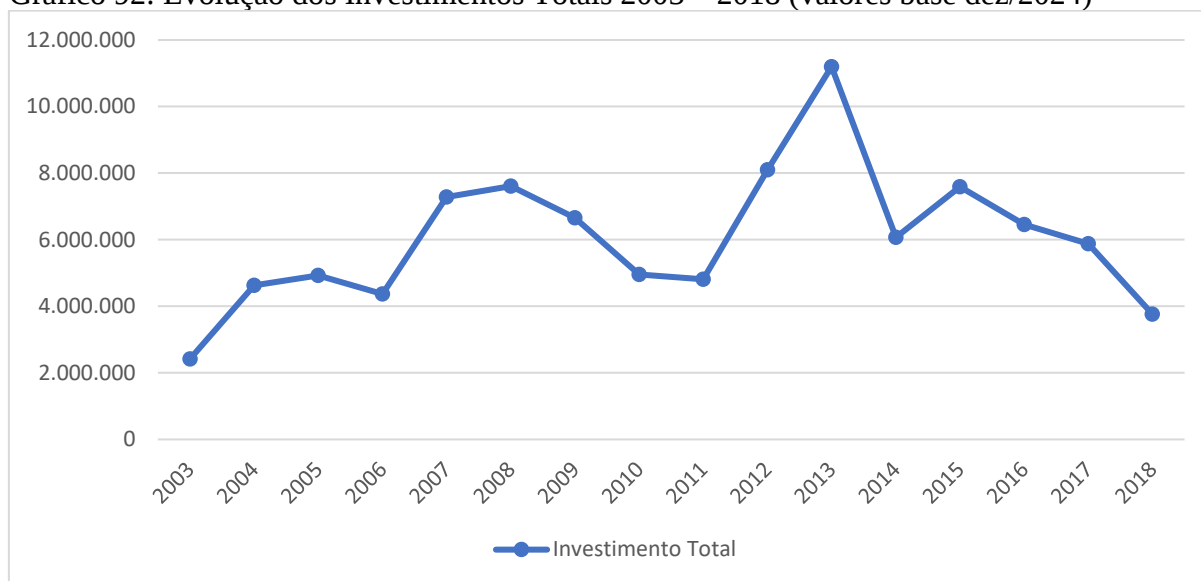
6.1 ANÁLISE FINANCEIRA DO PERÍODO (2003 – 2018)

Ao analisar a trajetória referente ao investimento total (Gráfico 9) financiado pelo BRDE entre de 2003 e 2018 evidencia uma expansão ao longo da maior parte do período, ainda que com oscilações relevantes associadas ao contexto macroeconômico nacional e internacional. Nos primeiros anos do período analisado, observa-se um crescimento moderado do investimento total entre 2003 e 2008, seguido por uma retração entre 2009 e 2011. Essa inflexão está relacionada ao ambiente de incerteza macroeconômica que caracterizou o início dos anos após 2008, marcado pela instabilidade financeira internacional e, sobretudo, pelas incertezas associadas ao processo eleitoral de 2010. Esse cenário contribuiu para a postergação de decisões de investimento e para maior cautela nas expectativas de longo prazo.

A partir de 2011, existe retomada consistente do investimento total, com crescimento expressivo até 2013 e relativa estabilidade. Esse movimento coincide com um período de melhora dos fundamentos macroeconômicos, caracterizado pela consolidação do regime de metas de inflação, maior previsibilidade fiscal e expansão do crédito, além de um contexto internacional favorável, impulsionado pelo crescimento da economia global e pela elevação dos preços das commodities. Nesse ambiente, o BRDE ampliou sua atuação no financiamento de projetos produtivos, acompanhando a retomada do investimento privado e público.

Entre 2014 e 2018, observa-se nova uma queda do investimento total, atingindo o nível abaixo de 2011, devido a intensificação da crise política no Brasil, houve uma retração do investimento total, que se estende até 2018, essa queda está diretamente relacionada aos efeitos da crise política que o país passava, que afetando o comércio doméstico, elevou a aversão ao risco e reduziu o ritmo de crescimento econômico. Ainda que o Brasil tenha adotado políticas anticíclicas para mitigar os impactos da crise, os efeitos sobre o investimento de médio e longo prazos se refletiram na redução dos volumes financiados no período de análise.

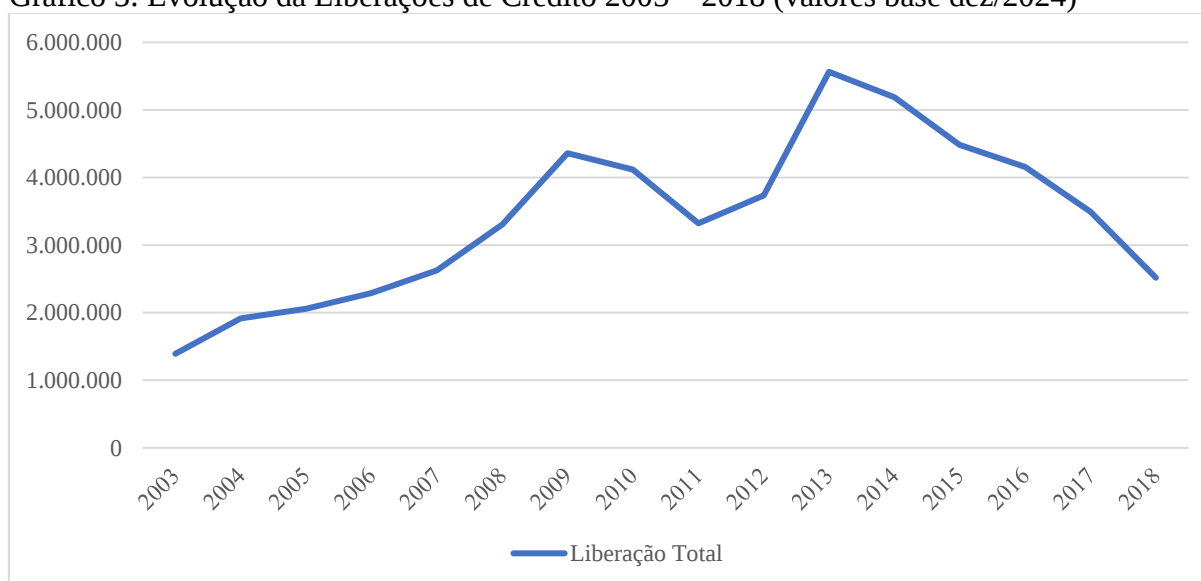
Gráfico 92: Evolução dos Investimentos Totais 2003 – 2018 (valores base dez/2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

Os investimentos do BRDE ao longo do período analisado nesse capítulo, sofreram pequenos ciclos de aportes maiores e outros anos menores, como visto no gráfico acima. Contudo, isso não impacta na liberação de crédito como um todo, como apresentado no gráfico a seguir, as liberações mantiveram a rota de crescimento durante toda a década de 2000, obtendo seu pico em 2009, sofrendo uma leve queda até 2011 e voltando a crescer em 2013, nos anos seguintes o valor nas liberações sofre uma queda até 2018.

Gráfico 3: Evolução da Liberações de Crédito 2003 – 2018 (valores base dez/2024)

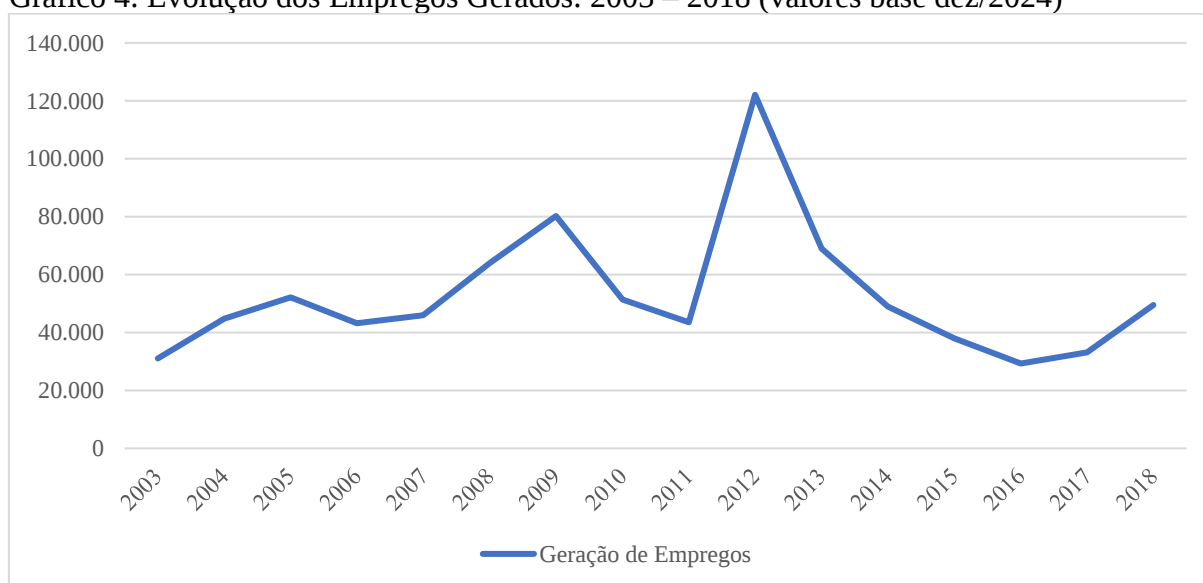


Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

Os empregos diretos e indiretos gerados pelo BRDE durante o período estão vinculados aos financiamentos do BRDE entre 2003 e 2018, e evidenciam a relação direta entre investimento, ciclo econômico e mercado de trabalho. Os dados reforçam o papel do banco como instrumento de fomento ao emprego em períodos de expansão e como elemento relevante das políticas anticíclicas.

A evolução do gráfico de empregos gerados vai de acordo com os investimentos totais do banco, em períodos de maior investimento pode-se notar um crescimento de empregos diretos e indiretos ligados ao BRDE. No início dos anos 2003 o banco gerou 30 mil empregos de forma direta e indireta, sofreu uma queda na criação dos mesmos em 2010, contudo, volta a se recuperar em 2012, no ano seguinte, igual as liberações de crédito atingem o seu menor nível. Uma menor expectativa e com isso, investimentos na produção ocasionam em número de empregos disponíveis menores devido à queda nas liberações e como consequência atendendo menos empresas.

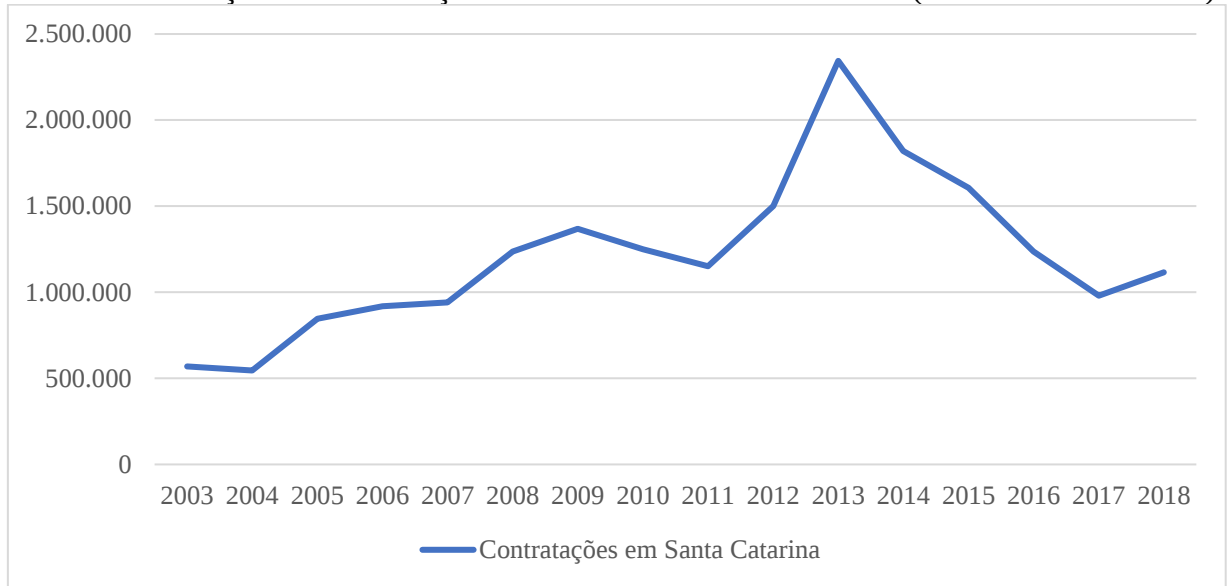
Gráfico 4: Evolução dos Empregos Gerados: 2003 – 2018 (valores base dez/2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

No Estado de Santa Catarina o número de contratações seguiu o padrão das liberações, com um crescimento até 2013, onde o Estado catarinense absorveu um maior número de contratações que nos anos seguintes, com a sua tendência de queda após 2014 (Gráfico 12).

Gráfico 5: Evolução das Contratações em Santa Catarina 2003 – 2018 (valores base dez/2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

Durante o período, vale ressaltar o crescimento no investimento total do BRDE, em ciclos como apresentado no gráfico anterior, até 2008 um crescimento estável, com quedas esporádicas em 2010 e voltando a crescer em 2012. Nesse recorte é notável que uma política desenvolvimentista gere uma maior iniciativa privada para financiamentos, ocasionando em novos postos de trabalho e aumento de produção.

7 PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO CONSERVADOR

Neste capítulo será analisado a trajetória do BRDE no período recente, 2019 a 2024. Dentro desse escopo, a política nacional obteve um forte crescimento do viés conservador, visto principalmente nos estados do Sul. O que torna Santa Catarina um estado conservador em seus costumes, contudo mantém a sua política desenvolvimentista e segue investimento em políticas públicas.

No exercício de 2019, as contratações realizadas pelo BRDE totalizaram R\$ 2,5 bilhões, o que representou leve crescimento em relação ao exercício anterior. A evolução das contratações refletiu a continuidade da atuação do Banco junto a diferentes segmentos produtivos, com variações distintas entre os setores econômicos. A indústria apresentou o montante contratado de R\$ 841 milhões, seguida pelos setores de comércio e serviços, com R\$ 1 bilhão e de infraestrutura R\$ 796 milhões, em sentido oposto, o setor agropecuário registrou redução, obtendo R\$ 577 milhões no volume contratado no período (BRDE, 2019).

Esses setores apoiados pelo banco de desenvolvimento possibilitaram a criação e manutenção de 38,2 mil empregos diretos e indiretos, permitindo uma arrecadação adicional aos três Estados do Sul no valor de R\$ 309 milhões em ICMS. O Programa BRDE Produção e Consumo Sustentáveis (BRDE PCS) apresentou crescimento expressivo no exercício, com contratações que totalizaram R\$ 758 milhões, valor superior ao registrado no ano anterior. Outra iniciativa para apoio à inovação em 2019 foi o programa BRDE Labs, com o objetivo de se tornar um instrumento de apoio não-creditício às *startups* da Região Sul e será executado em 2020 (BRDE, 2019).

No âmbito de origem de recursos o banco continuou angariando valores de outras fontes além do Sistema BNDES, que por sua vez atingiu apenas 62,3% de todo o valor contratado, além de aumentar os valores de recursos próprios do BRDE para investimentos com 15,1% (BRDE, 2019)

No que se refere ao desempenho financeiro, o BRDE encerrou o exercício de 2019 com resultado líquido de R\$ 371 milhões (Quadro 19). O índice de inadimplência da carteira, considerando atrasos superiores a 90 dias, apresentou redução significativa, passando de 1,77% em dezembro de 2018 para 0,48% em dezembro de 2019, patamar inferior aos observados no conjunto do Sistema Financeiro Nacional e entre os bancos públicos e privados, refletindo a manutenção de práticas conservadoras de análise e acompanhamento das operações de crédito (BRDE, 2019).

Quadro 28: DRE Simplificado do exercício 2019 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2019 (R\$ mil)
Receitas Da Intermediação Financeira	1.795.581
Despesas Da Intermediação Financeira	-916.404
Resultado Bruto Da Intermediação Financeira	879.178
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-333.193
Resultado Operacional	545.984
Resultado Antes Da Tributação Sobre O Lucro	554.070
Imposto De Renda E Contribuição Social	-183.055
Lucro Líquido Do Exercício	371.014

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2019).

O ano de 2020 foi marcado pela chegada da Pandemia de Covid-19, um ano que impôs um novo desafio ao BRDE. As contratações de recursos realizadas pelo BRDE em 2020 alcançaram o montante de R\$ 4,2 bilhões, evidenciando a manutenção da capacidade de execução das operações de crédito mesmo em um ambiente de elevada incerteza. O setor de comércio e serviços seguiu crescendo em valores de contratações, atingindo o seu pico de R\$ 1,6 bilhões no ano, seguido da infraestrutura com R\$ 978 milhões, indústria com R\$ 943 milhões e o setor agropecuária com um menor nível em relação aos outros setores de atividade com o montante de R\$ 699 milhões (BRDE, 2020).

No contexto das ações emergenciais, o Programa BRDE Recupera Sul foi implementado com foco no financiamento de capital de giro e microcrédito. Em 2020, esse programa viabilizou recursos no valor de R\$ 662 milhões, atendendo 1.612 empresas, contribuindo para a manutenção de atividades econômicas e de postos de trabalho durante o período mais agudo da crise sanitária (BRDE, 2020).

Já os projetos apoiados pelo BRDE em 2020 resultaram na manutenção de 35,3 mil empregos e na preservação de renda na Região Sul, conforme indicado no relatório institucional. Além disso, o Banco também apoiou iniciativas diretamente relacionadas ao enfrentamento da pandemia, incluindo projetos desenvolvidos por universidades voltados à realização de testes e pesquisas associadas à Covid-19. Esses projetos possibilitaram uma arrecadação adicional de ICMS de R\$ 270 milhões para os Estados do Sul (BRDE, 2020). No que se refere à gestão operacional e organizacional, o BRDE promoveu ajustes internos relevantes ao longo de 2020. Destaca-se a intensificação das ações do Projeto BRDE 6.0, voltado à modernização dos processos de concessão de crédito, à digitalização de fluxos operacionais e à simplificação de procedimentos internos. Parte significativa dessas ações foi antecipada para atender à demanda crescente por financiamento em um curto espaço de tempo,

contribuindo para maior agilidade operacional do Banco (BRDE, 2020). Sendo assim, o banco fechou o ano de exercício com um lucro líquido de R\$ 254 milhões (Quadro 20), seu Ativo Total sofreu uma diminuição e fechou o ano em R\$ 21 bilhões, já seu Patrimônio líquido encerrou com um crescimento, atingindo o valor de R\$ 3,9 bilhões (BRDE, 2020).

Quadro 29: DRE Simplificado do exercício 2020 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2020 (R\$ mil)
Receitas De Intermediação Financeira	1.751.626
Despesas De Intermediação Financeira	-970.217
Resultado Da Intermediação Financeira	781.409
Outras Receitas Operacionais	85.953
Despesas Operacionais	-374.549
Despesas Com Provisões	-17.571
Resultado Operacional	475.242
Resultado Antes Dos Tributos E Participações	472.454
Impostos Sobre O Lucro	-202.285
Participações No Lucro	-15.661
Resultado Líquido	254.509

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2020).

No ano seguinte, no período de 2021, o BRDE realizou contratações de recursos que totalizaram R\$ 4,7 bilhões, valor que refletiu a ampliação da capacidade operacional do Banco em relação ao exercício anterior. As operações realizadas estiveram associadas tanto ao financiamento de novos projetos de investimento quanto à continuidade de linhas emergenciais implementadas no ano anterior, destinadas à sustentação financeira de empresas e entes públicos durante a pandemia. O setor de comércio e serviços seguiu crescendo no valor contratado em meio à crise sanitária, atingindo o valor de R\$ 1,5 bilhões, seguido por a recuperação do setor agropecuário que contratou R\$ 1,2 bilhões, já o setor da indústria contratou R\$ 1 bilhão e infraestrutura com R\$ 1 bilhão (BRDE, 2021).

As fontes de recursos do BRDE seguiram sofrendo alterações conforme o planejado pela instituição, arrecadando novas fontes de recursos. O Sistema BNDES atingiu 59,5% dos valores que foram financiados, os recursos próprios provenientes do BRDE ficaram com 10,7%, fontes externas com 15,7%, FUNGETUR 6,9%, CEF 2,1%, FCO, 2,5%, FINEP 0,9% e garantias com 1,7% do montante total de contratações (BRDE, 2021).

Os projetos apoiados pelo BRDE em 2021 viabilizaram investimentos totais estimados em R\$ 5,1 bilhões na Região Sul. Como efeitos indiretos dessas operações, o relatório institucional aponta a uma geração de R\$ 271 milhões em ICMS, evidenciando o papel

do Banco no apoio à recuperação do nível de atividade econômica e do emprego no período, além de recursos para os Estados. Em relação ao final do exercício, o banco fechou o ano com um lucro líquido de R\$ 309 milhões (Quadro 21), seu patrimônio líquido fechou com R\$ 3,9 bilhões, valor igual ao ano anterior, já seu ativo total fechou o ano com R\$ 19 bilhões (BRDE, 2021).

Quadro 30: DRE Simplificado do exercício 2021 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2021 (R\$ mil)
Receitas De Intermediação Financeira	1.620.528
Despesas De Intermediação Financeira	-734.184
Resultado Da Intermediação Financeira	886.344
Outras Receitas Operacionais	128.528
Despesas Operacionais	-390.237
Despesas Com Provisões	-23.252
Resultado Operacional	601.383
Resultado Antes Dos Tributos E Participações	620.494
Impostos Sobre O Lucro	-292.329
Participações No Lucro	-18.835
Resultado Líquido	309.331

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2021).

No exercício de 2022, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) deu continuidade à sua atuação como instituição financeira pública de fomento em um contexto de consolidação da retomada da atividade econômica após o período mais crítico da pandemia da Covid-19. A atuação institucional do Banco esteve orientada à ampliação do financiamento ao investimento produtivo, à continuidade do apoio à recuperação econômica e ao fortalecimento de instrumentos associados ao desenvolvimento regional.

Ao longo do período, o BRDE realizou contratações de recursos que totalizaram R\$ 6,6 bilhões. Esse desempenho refletiu a ampliação da demanda por financiamento de longo prazo e a manutenção da capacidade operacional da instituição no atendimento a projetos de investimento público e privado na Região Sul. O setor com maior valor contratado foi o da indústria com R\$ 1,4 bilhões em recursos, seguido dos setores de agropecuária, comércio e serviços com R\$ 1,1 bilhões e o setor de infraestrutura ficou com R\$ 961 milhões (BRDE, 2022).

Os projetos apoiados pelo BRDE em 2022 viabilizaram investimentos totais estimados em R\$ 4,8 bilhões. Como efeitos indiretos dessas operações, o relatório institucional aponta a geração de ICMS no valor de R\$ 697 milhões, e manutenção de 53 mil postos de

trabalho, evidenciando a relevância da atuação do Banco para a dinâmica do emprego e da atividade econômica regional no período de recuperação pós-crise sanitária (BRDE, 2022). Ao final do exercício de 2022 o banco fechou o ano com o resultado positivo, obtendo o lucro líquido no valor de R\$ 493 milhões, já seu ativo total fechou o ano com R\$ 20 bilhões e seu patrimônio líquido fechou o ano em R\$ 4,2 bilhões (BRDE, 2022).

Quadro 31: DRE Simplificado do exercício 2022 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2022 (R\$ mil)
Receitas De Intermediação Financeira	2.059.970
Despesas De Intermediação Financeira	-853.924
Resultado Da Intermediação Financeira	1.206.046
Outras Receitas Operacionais	109.399
Despesas Operacionais	-427.230
Despesas Com Provisões	-16.959
Resultado Operacional	871.257
Resultado Antes Dos Tributos E Participações	880.053
Impostos Sobre O Lucro	-368.492
Participações No Lucro	-18.480
Resultado Líquido	493.081

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2022).

No exercício de 2023, o volume total de contratações de financiamento atingiu R\$ 6,1 bilhões em 2023, já a sua distribuição setorial dessas contratações evidencia a concentração dos recursos nos segmentos de comércio e serviços, que totalizaram R\$ 1,8 bilhão, seguidos pela agropecuária, com R\$ 1,7 bilhão e indústria e a infraestrutura apresentaram volumes semelhantes, ambos em torno de R\$ 1,2 bilhão no período (BRDE, 2023). O investimento total operacionalizado pelo Banco também se refletiu no volume de liberações de recursos, que alcançou R\$ 4,8 bilhões no ano, no tocante à origem dos recursos, observou-se a ampliação do uso de recursos externos, com destaque para as captações junto a organismos internacionais, as contratações com recursos externos somaram R\$ 1,3 bilhão, provenientes de instituições como BID, AFD, CAF, BEI, NDB e BIRD, correspondendo a 22,1% do total contratado no ano (BRDE, 2023).

No âmbito estadual, a atuação do BRDE em Santa Catarina manteve relevância ao longo do exercício, tanto por meio do financiamento a empresas e produtores rurais quanto pelo apoio a políticas públicas estaduais. Destaca-se, nesse contexto, a operacionalização do Pronampe Emergencial SC, que totalizou R\$ 109 milhões em crédito contratado ainda em 2023, dentro de um programa cujo volume global de recursos alcançou R\$ 157 milhões, com subsídio

parcial de juros pelo governo estadual (BRDE, 2023). Além disso, os financiamentos concedidos pelo Banco geram impactos indiretos sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cuja mensuração integra estudos conduzidos em parceria com instituições estaduais, considerando os efeitos dos investimentos viabilizados sobre a atividade econômica regional, arrecadando R\$ 553 milhões.

Ao final do exercício o BRDE fechou suas operações com um ativo total de R\$ 22 bilhões, resultando em um lucro líquido de R\$ 542 milhões (Quadro 23), e com o seu patrimônio líquido fechando em R\$ 4,3 bilhões (BRDE, 2023).

Quadro 32: DRE Simplificado do exercício 2023 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2023 (R\$ mil)
Receitas De Intermediação Financeira	2.323.533
Despesas De Intermediação Financeira	-1.168.253
Resultado Da Intermediação Financeira	1.155.279
Receitas Operacionais	73.341
Despesas Com Provisões	-21.723
Resultado Operacional	749.312
Resultado Antes Dos Tributos E Participações	755.963
Impostos Sobre O Lucro	-195.298
Participações No Lucro	-18.417
Resultado Líquido	542.248

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2023).

O exercício de 2024 fechou com o BRDE realizando o montante de R\$ 5,9 bilhões em contratações, sendo o setor agropecuário o maior beneficiado com R\$ 1,9 bilhões, o setor de comércio e serviços atingiu a marca de R\$ 1,9 bilhões seguindo a tendência de crescimento dos últimos anos, a indústria contratou R\$ 1,4 bilhões e o setor de infraestrutura ficou com R\$ 709 milhões em financiamentos (BRDE, 2024). Segundo o relatório do próprio banco, as fontes de recursos ficaram divididas da seguinte forma, o Sistema BNDES atendeu com 52,7% de todo o montante contratado, seguido por 14, 6% do BRDE, FINEP 12,6%, Bird 3%, MTUR 2,9%, Funcafé 0,4%, AFD 1,5%, BID 3,8%, CAF 0,1%, NDB 1,9% (BRDE, 2024).

Demonstrando o seu pioneirismo e caráter inovador, o BRDE realizou a primeira emissão de Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCD) do Brasil ainda em novembro, no valor de R\$ 71,6 milhões. Apenas uma semana após essa emissão inicial, o Banco atingiu o limite estipulado pelo CMN para o instrumento, totalizando R\$ 266,6 milhões em LCDs emitidas no ano. Ainda em 2024, o BRDE realizou sua primeira emissão de Letra Financeira (LF), um novo instrumento de renda fixa com características distintas dos títulos emitidos pelo

Banco até então. O desenvolvimento dessa forma de captação possibilitou que fundos de investimento passassem a incluir títulos do BRDE em seus portfólios. Portanto, o BRDE captou um volume de R\$ 683,7 milhões em 2024 a partir dos diferentes instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa para o próximo ano é de seguir com o programa de captações no mercado de capitais, aumentando o número de instituições parceiras e o volume de negócios nesse segmento (BRDE, 2024).

Em termos operacionais o BRDE fechou o ano com R\$ 25,6 bilhões em ativo total e R\$ 4,5 bilhões em patrimônio líquido. Suas operações de crédito fecharam o ano com R\$ 21,5 bilhões e renderam um lucro líquido de R\$ 472 milhões (Quadro 24), seguindo o seu potencial de lucrar em cima das operações, tendência que vem desde o início dos anos 2000 (BRDE, 2024).

Quadro 33: DRE Simplificado do exercício 2024 (valores base dezembro – 2024)

Descrição	2024 (R\$ mil)
Receitas De Intermediação Financeira	2.912.938
Despesas De Intermediação Financeira	-1.904.060
Resultado Da Intermediação Financeira	1.008.878
Receitas Operacionais	110.179
Despesas Operacionais	-467.031
Despesas Com Provisões	-38.293
Resultado Operacional	613.733
Resultado Antes Dos Tributos E Participações	620.011
Impostos Sobre O Lucro	-127.327
Participações No Lucro	-20.231
Resultado Líquido	472.453

Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2024).

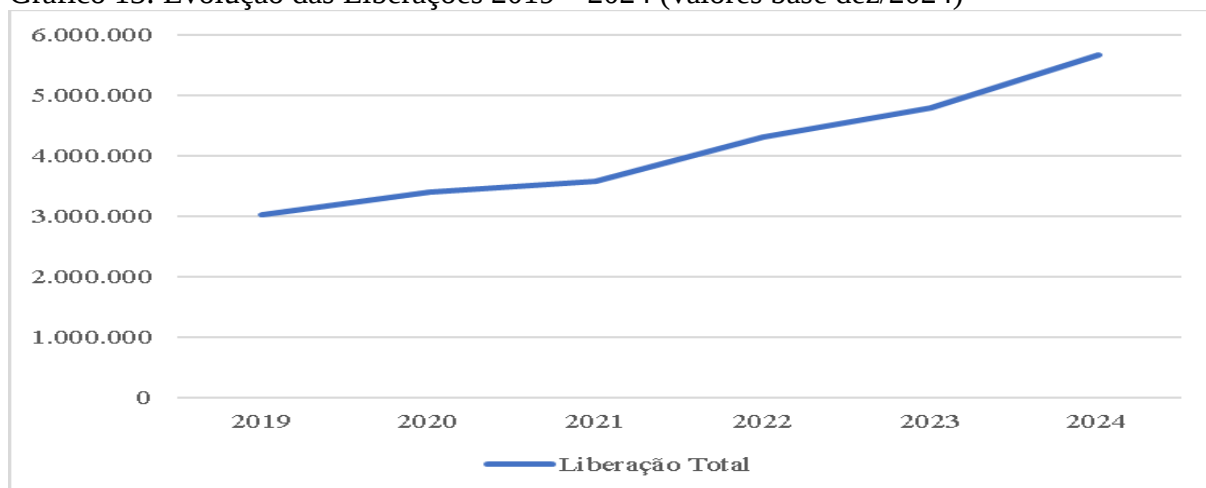
7.1 ANÁLISE FINANCEIRA DO PERÍODO (2019 – 2024)

A análise conjunta dos indicadores apresentados a seguir (liberações, geração de empregos, geração de ICMS e contratações em Santa Catarina) permite identificar os efeitos na evolução ao longo da trajetória recente do BRDE entre 2019 e 2024.

No que se refere às liberações, observa-se crescimento expressivo entre 2019 (aproximadamente R\$ 3 bilhões) até 2024 (cerca de R\$ 5,5 bilhões). A partir de 2019 inicia-se processo de recuperação gradual, com aceleração mais evidente após 2021, culminando em 2024 com volume superior a R\$ 5,5 bilhões, o maior da série. Essa dinâmica sugere forte

sensibilidade das liberações ao ciclo macroeconômico nacional, especialmente à desaceleração observada entre 2020 e 2021, período marcado por retração do investimento, restrição fiscal e instabilidade sanitária, que afetaram tanto a demanda por crédito quanto a capacidade de financiamento, contudo, a forte ação do banco em relação a pandemia de COVID-19 ocasionou na manutenção das liberações e manteve o seu apoio ao setor privado.

Gráfico 13: Evolução das Liberações 2019 – 2024 (valores base dez/2024)

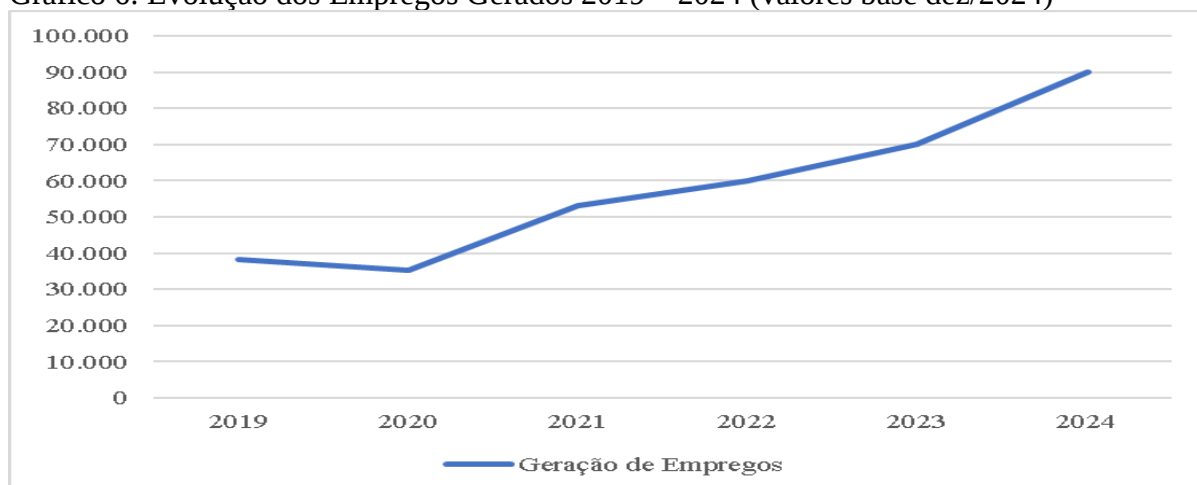


Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

A geração de empregos associada às operações acompanha, com defasagem, as liberações. O pico ocorre em 2024 (cerca de 90 mil postos), com essa nova trajetória ascendente a partir de 2021, alcançando o topo ao final do período. A correlação entre expansão do crédito e dinamização do mercado de trabalho é evidente, indicando que o impacto ocupacional depende também da composição setorial das operações e do contexto econômico mais amplo.

O BRDE por ser uma instituição pública de fomento, ao disponibilizar crédito para o setor privado por meio de financiamentos de longo prazo, proporciona uma ferramenta indireta de criar novos e/ou manter empregos. Um maior montante de capital disponibilizado para as empresas, ocasiona em investimento produtivo que por sua vez atrai novos empregados, atua na economia regional e traz um retorno para o Estado, por meio da geração de impostos (ICMS).

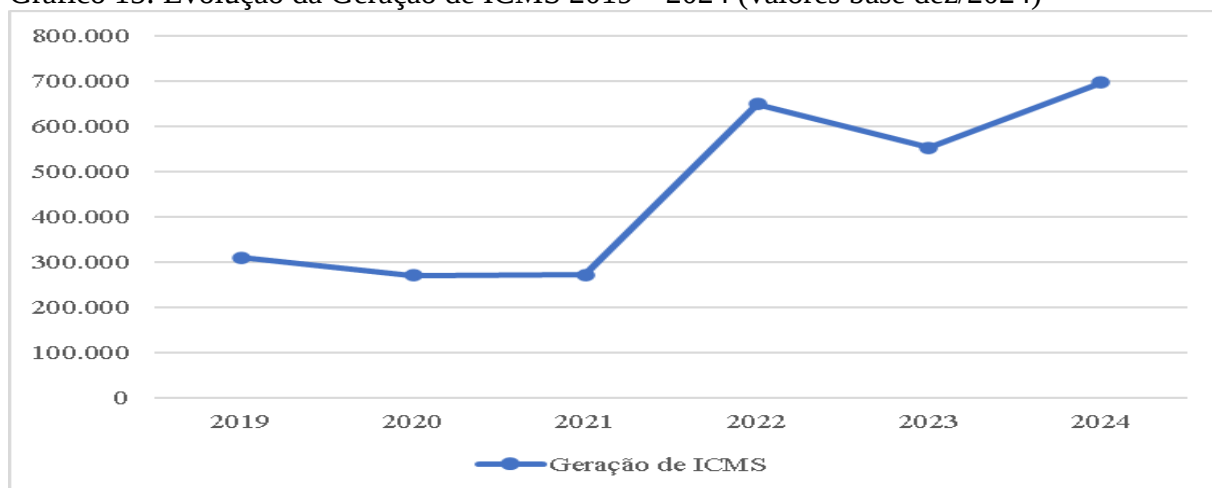
Gráfico 6: Evolução dos Empregos Gerados 2019 – 2024 (valores base dez/2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

No caso da geração de ICMS, o comportamento apresenta um crescimento, após atingir aproximadamente R\$ 300 mil em 2021, há um crescimento significativo até 2024, com uma menor arrecadação apenas em 2023, quando os valores se aproximam de R\$ 550 mil. A partir de 2022 observa-se retomada relevante, superando R\$ 600 mil em 2022 e alcançando cerca de R\$ 700 mil em 2024.

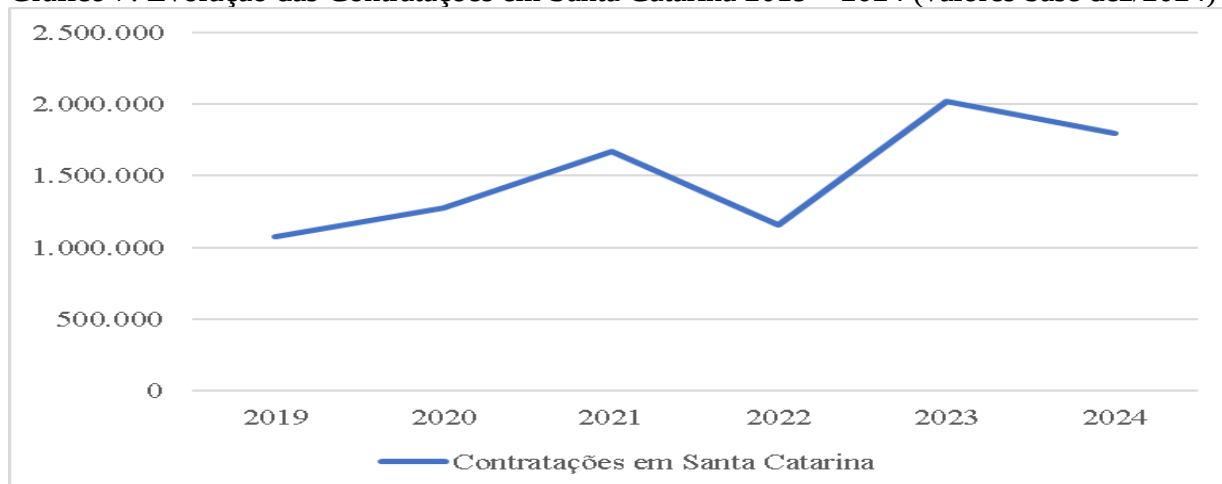
Gráfico 15: Evolução da Geração de ICMS 2019 – 2024 (valores base dez/2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

As contratações em Santa Catarina reproduzem padrão semelhante ao das liberações totais. O volume cresce de cerca de R\$ 1,6 bilhão em 2021 para aproximadamente R\$ 2 bilhões em 2023, e reduz em 2024 (cerca de R\$ 1,7 bilhão), mantém-se em níveis moderados nesse período, ainda assim permanecendo em patamar elevado no contexto da série histórica.

Gráfico 7: Evolução das Contratações em Santa Catarina 2019 – 2024 (valores base dez/2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com relatórios do BRDE.

A leitura integrada dos quatro indicadores evidencia que o período 2019 – 2024 uma fase de fortalecimento dos impactos econômicos e fiscais associados às operações do BRDE, caracterizada por crescimento das liberações, das contratações estaduais e dos impactos indiretos em termos de emprego e arrecadação. Tal movimento está alinhado ao contexto macroeconômico brasileiro, marcado pela pandemia e crescimento na busca por crédito para contração do investimento público e privado. A partir de 2019, e de forma mais consistente após 2021, observa-se recomposição da capacidade operacional do Banco, com expansão das liberações e recuperação dos efeitos econômicos associados.

De forma integrada, os quatro indicadores apontam para uma relação positiva entre expansão do crédito, geração de emprego, aumento da arrecadação tributária e dinamização econômica regional, reforçando a interpretação de que a atuação do banco transcende o financiamento em si, operando como instrumento de política de desenvolvimento com efeitos estruturais e fiscais relevantes, especialmente a partir do período pós-pandemia.

8 CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou o papel do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) no processo de desenvolvimento econômico regional, com ênfase no período de 1992 até 2024. A investigação partiu da compreensão do Estado como agente estruturador do desenvolvimento, ancorada na literatura desenvolvimentista e o papel do Estado com entidade superior de organização capitalista, com a abordagem dos bancos públicos de fomento, em especial o BRDE, como instrumentos de coordenação econômica e indução do investimento.

Os resultados evidenciam que o BRDE exerceu papel relevante na sustentação do investimento produtivo na Região Sul, especialmente em contextos de restrição macroeconômica. A trajetória das liberações demonstra comportamento cíclico, com expansão em anos como 2003 até 2008 e a retomada após 2018, com retrações durante o período, em consonância com a recessão brasileira e retomada consistente a partir de 2019, intensificada após 2021. Esse movimento confirma a sensibilidade da atuação do Banco ao ambiente macroeconômico, mas também revela sua capacidade de recomposição operacional. No plano financeiro, observou-se fortalecimento institucional ao longo do período analisado, com evolução do ativo total, do patrimônio líquido e manutenção de resultados líquidos positivos na maior parte da série, indicando sustentabilidade operacional e capacidade de alavancagem de recursos. A origem de seus recursos, baseada majoritariamente em recursos de longo prazo oriundos de instituições nacionais e multilaterais, reforça o caráter de banco de desenvolvimento e sua inserção em arranjos institucionais mais amplos de financiamento.

No caso específico de Santa Catarina, os dados indicam participação expressiva nas contratações e nos investimentos realizados, reafirmando a importância do BRDE como instrumento de financiamento do desenvolvimento estadual. A atuação do Banco contribuiu para dinamizar setores estratégicos da economia catarinense, sustentando investimentos produtivos em momentos de desaceleração econômica.

Do ponto de vista teórico, os achados corroboram a perspectiva de que bancos públicos de desenvolvimento desempenham função institucional relevante na coordenação do investimento de longo prazo, especialmente em economias marcadas por instabilidade macroeconômica e restrições estruturais de crédito. O BRDE, nesse contexto, configura-se como agente intermediador entre políticas públicas, necessidades regionais e mecanismos financeiros de longo prazo. Além do fator creditício do banco de desenvolvimento, ele presta apoio técnico as empresas que buscam os financiamentos, possui projetos voltados ao

desenvolvimento sustentável, com 82% das contratações de financiamento alinhadas a pelo menos um dos objetivos ODS (BRDE, 2024). Em sua carteira, possui investimentos em programas de pesquisa, financiamento de startups de diferentes setores. Os setores de atividade que contratam financiamentos no BRDE, mudaram ao longo da análise realizada. Ao início dos anos 2004, a agropecuária e indústria contratavam o maior valor de financiamentos, porém ao decorrer dos anos, o BRDE teve mudanças no seu padrão de financiamento, sendo a indústria a mais afetada. O setor industrial chegou ao pico de contratações em 2013, nos anos seguintes decrescendo em valores contratados e sendo ultrapassado pelo setor de comércio e serviços em 2015. Ao final do período o setor de comércio e serviços e agropecuária ocupavam as posições de setores de atividade com maiores valores em financiamentos.

A atuação do BRDE ao longo do período analisado pode ser interpretada, sob a perspectiva keynesiana, como instrumento de estabilização e indução do investimento em contextos de insuficiência de demanda efetiva. Em momentos de retração econômica, como observado entre 2014 e 2018, a redução do investimento privado e a elevação da incerteza limitaram a capacidade autônoma do mercado de sustentar o crescimento. Nesse contexto, a atuação de um banco público regional de desenvolvimento aproxima-se da concepção de acerca do papel do Estado como coordenador das expectativas e provedor de financiamento de longo prazo, reduzindo a volatilidade do ciclo econômico. Ao sustentar fluxos de crédito produtivo, especialmente em setores estratégicos, o BRDE contribui para mitigar a contração do investimento e preservar capacidade produtiva e emprego, operando como mecanismo institucional de compensação das falhas do mercado financeiro privado.

A atuação do BRDE pode ser compreendida como expressão concreta do Estado enquanto agente estruturador do desenvolvimento e organizador das relações entre capital financeiro e produção. O Estado não apenas corrige falhas de mercado, mas assume papel empreendedor, direcionando recursos para setores considerados estratégicos e assumindo riscos que o setor privado evita. A centralidade do capital financeiro na dinâmica capitalista exige mediações institucionais capazes de articular crédito e produção, função desempenhada por bancos públicos de desenvolvimento. O BRDE pode ser visto como parte do aparelho econômico do Estado, operando na materialidade das relações de classe e das disputas em torno da alocação de recursos, ao estruturar condições para a acumulação regional. Assim, sua atuação revela não apenas um instrumento técnico de financiamento, mas uma dimensão política e institucional do Estado na organização do desenvolvimento regional.

Conclui-se, portanto, que o BRDE atuou como instrumento relevante de política de desenvolvimento regional no período analisado, apresentando capacidade de adaptação aos

ciclos econômicos e contribuindo para a manutenção do investimento produtivo, da geração de emprego e da arrecadação tributária. Ainda que condicionado pelo ambiente macroeconômico nacional, o banco demonstrou resiliência institucional e relevância estratégica para a Região Sul.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano Real**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, s.d. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 1992**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 1993**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 1994**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 1995**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 1996**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 1997**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2000**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2001**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2002**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2003**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2004**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2005**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2006**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2007**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2008**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2009**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2010**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2011**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2012**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2013**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2014**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2015**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2016**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2017**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2018**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2019**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2020**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2021**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2022**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2023**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório da Diretora 2024**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 1992**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 1993**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 1994**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 1995**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 1996**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 1997**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 1998**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 1999**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2000**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2001**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2002**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2003**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2004**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2005**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2006**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2007**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2008**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2009**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2010**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2011**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2012**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2013**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2015**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2016**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2017**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2018**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2019**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2020**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2021**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2022**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2023**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **Relatório Financeiro 2024**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2025.

BRDE. **BRDE caminha para ser um Banco Verde e abre linhas de crédito para projetos sustentáveis**. Disponível em: <https://www.brde.com.br/>. Acesso em: 01 maio. 2024.

CARDOSO DE MELLO, João Miguel. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERRAZ, ALEM, MADEIRA. **A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo**. 2013.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **BRDE: da hegemonia a crise do desenvolvimento**. Porto Alegre: BRDE, 1988.

FURTADO, Celso. Os Desafios da Nova Geração. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4, 2004.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2. Ed. Florianópolis: UFSC, 2007. 473 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **O Planejamento Estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002**. Ensaios Fee, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.627-660, 01 jun. 2005.

BRASIL. Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. Cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, institui a restituição de adicionais tributários, autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal e abre crédito especial para a constituição do banco. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, 23 jun. 1952. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11628.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MIRANDA, Jorge Babot. **Relatos e fatos de uma época**. Rio de Janeiro, Record, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 1985.

HOBSON, J. A. **A evolução do capitalismo moderno**: estudo da produção mecanizada. Vol. XXII. 2. ed. São Paulo: Nova cultural, 1985, 368 p. (Os economistas).

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. 2.ed São Paulo: Nova cultural, 1985.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 272.

SANTA CATARINA. Lei nº 3.390, de 23 de dezembro de 1963. Institui o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC). **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 23 dez. 1963.

SANTA CATARINA. Lei nº 5.159, de 4 de novembro de 1975. Transforma o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), cria o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE) e ajusta incentivos fiscais à Lei Complementar nº 24, de 1975. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 4 nov. 1975.

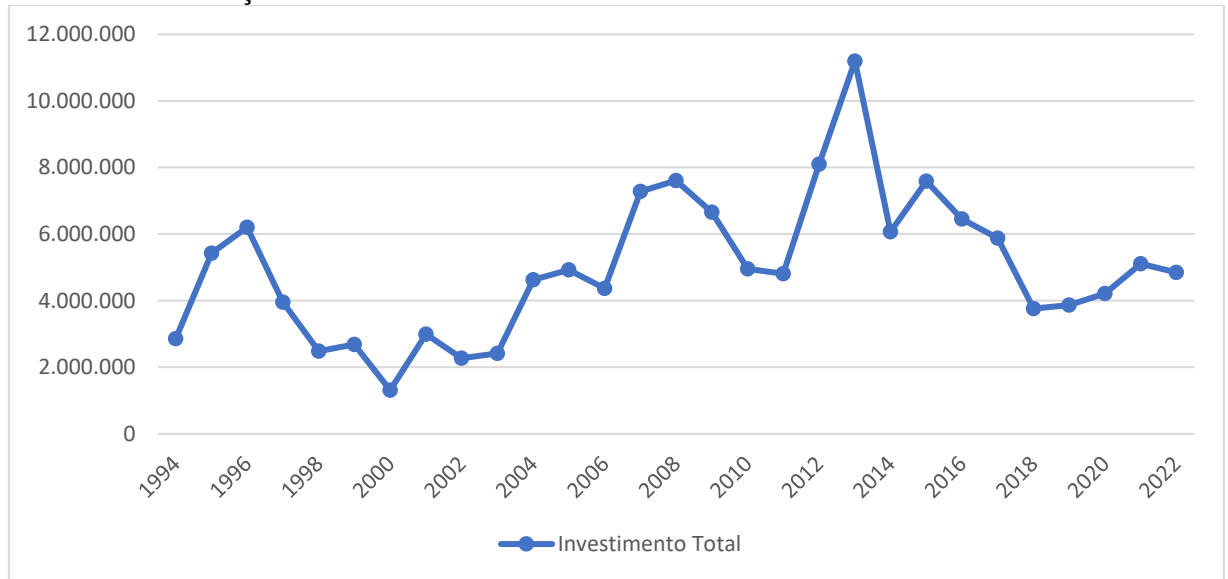
SCHMITZ, Sergio. **Planejamento Estadual**: A experiencia do Plameg. Florianópolis: UFSC, 1985.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2.ed São Paulo: Nova cultural, 1985.

ANEXOS

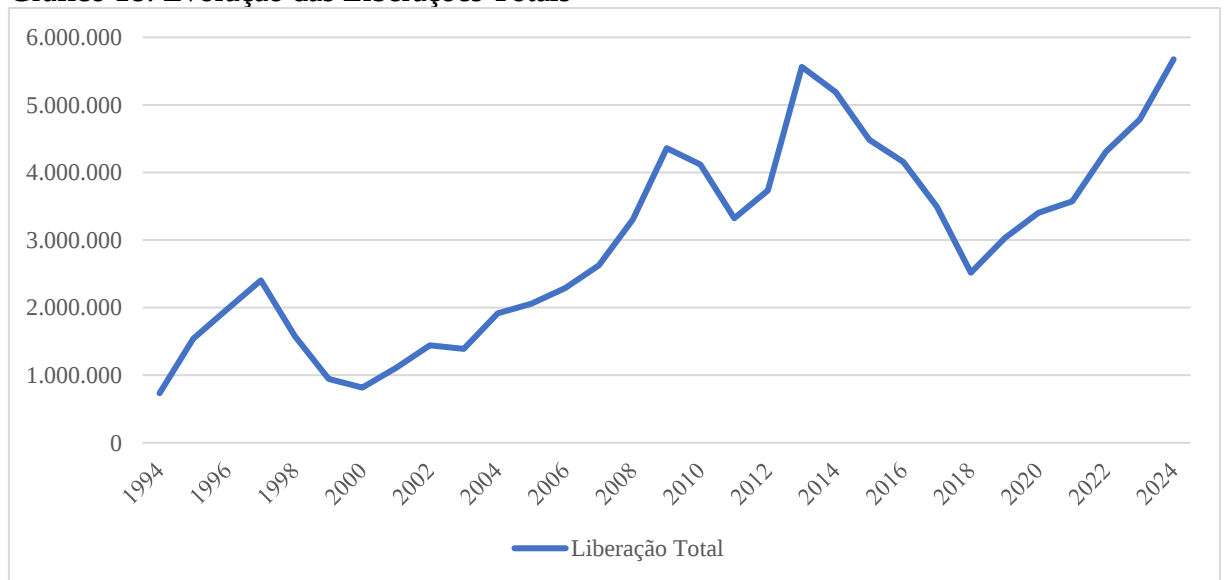
ANEXO A – GRÁFICOS COM VALORES DEFLACIONADOS

Gráfico 17: Evolução dos Investimentos Totais



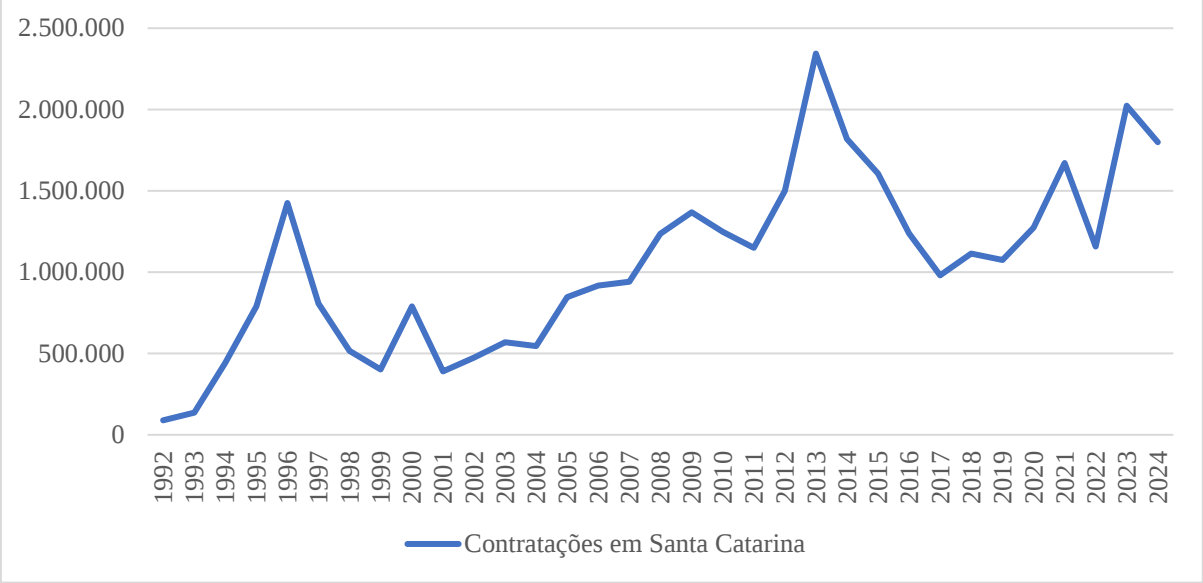
Fonte: Elaborado a partir de BRDE (1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Gráfico 18: Evolução das Liberações Totais



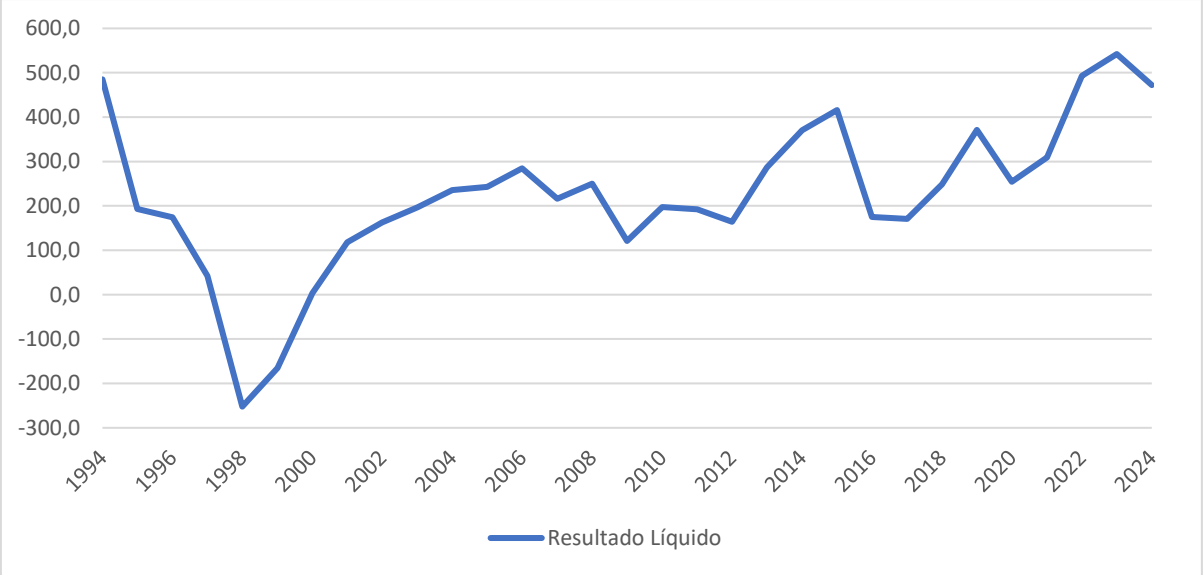
Fonte: Elaborado a partir de BRDE (1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Gráfico 19: Evolução das Contratações em Santa Catarina



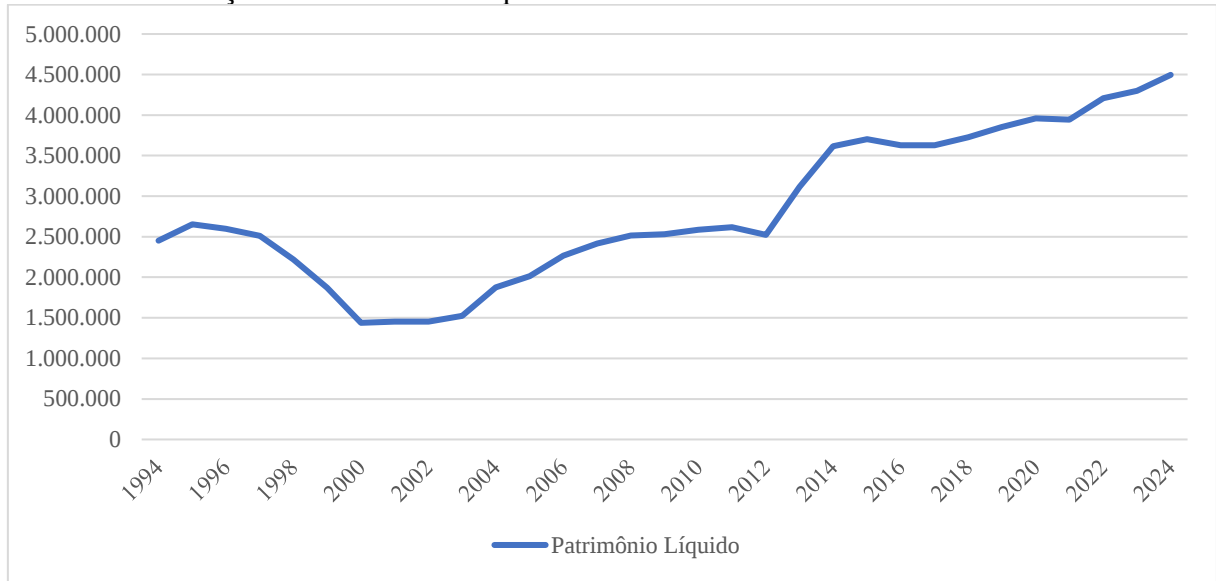
Fonte: Elaborado a partir de BRDE (1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Gráfico 208: Evolução do Resultado Líquido



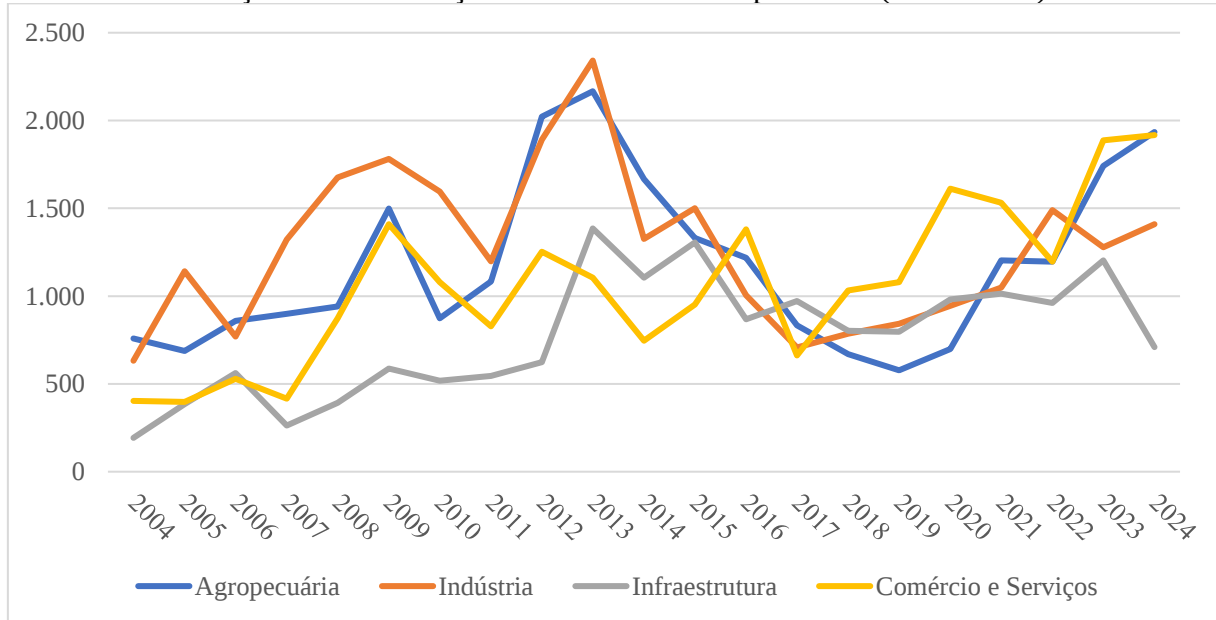
Fonte: Elaborado a partir de BRDE (1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Gráfico 9: Evolução do Patrimônio Líquido



Fonte: Elaborado a partir de BRDE (1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).

Gráfico 10: Evolução das Contratações de Financiamento por Setor (R\$ milhões)



Fonte: Elaborado a partir de BRDE (2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024).